

ANDRESA BEZERRA DE SANTANA

**DOS MOCAMBOS AOS ARRANHA-CÉUS:
O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO SOLO E ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DO
BAIRRO DE SANTO AMARO, RECIFE**

RECIFE
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

ANDRESA BEZERRA DE SANTANA

DOS MOCAMBOS AOS ARRANHA-CÉUS:

O processo de formação do solo e estruturação espacial do bairro de Santo Amaro, Recife

Recife

2019

ANDRESA BEZERRA DE SANTANA

DOS MOCAMBOS AOS ARRANHA-CÉUS:

O processo de formação do solo e estruturação espacial do bairro de Santo Amaro, Recife

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Área de concentração: Desenvolvimento Urbano

Orientadora: Profa. Dra. Norma Lacerda Gonçalves

Coorientadora: Profa. Dra. Amélia Maria de Oliveira Reynaldo

Recife

2019

Catalogação na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

S232d Santana, Andresa Bezerra de
Dos mocambos aos arranha-céus: o processo de formação do solo e
estruturação espacial do bairro de Santo Amaro, Recife / Andresa Bezerra
de Santana. – Recife, 2019.
159f.: il.

Orientadora: Norma Lacerda Gonçalves.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.
Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Urbano, 2019.

Inclui referências e anexos.

1. Estrutura urbana. 2. Configuração espacial. 3. Bairro de Santo
Amaro. 4. Novas espacialidades. I. Gonçalves, Norma Lacerda
(Orientadora). II. Título.

711.4 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2020-26)

ANDRESA BEZERRA DE SANTANA

DOS MOCAMBOS AOS ARRANHA-CÉUS:

O processo de formação do solo e estruturação espacial do bairro de Santo Amaro, Recife

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 15/03/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Norma Lacerda Gonçalves (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a Dra. Amélia Maria de Oliveira Reynaldo (Coorientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a Dra. Maria Angela de Almeida Souza (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a Dra. Priscila Batista Vasconcelos (Examinador Externo)

Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

A pesquisa aqui apresentada é fruto de um árduo trabalho de muitas pessoas queridas, a quem agradeço por toda parceria, paciência e construção em equipe.

Às queridas orientadoras Norma Lacerda e Amélia Reynaldo, que me apoiaram até os últimos minutos e que, independente dos percalços encontrados no caminho e das minhas escolhas, erradas ou não, permitiram que eu finalizasse este trabalho. Agradeço por todo carinho, paciência, por todas as correções e puxões de orelha, foram valiosos nesse percurso.

Agradeço aos professores do MDU, pelos debates, ensinamentos e infindáveis questionamentos. A minha querida e mais animada turma M37 e D18, pelos inúmeros momentos de alegria e debates acalorados. Em especial, aos amigos mais próximos, Luana Varejão, Julia da Rocha Pereira, Vera Freire e Fernando Almeida.

Aos amigos que, para além do apoio afetivo, leram, releram, auxiliaram na parte gráfica e textual da pesquisa: Eva Passavante, Milena Torres, Julia Santana, Tatiana Silva, Paloma Santos, Mariana Felipe, Glena Vieira, e Rafael Monteiro.

Agradeço ainda aos dois grupos de pesquisa que me acolheram e que permitiram a realização deste trabalho: GEMFI (UFPE) e o Lab das Paisagens Culturais (UNICAP). Os debates, as produções e o acolhimento nos dois grupos foram extremamente importantes e enriquecedores.

Ao CNPQ, pelo suporte financeiro. A todos os funcionários do MDU, pelo atencioso atendimento e pelo carinho para resolver todos os problemas.

Às Marias da minha vida que, embora, nem sempre compreendessem a ausência, me apoiaram como puderam durante todo o processo.

RESUMO

Com formação datada ainda do século XVII, o bairro de Santo Amaro – localizado na Zona Principal de Dinamização Econômica Centro Principal (ZEDE Centro Principal), teve sua imagem relacionada aos antigos alagados, à população de baixa renda (o que inclui vilas populares) e aos equipamentos referentes à doença e a morte. Após despontar como lugar destinado à oferta de moradia popular que erradicaria os mocambos da paisagem, emergiu, entre os anos 1960 e 1980, como localização privilegiada de indústrias, sem ainda despontar, considerando o território recifense, como área distinguida para investimentos imobiliários. Entretanto, no final dos anos 1990 e sobretudo nos anos 2000, parte importante desse bairro passou a se configurar como solo do futuro, onde se projetam espacialidades, renegando as suas preexistências entre elas a população nele residente. Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo verificar os processos de formação do solo e de estruturação espacial do bairro de Santo Amaro, buscando entender como as recentes dinâmicas atuam na reconfiguração e na negação das suas áreas populares. Para tanto, analisam-se esses processos, resgatando-os historicamente, para averiguar como foi se realizando a sua divisão econômica e social e se construindo o seu porvir. A pesquisa foi construída essencialmente a partir de levantamento documental e bibliográfico, assim como acompanhamento de audiências públicas e debates, no que concerne aos novos projetos apresentados para o bairro a partir de 2017. Como resultado, aponta-se a retomada dos interesses privados pelas áreas de bordas do bairro, desconhecendo e renegando o solo popular. Este permaneceu restrito àquelas áreas próximas dos cemitérios e às porções de solo classificadas como Zonas Especiais de Interesse Social. Dessa forma, parte do bairro vem sendo ofertado à população de classe média alta, onde se concentram os principais equipamentos de educação e lazer, assim como os principais eixos de mobilidade que o conectam a toda cidade.

Palavras-chave: Estrutura urbana. Configuração espacial. Bairro de Santo Amaro. Novas espacialidades.

ABSTRACT

With a formation dating from the 17th century, the neighborhood of Santo Amaro - located in the Main Zone of Central History Dynamics (ZEDE - Central Center) - had its image related to the old flooded lands, a low income population (which includes popular villages) and equipments related to illness and death. After to emerge as a place of popular dwelling that would eradicate the mocambos of the landscape, emerged, between the years of 1960 and 1980, like privileged location of industries, without even considering Recife's territory, as an area of real estate investments. However, in the late 1990s and especially in the 2000s, important part of this neighborhood began to be configured as the soil of the future, where spatialities are projected, denying their preexistence and the resident population. Based on this context, the research results in the processes of soil formation and spatial structuring of the neighborhood of Santo Amaro, seeking to understand how the recent dynamics acts in the reconfiguration and denial of its popular areas. To do so, these processes were analyzed, rescuing them historically, to find out how their economic and social division has been achieved and how its future is being built. The research was essentially based on a documentary and bibliographical survey, as well as follow-up of public hearings and debates, regarding the new projects presented to the neighborhood from 2017. As a result, it is pointed out the resumption of private interests by the areas of edges of the neighborhood, ignoring and denying the popular soil. This remained restricted to those areas near the cemeteries and to the portions of land classified as Special Zones of Social Interest. In this way, part of the neighborhood is being offered to the upper middle class population, where the main education and leisure equipment is concentrated, as well as the main mobility axes that connect Santo Amaro to the rest of the city.

Keywords: Urban structure. Spatial presentation. Neighborhood of Santo Amaro. Urban spatiality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Configuração do solo de Santo Amaro em 1648.....	16
Figura 2 -	Configuração atual do solo de Santo Amaro.....	16
Figura 3 -	Bairro de Santo Amaro e seus alagados, 1932.....	16
Figura 4 -	Manchas de localização dos principais usos em Santo Amaro.....	18
Figura 5 -	Delimitação das zonas de intervenção (ZI), enquadramento (ZE) e Abrangência (ZA).....	20
Figura 6 -	Zoneamento incidente no bairro de Santo Amaro pelo Plano Diretor de 2008.....	21
Figura 7 -	Perspectiva do projeto Santo Amaro Norte, com reconfiguração da Vila Naval.....	23
Figura 8 -	Bairro de Santo Amaro em sua possível localização, 1648.....	30
Figura 9 -	Bairro de Santo Amaro e sua possível delimitação, em 1856.....	31
Figura 10 -	Bairro de Santo Amaro em Planta da Cidade do Recife e seus Arredores, F.H.Carls, década de 1870.....	33
Figura 11 -	Bairro de Santo Amaro no projeto de ampliação do Porto do Recife, 1932...	36
Figura 12 -	Santo Amaro no Plano de Domingos Ferreira sob o mapa base de 1932....	38
Figura 13 -	Santo Amaro no Plano de Nestor de Figueiredo sob o mapa base de 1932....	38
Figura 14 -	Santo Amaro no Plano de Atílio Correia Lima sob o mapa base de 1932....	39
Figura 15 -	Santo Amaro no Plano de Ulhôa Cintra sob o mapa base de 1932.....	39
Figura 16 -	Áreas alagadas do bairro de Santo Amaro nos anos 1930.....	42
Figura 17 -	Aterros realizados em Santo Amaro para construção do canal ligando o Derby à bacia de Santo Amaro.....	48
Figura 18 -	Localização aproximada dos alagados de marinha cedidos ao SSCM.....	52
Figura 19 -	Zoneamento de Santo Amaro de acordo com a legislação de 1919.....	57
Figura 20 -	Zoneamento de Santo Amaro de acordo com a legislação de 1936.....	57
Figura 21 -	Tipos habitacionais propostos pela LSCM.....	58
Figura 22 -	Vilas ao longo da Av. Cruz Cabugá, década de 1940.....	59
Figura 23 -	Vila dos Usineiros, erguida em 1939.....	60
Figura 24 -	Vila popular Treze de Maio.....	60

Figura 25 -	Vila das Costureiras, 1941.....	60
Figura 26 -	Vila popular da T.S.A.P.....	60
Figura 27 -	Santo Amaro- Localização aproximada das vilas e grupos de casas erguidas pela LSCM.....	61
Figura 28 -	Vilas ao longo da Avenida Cruz Cabugá.....	62
Figura 29 -	Vila das Costureiras, também denominada Leão XIII.....	63
Figura 30 -	Interior de uma das casas da Vila das Costureiras.....	63
Figura 31 -	Principais manchetes dos jornais entre 1939 e 1945.....	64
Figura 32 -	Escolas Jardim da Independência e de Aplicação.....	65
Figura 33 -	Parque 13 de Maio.....	65
Figura 34 -	Configurações espaciais no bairro de Santo Amaro até os anos 1950.....	69
Figura 35 -	Modelo de cidade regional proposto por Baltar.....	75
Figura 36 -	Proposta de ampliação da área portuária com ocupação da bacia de Santo Amaro.....	75
Figura 37 -	Diretrizes de Lebret para o Recife.....	77
Figura 38 -	Plano de Lebret para o Recife, com destaque para Santo Amaro.....	78
Figura 39 -	Zoneamento da cidade de acordo com a Lei 7.427 (1961).....	81
Figura 40 -	Localização das zonas industriais na malha viária da década de 1970.....	81
Figura 41 -	Zoneamento de Santo Amaro a partir da legislação de 1961.....	81
Figura 42 -	Localização das indústrias entre 1963 e 1969, que empregavam mais de cinco operários.....	83
Gráfico 1 -	Comparativo do quantitativo das indústrias entre 1964 e 1974.....	85
Figura 43 -	Localização da concentração das indústrias em 1964.....	86
Figura 44 -	Localização da concentração das indústrias em 1974.....	86
Figura 45 -	Localização das indústrias em Santo Amaro e CHR, nas décadas de 1960 e 1970.....	87
Figura 46 -	Loteamentos populares aprovados até 1960 e concentração industrial em 1964.....	91
Figura 47 -	Loteamentos populares aprovados até 1980 e concentração industrial em 1974.....	91
Figura 48 -	Edifícios verticais na frente d'água do bairro de Santo Amaro, decorrente dos investimentos do BNH.....	92

Figura 49 -	Santo Amaro com zoneamento da Lei 14.511, 1983.....	94
Figura 50 -	Configurações espaciais no bairro de Santo Amaro até os anos 1980.....	96
Figura 51 -	Proposta de conjunto habitacional Vila Naval no Coqueiral de Olinda, 1997.....	104
Figura 52 -	Perspectiva Vila Naval, 1997.....	104
Figura 53 -	Metrópole 2010(1998).....	106
Figura 54 -	Metrópole Estratégica (2002).....	106
Figura 55 -	Complexo Cultural Recife-Olinda (2003).....	106
Figura 56 -	Zoneamento proposto pelo Projeto Urbanístico Recife-Olinda.....	108
Figura 57 -	Proposta de intervenção para o Setor 2-Vila Naval.....	109
Figura 58 -	Perspectiva da proposta de intervenção para o Setor 2- Vila Naval.....	110
Figura 59 -	Proposta de intervenção para o Setor 6-Santo Amaro.....	111
Figura 60 -	Zoneamento proposto para Santo Amaro.....	113
Figura 61 -	Zoneamento do bairro de Santo Amaro, pela LUOS, 1996.....	117
Figura 62 -	Zoneamento do bairro de Santo Amaro pela lei nº17.489.....	118
Figura 63 -	Zoneamento do bairro de Santo Amaro pelo Plano Diretor de 2008.....	119
Figura 64 -	Terrenos com potencial de receber empreendimentos imobiliários.....	122
Figura 65 -	Expansão territorial do Porto Digital a partir das isenções fiscais.....	123
Figura 66 -	Empreendimentos nos centros histórico e expandido do Recife.....	124
Figura 67 -	Diretrizes para adensamento do bairro de Santo Amaro.....	126
Figura 68 -	Diretrizes propostas para os espaços públicos.....	127
Figura 69 -	Perspectiva de recuperação da avenida Cruz Cabugá, em Santo Amaro.....	127
Figura 70 -	Perspectiva de recuperação da rua do Príncipe, em Santo Amaro.....	127
Figura 71 -	Estudos de ocupação para o quadrilátero de Santo Amaro.....	127
Figura 72 -	Parcelamento proposto para Vila Naval.....	129
Figura 73 -	Zoneamento proposto pelo Plano Santo Amaro Norte.....	130
Figura 74 -	Resumo das propostas para a ZEIS- Santo Amaro.....	130
Figura 75 -	Intervenções propostas para a ZEIS- Santo Amaro.....	130
Figura 76 -	Intervenções propostas.....	130
Figura 77 -	Plano para a ZEIS- Santo Amaro.....	131
Figura 78 -	Redesenho proposto para ZEPH-23.....	132

Figura 79 -	Redesenho proposto para o Setor de Preservação Ambiental da ZEPH-19.	133
Figura 80 -	Perspectiva da proposta de ocupação da SPA (ZEPH- 19).....	133
Figura 81 -	Perspectiva dos novos espaços livres na ZEPH 19.....	133
Figura 82 -	Perspectiva da permeabilidade entre as quadras e visibilidade ao Hospital de Santo Amaro, que está localizado no Setor de Preservação Rigorosa da ZEPH-19.....	133
Figura 83 -	Perspectiva da multifuncionalidade dos novos edifícios, com foco na permeabilidade arquitetônica, na ZEPH-19.....	133
Figura 84 -	NovoseempreendimentosnaruadaAurora.....	137
Figura 85 -	Lançamentosimobiliáriosem SantoAmaro.....	137
Figura 86 -	Simulação dos gabaritos estipulados para o SRC- 1.....	138
Figura 87 -	Simulação dos gabaritos estipulados pelo Plano Diretor (2008).....	139
Figura 88 -	Zoneamento proposto pela revisão do Plano Diretor para Santo Amaro (2018).....	139
Figura 89 -	Zoneamento das áreas passíveis de Projetos Especiais, em Santo Amaro.....	139
Figura 90 -	Configurações espaciais em Santo Amaro, 2019.....	141
Figura 91 -	Solo de Santo Amaro destinado às vilas populares.....	144
Figura 92 -	Solo de Santo Amaro destinado às indústrias.....	144
Figura 93 -	Solo de Santo Amaro destinado aos demais usos.....	144
Figura 94 -	Solo popular de Santo Amaro nos anos 1980.....	145
Figura 95 -	Área da ZEIS Santo Amaro, 1980.....	145
Figura 96 -	Primeiros edifícios verticais de Santo Amaro.....	145
Figura 97 -	Áreas alagadas do bairro de Santo Amaro nos anos 1930.....	147
Figura 98 -	Novas espacialidade no quadrilátero de Santo Amaro.....	147
Figura 99 -	Bairro de Santo Amaro em 1944.....	148
Figura 100 -	Bairro de Santo Amaro em 2019.....	148
Figura 101 -	Solo popular do bairro de Santo Amaro nos anos 1940.....	149
Figura 102 -	Solo popular do bairro de Santo Amaro nos anos 2019.....	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	População das freguesias do Recife.....	41
Tabela 2 -	Quantitativo dos mocambos de acordo com a espécie da posse.....	45
Tabela 3 -	Ocupação dos chefes de família residentes nos mocambos.....	45
Tabela 4 -	Locais de trabalho dos chefes de família.....	46
Tabela 5 -	Valor do metro quadrado dos terrenos por bairro onde se localizavam os mocambos.....	47
Tabela 6 -	Áreas cedidas ao Serviço Social Contra o Mocambo até 1945.....	51
Tabela 7 -	Santo Amaro- Vilas e grupos de casas construídas pela LSCM até 1948.....	61
Tabela 8 -	Concentração industrial do Recife.....	82
Tabela 9 -	Quantitativo dos ramos industriais em 1964 e 1974, no bairro de Santo Amaro.....	86
Tabela 10 -	Área construída por uso sobre 1,29 milhões de m ² de terra.....	111
Tabela 11 -	Crescimento anual do Centro Expandido.....	121
Tabela 12 -	Empreendimentos aprovados para o quadrilátero de Santo Amaro.....	125
Tabela 13 -	Parâmetros urbanísticos SPA da ZEPH-19.....	129

LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNH	Banco Nacional de Habitação
CER	Centro Expandido do Recife
CHR	Centro Histórico do Recife
CONDERME	Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife
CUO	Código de Urbanismo e Obras
DER	Diretoria de Estradas e Rodagem
DESE	Divisão Econômica e Social do Espaço
EC	Economia Criativa
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIDEM	Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
RMR	Região Metropolitana do Recife
SBPE	Sociedade Brasileira de Poupança e Empréstimo
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
ZECP	Zona Especial de Centro Principal
ZEDE	Zona Especial de Dinamização Econômica
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZEPH	Zona Especial de Preservação Histórico-Cultural

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	FORMAÇÃO DE SANTO AMARO ENQUANTO SOLO POPULAR.....	29
2.1	ENTRE ALAGADOS E MOCAMBOS: A FORMAÇÃO INICIAL DE SANTO AMARO.....	29
2.2	PRIMEIRAS IDEALIZAÇÕES PARA O BAIRRO SEGUNDO OS PLANOS URBANÍSTICOS.....	35
2.3	ESTRUTURAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO: O BAIRRO POPULAR ENTRE AS DÉCADAS DE 1930 E 1950.....	40
2.3.1	Vilas populares no bairro de Santo Amaro.....	43
2.3.2	Legislação urbanística e o desenho do solo popular.....	54
2.3.3	Parcelamento do solo e a idealização do bairro popular.....	59
2.3.4	Além do popular: os demais elementos estruturadores.....	64
3	INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SOLO INDUSTRIAL.....	71
3.1	PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO RECIFE.....	71
3.2	INSTITUCIONALIZAÇÃO E PERDA DAS ZONAS INDUSTRIAIS E A ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DE SANTO AMARO.....	79
4	IDEALIZAÇÃO DO BAIRRO DO FUTURO.....	98
4.1	REPERCUSSÕES EM SANTO AMARO DAS MUDANÇAS NA CENTRALIDADE HISTÓRICA RECIFENSE.....	99
4.1.1	Do projeto de Revitalização do CHR ao Plano de Revitalização do Bairro do Recife.....	101
4.1.2	Projeto Urbanístico Recife-Olinda.....	103
4.1.3	Porto Digital e as normativas urbanísticas na recuperação do CHR.....	114
4.2	PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DE SANTO AMARO.....	120
4.2.1	Plano Centro Cidadão.....	125
4.2.2	Plano Santo Amaro Norte.....	128
4.3	PROSPECÇÃO SOBRE O SOLO DO FUTURO.....	135
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143

REFERÊNCIAS.....	150
ANEXO A - TERRENOS COM TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS AO AFORAMENTO EM SANTO AMARO, 1945.....	157
ANEXO B - QUANTITATIVO DAS INDÚSTRIAS LOCALIZADAS NO RECIFE POR RAMO INDUSTRIAL, EM 1964.....	158
ANEXO C - QUANTITATIVO DAS INDÚSTRIAS LOCALIZADAS NO RECIFE POR RAMO INDUSTRIAL, EM 1974.....	159



Mocambos em Santo Amaro, s/d.
SANTOS, 2014,p.407.

1 INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

A sobreposição da delimitação atual de Santo Amaro à cartografia de 1648, permite observar quanto do solo existente resulta dos sucessivos aterros das águas do rio Beberibe ao longo dos cinco séculos. Na metade do século XVII, o solo firme do bairro se reservava a uma porção de terra no entorno da Igreja das Salinas e representa cerca de 37% da atual superfície do bairro, como observado a seguir [Figuras 1 e 2].

Figura 1 - Configuração do solo de Santo Amaro em 1648.



Fonte: Biblioteca Nacional, 1648.

Figura 2 - Configuração atual do solo de Santo Amaro.



Fonte: Captura de tela do Google Earth, 2018, editado pela autora.

Ressalta-se que, o processo de criação de terra firme do bairro de Santo Amaro se estende até o século XX, conforme se observa na figura 3, cujo solo atual ainda estava cerca de 20% ocupado por água.

Figura 3 - Bairro de Santo Amaro e seus alagados, 1932.



Fonte: Fundação Joaquim Nabuco, 1932

Inserido no entorno imediato do Centro Histórico do Recife (CHR)¹, Santo Amaro possui 380 hectares, sendo o 13º maior bairro da cidade². Limitando-se com os bairros da Boa Vista, Soledade, Campo Grande, Espinheiro e com o município de Olinda, ligando-se, ainda, com o Bairro do Recife através da Ponte do Limoeiro, o referido bairro possuía, em 2010, 27.939 habitantes distribuídos em 9.358 domicílios (Habitat, 2018). Da população total, 35% está concentrada na Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Santo Amaro, que ocupa 11% desse território. Está entre os 11 bairros³ que configuram a Região Política Administrativa 1 do Recife e, ao lado do Bairro do Recife, configura a Microrregião Político Administrativa 1.1.

Dos 93 bairros que compõem o Recife, Santo Amaro, até 1990, possuía a terceira maior área construída, 1.018.061m², crescendo, nos seis anos subsequentes, apenas 2,3%, passando a ocupar o 23º lugar, o que será modificado entre os anos de 1997 e 2002, quando a sua área construída cresceu 15,75%, sendo o 9º bairro de maior crescimento em superfície construída no período⁴.

Importantes eixos viários atravessam o bairro, como seja as avenidas Norte, Cruz Cabugá, Governador Agamenon Magalhães e João de Barros, além da rua da Aurora. Exceto avenida Agamenon Magalhães, todos as demais fazem parte de sua primitiva configuração. O bairro conta, ainda, com importantes instituições e equipamentos, a saber [Figura 4]:

(i) instituições públicas- Palácio dos Despachos, Mercado Públco, Câmara dos Vereadores, Ministério Público de Pernambuco, Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, Diretoria de Estradas e Rodagem (DER), Secretaria de Planejamento e Gestão, Vice governadoria (Palácio Frei Caneca), COMPESA, Biblioteca Pública Estadual, Instituto de Identificação Tavares Buril, Secretaria de Transporte, Agência Pernambucana de Água e Clima;

(ii) instituições educacionais- Instituto de Educação de Pernambuco, Ginásio Pernambucano, Universidade Católica de Pernambuco, Universidade de Pernambuco, Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco, Faculdade de Ciências Humanas, Faculdade de Odontologia do Recife, SE-

¹No presente trabalho adotar-se-á a denominação Centro Histórico do Recife (CHR) para as áreas preservadas como Zonas Especiais de Preservação Histórico- Cultural, que compõem os bairros da Boa Vista, Santo Antônio, São José e do Recife

² Comparativo entre os bairros de acordo com os dados disponíveis no perfil dos bairros do Recife, no site <http://www2.recife.pe.gov.br/servico/santo-amaro>. Acesso em: fevereiro/2017.

³ Além de Santo Amaro, configuram a RPA 1: Bairro do Recife, Boa Vista, Cabanga, Ilha do Leite, Paissandu, Santo Antônio, São José, Coelhos, Soledade e Ilha Joana Bezerra.

⁴ALVES, 2009.

NAC- Recife, SENAI- Santo Amaro, Escola Técnica Irmã Dulce, Grupo Ser Educacional, Escola Sizenando Silveira, Escola Sylvio Rabello;

(iii) **instituições religiosas**- Complexo da Igreja Assembleia de Deus, Igreja Pentecostal da Graça de Deus, Igreja Santo Amaro das Salinas, Igreja Matriz de N. Senhora da Piedade, Igreja de São Sebastião.

(iv) **equipamentos ligados à doença/morte**- Hospital Naval do Recife, Hospital de Santo Amaro, Hospital de Câncer de Pernambuco, Hospital Oswaldo Cruz, Hospital Público do Recife, Instituto de Medicina Legal (IML-PE), Cemitério de Santo Amaro, Cemitério dos Ingleses;

(v) **equipamentos de lazer**- Parque 13 de Maio, Cais da Aurora, Shopping Tacaruna;

(vi) **comunicação**: TV Universitária; Sede da Globo Nordeste; Jornal do Commercio; Diário de Pernambuco; Tv Clube; Tv Jornal.

Figura 4 - Manchas de localização dos principais usos em Santo Amaro.



Fonte: Captura de tela do Google Earth, 2017, editado pela autora.

Dos 380 hectares, 13% estão ocupadas pelas ZEIS (Santo Amaro e João de Barros) e 6,5% são classificadas como Zonas Especiais de Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH): Arquitetura Cubista da Visconde de Suassuna; Hospital de Santo Amaro; Igreja de Santo Amaro das Salinas | Cemitério dos Ingleses, respectivamente ZEPH 11, 19 e 23.

Devido sua localização, o bairro é impactado diretamente pelas dinâmicas que afetam o CHR. Inicialmente, por ser considerado fora dos limites da cidade, embora próximo ao centro do Recife, assim como pelas suas características topográficas, Santo Amaro presenciou a instalação de significativa quantidade de mocambos, chegando, em 1913, a contar com aproximadamente 2.000, tornando-se o terceiro bairro com maior quantitativo desse tipo habitacional, apenas superado pelos bairros da Encruzilhada e Poço (Lubambo, 1991).

As áreas ocupadas primitivamente por viveiros, nas proximidades da bacia de Santo Amaro, foram aos poucos sendo substituídos por fábricas, configurando grandes lotes e galpões, especialmente entre os anos 1960 e 1980, período da institucionalização das Zonas Comerciais e Industriais do bairro. Com a alteração das dinâmicas econômicas e do zoneamento adotado em 1983, as áreas passaram a configurar grandes vazios, formando um quadro de abandono. Esse quadro ocorre devido ao baixo investimento do Banco Nacional de Habitação (BNH) no centro do Recife e, consequentemente no referido bairro.

Observa-se que a partir do final dos anos 1990, instituições, legislações e projetos, buscavam a mudança na dinâmica do CHR e do bairro em questão. Desse período ressalta-se ainda a construção e implantação do shopping Tacaruna em 1995, localizado na extremidade norte do bairro, divisa com o município de Olinda.

Um marco importante do início deste processo de transformação se dá em 1996, quando da aprovação da Lei de Uso e Ocupação do Solo. Esta cria a Zona Especial de Centro Principal (ZECP), cujo coeficiente de aproveitamento chegava, em algumas áreas da referida zona a 7, na tentativa de atrair novos investimentos e dinamizar o local.

Em 2001, o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (CONDER-ME), desenvolve estudos temáticos com o objetivo de desenvolver de forma sustentável, toda a metrópole, articulando economia competitiva e dinâmica, com inclusão social. Desta forma, são apresentados 16 estudos temáticos e 8 territoriais, onde um desses últimos é denominado Projeto Urbanístico Recife-Olinda, primeiro projeto territorial metropolitano que propunha a articulação das frentes d'água entre os municípios de Olinda e do Recife, num contínuo urbano de 8km, com urbanização de áreas vazias e subutilizadas, melhoria e ampliação da infraestrutura existente [Figura 5].

Figura 5 - Delimitação das zonas de intervenção (ZI), enquadramento (ZE) e abrangência (ZA)



Fonte: PERNAMBUCO, 2009, p.12

O território foi dividido em três principais zonas: (i) Intervenção; (ii) Enquadramento; e (iii) abrangência. Os setores 2 e 6 abrangiam as porções do solo de Santo Amaro, denominadas como ZEIS -Santo Amaro e Vila Naval.

Em 2008, antes mesmo da aprovação do Plano Diretor do Recife, aprova-se a revisão dos parâmetros urbanísticos da ZECP, validando o coeficiente de utilização equivalente a 7 para grande parte da zona, onde o bairro de Santo Amaro é inserido no novo perímetro, com coeficiente de utilização de 5,5.

A busca pela dinamização do bairro, com foco nas antigas áreas industriais, leva o Plano Diretor, também em 2008, a classificar a área como Zona Especial de Dinamização Econômica (ZEDE Centro Principal), incidindo sobre os bairros do Recife, Santo Antônio, parte de São José e da Boa Vista, além de Santo Amaro, especialmente nas frentes d'água, cujo limite do gabarito não fora estipulado [Figura 6]. No bairro de Santo Amaro, observa-se tal classificação no vasto âmbito compreendido entre a rua da Aurora e avenidas Cruz Cabugá e Norte.

Figura 6 - Zoneamento incidente no bairro de Santo Amaro pelo Plano Diretor de 2008.



Fonte: RECIFE, 2017

Após tal alteração, foram aprovadas dez torres residenciais, com gabarito variando entre 16 e 48 pavimentos; um templo para 27 mil pessoas e um edifício-estacionamento-hotel para o local. Bernardino (2018) salienta que, atrelado as alterações do coeficiente e as dinâmicas locais, destaca-se, em paralelo, no âmbito nacional, o anúncio do Programa Minha Casa Minha Vida, com novas alternativas de crédito para o setor imobiliário. A relação entre tal modificação e os crescentes lançamentos imobiliários em toda RPA 1, criando novas espacialidades residenciais, não podem ser ignorados.

Curioso relacionar a expectativa de dinamização na sequência da concessão de benefício fiscal, aprovado pela Lei Municipal nº17.244 de 2006, quando do período da expansão do Parque Tecnológico Porto Digital, modificada pela Lei nº17.942 de 2013, que amplia as áreas do referido parque⁵, abrangendo o quadrilátero no bairro de Santo Amaro, formado pelas avenidas Cruz Cabugá, Norte, Mário Melo e rua da Aurora.

O projeto iniciou no Bairro do Recife a partir do Projeto Porto Digital Empreendimentos e Ambiente Tecnológico, lançado pelo Governo de Pernambuco, que “resultou de uma tríplice opera-

⁵ O Porto Digital é resultante da articulação de membros da academia, empresários e governo com vistas a “criar uma política pública para o setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) que interligasse atores, empresas e organizações que até então agiam de forma independente e isolada [...] aproveitar uma região atrativa para a inovação e estimular mudanças econômicas e sociais para gerar mais riqueza, emprego e renda no Estado de Pernambuco” (www.portodigital.org, acesso em janeiro de 2019).

ção concertada, envolvendo as esferas públicas, privada e acadêmica, com foco no desenvolvimento de software (LACERDA, 2018, p.120). Com os incentivos fiscais, o Parque cresce em 2013 e, em 2015 (Lei nº18.168), incorpora o bairro de Santo Antônio, parte do bairro de São José e alguns lotes lindeiros a avenida Conde da Boa Vista.

No ano de 2014 é apresentado Plano Específico para ZEPH -19, com alteração do parcelamento do solo e novas tipologias edificatórias. Em 2015⁶, as análises e aprovações de projetos de edificações com área superior a 1.000m², nas áreas correspondentes a frente d'água do bairro de Santo Amaro, foram suspensas por 18 meses, pois os projetos apresentados pelo setor imobiliário apontavam alto coeficiente de utilização construtivo para o local, notadamente divergente do entorno.

Ainda no referido ano, é firmado Convênio de Cooperação Técnica entre a Universidade Católica de Pernambuco e a Prefeitura do Recife, para realização de estudos e apresentação de diretrizes urbanísticas para o Centro Continental do Recife⁷, que está inserido no Centro Expandido do Recife⁸.

Em 2017, a Prefeitura do Recife, através do Instituto da Cidade Pelópidas Silveira (ICPS), elabora o Plano Urbanístico Santo Amaro Norte, visando o estabelecimento de novos parâmetros de ocupação e uso do solo no Setor de Preservação Ambiental da ZEPH 19 e 23, denominada Vila Naval [Figura 7], além de propostas de requalificação para a ZEIS- Santo Amaro. No local, marcado pela configuração das antigas vilas populares que configuravam inicialmente o bairro, com edificações de até dois pavimentos, propõe-se a substituição do tecido urbano existente, com novos padrões edificatórios divergentes da sua atual configuração e do seu entorno. Exceto o Projeto Urbanístico Recife-Olinda, que define 44.490m² de área construída para habitação, comércio e serviço popular, todas as demais iniciativas omitem ou desconsideram esta população.

⁶ Lei n.º 28.841 de 2015: Suspende, no Setor de Requalificação do Centro 1 - SRC 1 e no Setor de Preservação da Morfologia - definidos na lei municipal nº 17.489/2008, no bairro de Santo Amaro, as análises de projetos de edificações com área de construção igual ou maior que 1.000m², projetos de reformas com acréscimo de área de construção igual ou maior que 500m², projetos de alteração durante a obra com acréscimo de área de construção igual ou maior que 500m² e remembramentos de terrenos.

⁷ Denominou-se como Centro Continental do Recife as áreas correspondentes aos bairros: Boa Vista, Soledade, Santo Amaro, Ilha do Leite e Paissandu.

⁸ De acordo com a Lei 17.401/2007, o Centro Expandido do Recife é composto pelos seguintes bairros: Bairro do Recife, Boa Vista, Santo Antônio, São José, Santo Amaro, Ilha do Leite, Cabanga, Soledade e Paissandu.

Figura 7 - Perspectiva do projeto Santo Amaro Norte, com reconfiguração da Vila Naval.



Fonte: ICPS, 2017

Desta forma, entende-se que o bairro fora marcado, desde a sua formação, pela presença da população de baixa renda, cujo solo fora criado e a ela destinado e diante das atuais dinâmicas que culminam numa nova estruturação e reconfiguração espacial, a presente pesquisa tem por objetivo, verificar os processos de formação do solo e estruturação espacial do bairro de Santo Amaro, compreendendo como as novas dinâmicas atuam na reconfiguração e na negação do bairro popular. Para tanto, serão analisados os processos e principais agentes que atuaram na formação do bairro, compreendendo a ação dos mesmos na sua estruturação espacial em diferentes períodos e a relação dessas dinâmicas com o primitivo solo popular.

O bairro de Santo Amaro nasce dos alagados, dos mocambos, ainda no período da ocupação holandesa. Por ser considerado fora dos limites da cidade, fora contemplado com equipamentos ligados à saúde e a morte, como o Hospital de Santo Amaro e os cemitérios dos Ingleses e Bom Jesus da Redenção de Santo Amaro das Salinas, ou comumente denominado Cemitério de Santo Amaro. A presença de tais equipamentos atrelados à população de baixa renda que, paulatinamente, fora se instalando no bairro, tanto pela sua localização –proximidade ao centro do Recife–, quanto pelas áreas de alagado, passíveis para instalação de mocambos e viveiros para pesca, criou-se uma negativa imagem que acompanha seus diferentes momentos de estruturação espacial.

A renegação do bairro no período do Banco Nacional de Habitação (1964-1986), como lugar passível de receber investimentos e seu atual despontamento como local de desejo do mercado imobiliário e, consequentemente, das alterações espaciais, que ocorrem especialmente nas franjas do bairro, onde não se localizam os assentamentos de rendas média e baixa, atuam a necessidade

de estudos que auxiliem na compreensão da formação e dos diferentes processos de estruturação do referido bairro, esclarecendo como, nos diferentes momentos de mudanças estruturais, estas dinâmicas dialogaram ou não com o solo popular do qual o bairro nasceu e que ainda o caracteriza.

Nesse contexto, na compreensão do espaço como uma realidade objetiva, que de acordo com Santos (1985) está em permanente processo de transformação, condicionando e sendo condicionado pelas ações, passadas e presentes da sociedade, sendo também fator de uma evolução social e não apenas sua condição (Santos, 1985), atributo material de todos os valores de uso (Harvey, 1985), Santo Amaro é fruto de diferentes fatores políticos e econômicos, determinantes em sua formação e nos diferentes momentos da estruturação de suas espacialidades.

Consoante Santos (1985), o espaço passa a ser apreendido por meio de sua forma, estrutura, processos e suas funções. Uma das maneiras de compreender o espaço se dá por meio de sua estrutura urbana que, de acordo com Tourinho (2011) é algo que precisa ser desvelado, uma vez que oculta as regras organizadoras do espaço, regendo a configuração dos elementos e suas modificações ao longo do tempo. Analisá-lo, portanto, requer “identificar os níveis e elementos da realidade urbana que têm valor estratégico” (TOURINHO, 2011, p.112). Ainda de acordo com a autora, tais elementos variam no tempo e no espaço.

Para tanto, há que se considerar a escala espacial, o recorte temporal e o contexto de cada sistema urbano relativo ao seu processo histórico, bem como a acumulação dos resíduos e rugosidades espaciais dos sistemas anteriores. Destarte, a presente pesquisa tem como objeto empírico o bairro de Santo Amaro e, para melhor analisá-lo, os capítulos se estruturam em recortes temporais específicos, que auxiliam na compreensão dos processos históricos que o mesmo foi alvo, uma vez que as estruturas espaciais, sendo social e historicamente produzidas, são mutáveis, variando no tempo e no espaço.

Entende-se que o espaço é visto não apenas como local passivo onde se desenvolvem as relações sociais, mas como lugar utilizado na operacionalização do domínio de uma classe hegemônica, que permite a aplicação ou operacionalização dos instrumentos básicos de desenvolvimento das forças produtivas e, assim, da produção do capital. Essa mercantilização proveniente da lógica capitalista permite a valorização ou não desses espaços, onde as disputas estão pautadas na propriedade privada do solo, dos meios de produção e da fragmentação/integração espacial.

Esse processo de fragmentação é caracterizado, de acordo com Lacerda (2012) pela divisão da cidade em diversas partes, que podem ser individualizadas a partir dos padrões de uso e ocupação do solo, posta de forma diversificada, assim como dos níveis de provimento de infraestrutura. Ainda de acordo com a autora, tais fragmentos produzidos a partir de ações sociais e históricas, não estão isolados/segregados. Há uma integração espacial entre tais fragmentos, cujo nível de integração pode ser alto ou baixo, a depender das infraestruturas e dos serviços urbanos disponíveis. Para entendimento desses fragmentos, é necessário, portanto, perceber os processos de estruturação do espaço.

O espaço, é produzido e formado por ações mercantis, que implica numa junção de fatores que possibilitam e atribuem valor ao mesmo, cuja estruturação decorre, de acordo com Villaça (2001), fundamentalmente, das condições de deslocamento. Desta forma, dois fatores são primordiais para a estruturação do espaço: localização e acessibilidade. Assim, a terra só vale enquanto “terra-localização”, ou seja, enquanto meio de acesso à cidade. O processo de estruturação do espaço seria dominado, desta forma, pelo deslocamento do ser humano, seja enquanto portador de mercadoria força de trabalho, seja como consumidor (Villaça, 2001).

A compreensão da localização urbana, especialmente no contexto do presente trabalho, se faz crucial, uma vez que ela é determinada por dois atributos de extrema importância para compreensão das diferentes estruturações espaciais do bairro de Santo Amaro: as rede de infraestrutura, que compreendem as vias, as redes de água, de esgotos, e de energia, a pavimentação, etc; e a possibilidade de transporte de produtos de um ponto a outro da cidade, onde o deslocamento da população atua como papel dominante na estruturação do espaço intraurbano, uma vez que este último predomina sobre a própria disponibilidade de infraestrutura do local.

Tais fatores mostram-se importantes nos diferentes períodos de estruturação de Santo Amaro, uma vez que sua localização –no Centro Expandido do Recife– e sua acessibilidade –importantes eixos que o interligam as demais áreas da cidade e ao município de Olinda–, refletem nas dinâmicas e espacialidades produzidas ainda em sua formação.

Desta forma, buscando alcançar o objetivo almejado, a pesquisa ora apresentada está dividida em três capítulos. O primeiro, **Formação de Santo Amaro enquanto solo popular** – século XVII até a década de 1950–, tem por objetivo compreender a formação do solo do bairro de Santo Amaro, até a década de 1950, bem como as dinâmicas ocorridas na cidade, que influenciaram sua

formação e o início do processo de fragmentação, tornando possível a identificação não apenas das dinâmicas que marcaram o bairro, como as formas estruturais que o configura.

Para tanto, como procedimentos investigativos, realizou-se pesquisa documental e bibliográfica sobre o processo de aterro e parcelamento do solo, através das fichas de cadastro dos loteamentos e das plantas de loteamentos: 1^a Gerência Regional- Centro, da então Empresa de Urbanização do Recife (URB), na Pernambuco Participações e Investimentos S/A (PERPART) e na Companhia Estadual de Habitação e Obras (CEHAB). Além dos cadastros, foram consultados documentos de registro veterano de cartório cedido pela PERPART, com memorial dos loteamentos aprovados e o quantitativo de áreas aterradas e destinadas a construção de casas populares.

Destaca-se, ainda, a consulta de documentação como relatórios do período de atuação da Liga Social Contra o Mocambo (LSCM) e as Observações Estatísticas sobre os Mocambos do Recife. Somam-se aos documentos, as cartografias e imagens do período. Salienta-se que, fora adotada a planta de 1932 como cartografia básica para sobrepor os planos urbanísticos propostos para o bairro após os anos 1930; para o estudo dos demais itens do trabalho, foi utilizada a planta atual de Santo Amaro, a fim de facilitar a compreensão dos diferentes processos de estruturação do bairro. A adoção da planta de 1932 deve-se, primordialmente, por ser a última a constar o levantamento da cidade antes do início dos aterros e parcelamento do solo de Santo Amaro, assim como pela presença dos alagados e dos mocambos, uma vez que os mapas anteriores não traziam tais informações.

O manuseio da documentação coletada, revelou pensamentos e condicionantes sociais, políticos e econômicos, que levaram a formação inicial do bairro, assim como sua consolidação como bairro popular. Tal afirmação resulta da contabilização de 18 vilas e grupos de casas, destinado a população de baixa renda, assim como as diferenças espaciais – morfológicas e tipológicas – entre as áreas destinadas às vilas populares e as demais áreas da cidade. Os registros apontam para o diferenciado padrão construído pela LSCM no bairro, dos demais produzidos na cidade, devido, seguramente, a localização e por se tratarem de terrenos de Marinha.

O segundo capítulo, **Institucionalização do solo industrial no bairro de Santo Amaro** – décadas de 1960 a 1980 – tem por objetivo analisar os motivos que levaram a institucionalização da zona industrial e o início do processo de estagnação de Santo Amaro a partir dos anos 1960. Desta forma, adotaram-se como procedimentos investigativos, a pesquisa bibliográfica e documental, com

levantamento das cartografias, imagens e os dados dos Cadastros das Indústrias de Pernambuco organizados no referido período, assim como a consulta a jornais e as legislações urbanísticas, que incidiram sobre o bairro no período.

Entre as décadas de 1960 e 1980, Santo Amaro é marcado pela presença das indústrias, notadamente entre a avenida Cruz Cabugá e a rua da Aurora, que passa a ser configurada por grandes lotes onde são construídos galpões. No referido período, verifica-se o crescimento do bairro, a instalação de instituições públicas e privadas, especialmente ao longo da avenida Cruz Cabugá.

O terceiro capítulo, **Idealização do bairro do futuro** – a partir dos anos 1990 –, tem por objetivo identificar as dinâmicas que atuam na reconfiguração desse espaço a partir dos anos 1990, auxiliando na renegação do solo popular e despontando o bairro como local do futuro. Para alcançar tal objetivo realizou-se pesquisa documental e bibliográfica, sobre os mecanismos utilizados pelo Estado no incentivo e atração das ditas dinâmicas das legislações urbanísticas, dos jornais e da documentação referente aos projetos apresentados para o bairro.

Verifica-se como a partir dos anos 1990, atrelado aos projetos urbanísticos, com o foco na atração de novas empresas e recuperação da dinâmica do seu centro histórico, resgata-se a atenção e os investimentos para Santo Amaro e seu entorno imediato. Resulta, então, a valorização das frentes d'água que, no caso do bairro em estudo, somou-se ao atrativo do coeficiente de utilização, da localização, da acessibilidade, a existência dos equipamentos próximos as áreas de borda e, principalmente, os grandes terrenos disponíveis para tais alterações. O que se observa, todavia, é a renegação pelas espacialidades produzidas, e em produção das características do primitivo bairro, especialmente como solo da população de baixa renda.

Destarte, a pesquisa apresenta-se, como um importante instrumento para compreensão das diversas espacialidades produzidas em Santo Amaro até a sua atual configuração.



Bairro de Santo Amaro nos anos 1940.

Museu da Cidade do Recife

2 FORMAÇÃO DE SANTO AMARO ENQUANTO SOLO POPULAR

2 FORMAÇÃO DE SANTO AMARO ENQUANTO SOLO POPULAR

Compreende-se o espaço como uma realidade objetiva, em permanente processo de transformação, como um sistema de objetos e ações que determinam a cada momento um novo sistema espacial, onde este espaço é, de acordo, com Santos (1985), definido pela sua forma, função, estrutura e processo.

Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se [...] ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. *Função* [...] sugere uma tarefa ou uma atividade esperada de uma forma [...]. *Estrutura* implica a interrelação de todas as partes a um todo; o modo de organização ou construção. *Processo* pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança (SANTOS, 1985, p. 50).

Tais elementos alteram seus conteúdos e manifestações com os processos sociais, onde de acordo com Tourinho (2011), podem contribuir como facilitadores e/ou se contrapor como rugosidades de diferentes níveis. O espaço é ainda, de acordo com Villaça (1986), caracterizado pela concentração não apenas da população, como também de um conjunto complexo de uso do solo, fragmentado e articulados/integrados entre si, por meio de fluxos materiais e sociais.

Isso exposto, entende-se que o bairro de Santo Amaro passou por diferentes processos de estruturação e formação do seu solo, decorrentes das dinâmicas políticas, econômicas e sociais, especialmente do período inicial da sua formação até a década 1950. Compreendendo que no estudo do espaço urbano as estruturas espaciais são produzidas histórica e socialmente, sendo mutáveis, variando no tempo e no espaço, o presente capítulo tem como objetivo compreender a formação inicial do solo do bairro de Santo Amaro, bem como as dinâmicas ocorridas na cidade do Recife que a influenciaram e o de fragmentação/integração, no período correspondente do século XVII aos anos 1950. Para tanto, serão abordados: (i) Entre alagados e mocambos- a formação inicial do bairro; (ii) Primeiras idealizações para o bairro segundo os planos urbanísticos; (iii) Estruturação espacial do bairro entre as décadas de 1930 e 1950.

2.1 ENTRE ALAGADOS E MOCAMBOS: A FORMAÇÃO INICIAL DE SANTO AMARO

A ocupação do bairro de Santo Amaro data ainda do período holandês. Denominado por Santo Amaro das Salinas, devido à produção de sal que ali havia, o local fora ocupado pelo holan-

deses em 1630, que de imediato construíram o Forte Waerdenburch, localizado na denominada ilhota d'Asseca, “que jazia em frente à atual posição da ponte da rua da Aurora, sobre o braço do rio que entra ao norte do projetado Jardim 13 de maio” (COSTA, 1983, p. 501), um dos primeiros elementos encontrados na planta da cidade do Recife de 1648. Além do forte, pode-se constatar o sítio das salinas e o Caminho para Olinda, elementos cruciais nos primeiros momentos de formação do bairro [Figura 8].

Figura 8 - Bairro de Santo Amaro em sua possível localização, 1648.



Fonte: Biblioteca Nacional, 1648, editado pela autora.

E conta-se que em 1630 – ano fatídico da invasão holandesa – já era patente a animação da localidade pela indústria da fabricação do sal, “cujos estabelecimentos ativantes funcionavam e via-se mesmo acentuadamente manifestado um núcleo de animada povoação em seu torno”. Tendo os holandeses, depois de desembarcados nas praias de Olinda e do Recife, se firmado nas lutas para a conquista de toda a capitania, a 11 de julho de 1630 intentaram a primeira investida contra aquêle reduto mal protegido das salinas de Rêgo Barros (GUERRA, 1970, p. 70).

O local fora retomado apenas quando da expulsão flamenga, depois de intensas lutas e cuja vitória foi atribuída a Santo Amaro, pela data comemorativa de tal santo coincidir com tal reconquista (Costa, 1983). Após a expulsão holandesa, o forte⁹ foi destruído e a ilha d'Asseca desapareceu com o aterro que a ligou ao continente.

Sob as ruínas do forte foi erguida a capela sob a invocação de Santo Amaro das Salinas, em

⁹De acordo com Costa (1983), até o ano de 1816 era possível ver as ruínas do forte das Salinas no local.

1681, por Luis do Rêgo Barros, filho de Francisco do Rêgo Barros¹⁰ e herdeiro das terras. A capela, juntamente com a Cruz do Patrão –localizada no istmo de Olinda –, servia de referência aos navios que chegavam ao porto (Guerra, 1970).

A localização do bairro de Santo Amaro, conforme a sua configuração no século XVII e o baixo grau de acessibilidade ao local, era considerado mais próximo ao núcleo de Olinda, e, como tal, distante do núcleo principal do Recife, ficando, de certo modo, isolado do núcleo primitivo da cidade.

Esse quadro, no entanto, foi alterado no decorrer dos anos, pelo aumento da rede de acessibilidade, ligando-o não somente ao centro do Recife como, também, a outros bairros da cidade, por meio de importantes eixos como a Estrada de Ferro do Limoeiro (atual avenida Norte), a Estrada João de Barros (atual avenida João de Barros) e a Estrada de Olinda (atual avenida Cruz Cabugá), aumentando, desta forma, seu grau de integração com o restante da cidade.

Nota-se que, até meados do século XIX, o bairro contava com rarefeita ocupação e baixa integração com o restante da cidade, mostrando maior ocupação na porção ligada ao bairro da Boa Vista [Figura 9]. Em 1817, inicia-se a construção da Estrada de Olinda, também denominada Estrada Luís do Rêgo, com o intuito de conectar melhor o Recife à Olinda, no mesmo traçado do Caminho para Olinda (Cavalcanti, 1998). Além desta, destacam-se as demais citadas, que vão atribuir nova feição ao bairro de Santo Amaro. Essas novas conexões possibilitaram maior conectividade com o restante da cidade, retirando o bairro do isolamento existente até então.

Figura 9 - Bairro de Santo Amaro e sua possível delimitação, em 1856.



Fonte: Museu da Cidade do Recife, 1856, editado pela autora

¹⁰Juiz ordinário, em 1593, vereador e presidente da Câmara de Olinda, Francisco do Rêgo Barros nasceu em Olinda e, nos fins do século XVI, era a mais alta autoridade na administração da capitania de Pernambuco (Guerra, 1970). Ao lado do irmão, João do Rêgo Barros, foram os primeiros no tronco da tradicional família Rêgo Barros, onde, no século XIX, nascera o também denominado Francisco do Rêgo Barros, Conde da Boa Vista.

Em 1840, devido ao crescimento do número de mortos na cidade, especialmente os vitimados pela febre amarela, é aprovada a Lei Provincial n.º 9, que previa o desenvolvimento, por uma comissão, de estudo para a elaboração do projeto do Cemitério Público a ser localizado nos arredores da cidade. A comissão recebeu, como um dos principais membros, o engenheiro francês Louis Lèger Vauthier, que com o auxílio de José Mamede Alves Ferreira, desenvolveu o projeto para o cemitério (Parahym, 1978).

Nessa época, sendo o bairro de Santo Amaro fora dos limites da cidade, já contava com equipamentos ligados à morte, como o Lazareto de Santo Amaro¹¹ (Paraíso, 1997). A ele vem se somar o Cemitério do Bom Jesus da Redenção, também denominado de Cemitério de Santo Amaro, no ano de 1851. Com formato composto por radiais –tendo no centro a capela barroca, erguida em 1855–, esse Cemitério é um dos principais elementos de configuração do bairro, que atrelado aos corredores de mobilidade, o estrutura espacialmente.

Na Planta da Cidade do Recife e seus Arredores, de F. H. Carls, meados dos anos 1870 [Figura 10], o bairro ainda é caracterizado por rarefeita ocupação. Destacam-se os novos edifícios ligados a saúde, como o Hospital de Santo Amaro, construído entre 1872 e 1892. Surgindo como Asilo de Mendicidade, destinado a receber os mendigos da cidade, foi erguido pelo engenheiro José Tibúrcio Pereira de Magalhães. Posteriormente, entretanto, foi adaptado para atuar como hospital geral, recebendo a denominação de Hospital de Santo Amaro (Cavalcanti, 1998). Os corredores de mobilidade – Estrada João de Barros, Estrada de Olinda e Estrada de Ferro do Limoeiro – permitiram o paulatino crescimento do povoado, especialmente ao longo de suas extensões. Os equipamentos que surgem no século XIX são locados, em sua maioria, ao longo dos referidos caminhos, como o Cemitério dos Ingleses, construído no início do século XIX¹².

¹¹Nas proximidades do cemitério havia o Lazareto de Santo Amaro, que, de acordo com Paraíso (1997), era onde ficavam em quarentena os escravos chegados da África. Também no bairro ficou estipulado único local de venda escravos.

¹²O Cemitério dos Ingleses foi construído em 1814, devido ao grande número de ingleses em Pernambuco e, especialmente ao Tratado de Navegação e Comércio firmado entre Portugal e Inglaterra, que previa o enterro em locais previamente designados para este fim dos ingleses que aqui viessem a falecer.

Figura 10 - Bairro de Santo Amaro em Planta da Cidade do Recife e seus Arredores, F.H.Carls, década de 1870.



Fonte: Biblioteca Nacional, 1870, editado pela autora.

Importante esclarecer que a estruturação do espaço intraurbano está intimamente ligado ao deslocamento do ser humano, seja enquanto portador de mercadoria força de trabalho, seja enquanto consumidor. Tal deslocamento depende da maneira como estão distribuídas as funções no território, como residências, comércios, atividades industriais, e como estas se articulam no sistema viário, uma vez que, de acordo com Tourinho (2011, p.131), “a estrutura espacial intraurbana, em termos gerais, diz respeito a como os principais elementos da cidade e seus relacionamentos estão organizados dentro do todo urbano, determinando a natureza, as características e o funcionamento deste todo”.

Exatamente daí vem, por exemplo, o enorme poder estruturador intra-urbano das áreas comerciais e de serviços, a começar pelo próprio centro urbano. Tais áreas, mesmo nas cidades industriais, são as que geram e atraem a maior quantidade de deslocamentos (viagens), pois acumula os deslocamentos de força de trabalho –os que ali trabalham- com os de consumidores- os que ali fazem compras e vão aos serviços (VILLAÇA, 1998, p.20).

Muito além do que o estudo das formas revela, de acordo com Villaça (1998), é necessário identificar a natureza dos principais elementos da cidade e suas razões locacionais, sua importância ou papel nas direções de crescimento, ou seja, no processo de crescimento extensivo e intensivo, correlacionando as características de cada um deles com as dos demais elementos que fazem parte

do espaço urbano. Portanto, de acordo com o referido autor, é necessário compreender a localização desses elementos, isto é, onde são produzidos e consumidos. Isso nada mais é do que a relação entre eles.

[...] a localização urbana é um tipo específico de localização: aquela na qual as relações não podem existir sem um tipo particular de contato: aquele que envolve deslocamentos dos produtores e dos consumidores entre os locais de moradia e os de produção e consumo. Com isso, temos dois outros tipos de espaço: os que envolvem deslocamentos –as localizações- e os que não envolvem deslocamentos– os objetos em si (VILLAÇA, 1998, p.23).

Assim, diante do exposto, a localização dos elementos que configuram o espaço urbano, especialmente no contexto do presente trabalho, se faz crucial. Os elementos que envolvem deslocamentos, até o final do século XIX, estão predominantemente representados pelas redes viárias e ferroviárias, que articulam o Recife a Olinda e a Limoeiro; e pela consequente possibilidade de transporte de pessoas e produtos de um ponto a outro dessas cidades. Os elementos que não envolvem deslocamento – os objetos em si – referem-se sobretudo, à saúde, morte, educação e lazer. Todavia, insiste-se que esses objetos ganham maior sentido e valor se analisados no contexto do bairro e da cidade e não apenas como objetos isolados dispostos no espaço. Estes devem ser atrelados, ainda, ao sistema de ações (intervenções) que caracterizam os diferentes períodos de estruturação urbana da área.

Até o início do século XX, observa-se a ocupação da porção de solo mais próxima ao bairro da Boa Vista, aos eixos de mobilidade e ao longo do eixo da rua da Aurora. Ressalta-se que, a população do bairro, predominantemente de baixa renda, se instalou de forma dispersa, sempre próxima aos eixos de mobilidade, especialmente nas imediações dos cemitérios -Ingleses e Santo Amaro-, uma vez que eram áreas mais desvalorizadas e sujeitas a alagamento.

O que se observou, especialmente no início do século XX, após o aumento da rede de mobilidade, foi o crescimento dos mocambos em Santo Amaro, chegando ao número de dois mil¹³, ficando atrás apenas dos bairros da Encruzilhada e do Poço da Panela. Verifica-se que os fatores de localização e mobilidade, contribuíram significativamente para instalação e crescimento da população de baixa renda que se firmou no bairro, uma vez que o local era tido como área fora da cidade. Condição esta que se altera com a ampliação da acessibilidade, momento em que se forma uma das

¹³De acordo com os dados do recenseamento realizado em 1938, foram considerados como mocambos as habitações construídas em taipa, madeira não aparelhada, zinco, flandre, capim ou palha.

áreas mais próximas do centro do Recife, possibilitando o acesso ao comércio e ao serviço, assim como os locais de trabalho.

2.2 PRIMEIRAS IDEALIZAÇÕES PARA O BAIRRO SEGUNDO OS PLANOS URBANÍSTICOS

Santo Amaro é transformado em distrito em 1892, constando no início do século XX como lugar fora do núcleo principal da cidade, ocupado com equipamentos ligados a saúde, a doença e a morte e habitado por população de baixa renda. Cabe anotar um conjunto de transformações empreendidas na cidade do Recife entre o final do século XIX e o início do século XX, com implicações no processo de estruturação ao referido bairro. Uma dessas transformações decorreu dos planos urbanísticos que tinham como foco principal a remodelação do centro histórico da cidade, assim como o ordenamento do Recife como um todo¹⁴.

Entre estas transformações, destaca-se a reforma do Bairro do Recife. Apesar de não intervir diretamente em Santo Amaro, a intervenção urbanística na área portuária o impactou por meio do recebimento de parte da população expulsa pelas demolições resultantes. Em 1913, segundo Lubambo (1991), Santo Amaro contava com uma população de 16.967 pessoas, que residia em 914 edifícios e 2.230 mocambos.

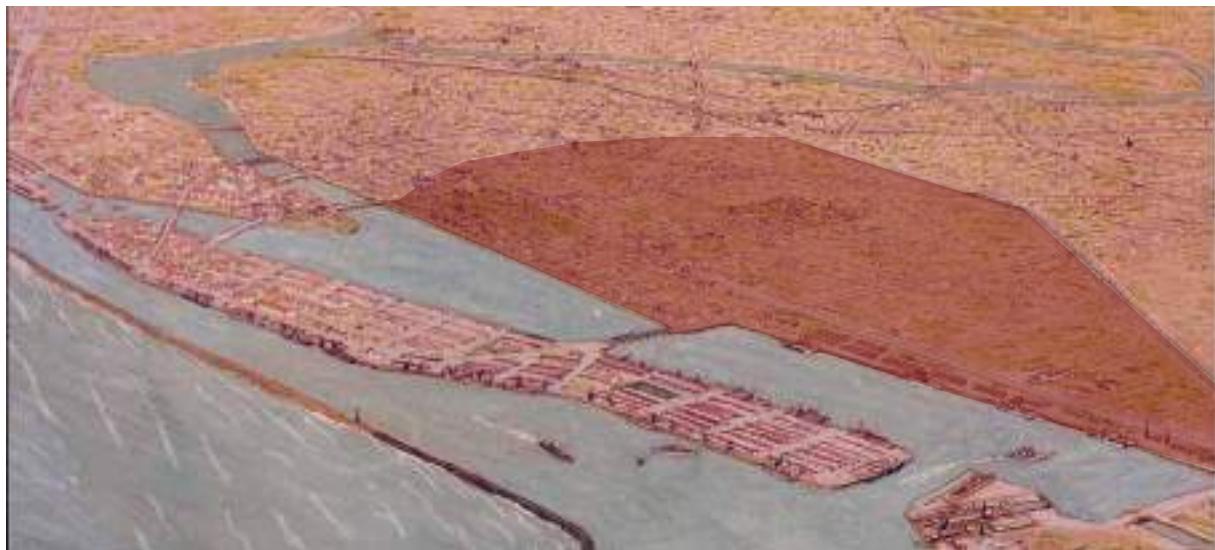
Em 1917, Saturnino de Brito elabora o plano de expansão urbana para a cidade do Recife. O bairro de Santo Amaro, é alvo de um redesenho dos espaços edificáveis, com abertura de novas vias, especialmente na área delimitada pelas avenidas Mário Melo, Norte e Cruz Cabugá, e rua da Aurora.

O período subsequente, entre as décadas de 1920 e 1940, é marcado por projetos de ampliação da zona portuária do Bairro do Recife, assim como a remodelação do bairro de Santo Antônio.

¹⁴De acordo com Villaça (1999), ao identificar as fases de planejamento urbano das cidades brasileiras, verifica-se que o período correspondente a 1875-1930 (primeira fase), caracteriza-se pelos planos de embelezamento, que foram marcados pelas intervenções pontuais, em sua maioria, nos centros das cidades, com alargamento de vias e erradicação da população de baixa renda das áreas centrais. A segunda fase (1930-1965) ainda de acordo com o autor, se caracteriza pelos planos de conjunto, onde se priorizava o novo traçado das cidades, com obras viárias que interligavam o centro aos novos bairros, verificando-se a influência da indústria automobilística. Importante salientar que a política habitacional adotada no período possibilitou a expansão das cidades por meio da aquisição da casa própria, viabilizada pelo sistema de venda a crédito.

nio e ordenamento da cidade, em sua nova fase de expansão urbana. Destaca-se, primeiramente, o projeto do professor Manuel Antônio de Moraes Rêgo, em 1932, de ampliação do porto para o sul e para o norte, com a ocupação da bacia de Santo Amaro, inclusive na margem continental, com armazéns e ampliação na área de ancoragem dos navios [Figura 11].

Figura 11 - Bairro de Santo Amaro no projeto de ampliação do Porto do Recife, 1932.



Fonte: REYNALDO, 2018, editado pela autora.

Embora não tenha sido aprovado de imediato¹⁵, o projeto é discutido, posteriormente, pela Comissão do Plano da Cidade, responsável pela formulação de um plano urbanístico de remodelação do centro e de ordenamento do crescimento do Recife, baseado nos preceitos sanitaristas disseminados nos finais do século XIX (Outtes, 1992). Além do plano de Moraes do Rêgo, destacam-se os elaborados por J. A. Teixeira de Mello (1934) que propunha a dragagem e o aterro da bacia de Santo Amaro, com intuito de aumentar a área atracável do porto. Tratou-se, de forma geral, de uma releitura da projeto de Moraes Rêgo, contemplando a ligação entre os bairros do Recife e de Santo Amaro, com uma grande esplanada e um porto para transatlânticos.

A cidade fora crescendo ao longo de importantes eixos, alguns, primitivamente caminhos dos engenhos, transformados posteriormente, para linhas de bondes, como as atuais avenidas Conde da Boa Vista, Caxangá, Rui Barbosa, Conselheiro Rosa e Silva, João de Barros, Cruz Cabugá e Norte. Essa mudança na acessibilidade de novas áreas da cidade, proporcionou um direcionamento de crescimento urbano e uma mudança de valor do seu espaço, que não se confunde com o valor dos objetos localizados nesse espaço, como edifícios, casas, ruas, infraestruturas, etc. De acordo com

¹⁵O projeto foi aprovado por volta de 1932, com alterações, discutido pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação.

Villaça (1998), o valor do espaço envolve o valor da força produtiva das aglomerações, dado pela localização dos objetos do espaço (edifícios, ruas, praças). É traduzido pelo valor do uso da terra que, no mercado, assume a forma de preço da terra.

No contexto ora analisado é de extrema importância, uma vez que as localizações de determinadas atividades econômicas e das camadas sociais são feitas segundo a lógica do preço de localização. A acessibilidade é um dos pontos dessa lógica ao estabelecer o grau de integração, ou seja, de acessibilidade dos elementos (objetos) urbanos.

No que concerne diretamente o bairro de Santo Amaro, observam-se as transformações propostas para o local especialmente nos planos de Domingos Ferreira, ainda nos anos 1920; Nestor de Figueiredo, 1934; Atílio Corrêa Lima, 1936 e Ulhoa Cintra, 1943. Importante salientar como o bairro é tratado nos diferentes planos em nível de rede de mobilidade, consequentemente, integração dos seus fragmentos com o restante da cidade.

No plano de Domingos Ferreira, apresentado em 1926, primeiro de remodelação dos bairros do Recife, Santo Antônio e São José, e expansão da cidade, verifica-se, no que concerne ao bairro de Santo Amaro, uma completa remodelação, porém, com preservação dos principais elementos como os cemitérios de Santo Amaro e dos Ingleses e o Hospital de Medicina. São propostas pequenas radiais para onde convergem as vias locais. Preserva-se o eixo de ligação com o município de Olinda, papel desempenhado pela avenida Cruz Cabugá, e propõe-se a ligação com o Bairro do Recife. Predomina a importância da conexão entre a área central e os bairros periféricos, com melhoria para a mobilidade e a acessibilidade dessas áreas [Figura 12]. O principal impacto e crítica sofrida pelo referido plano foi a não utilização da estrutura da rede geral de esgotos proposta por Saturnino de Brito (1917).

A não aprovação do plano de Domingos Ferreira (1926), abre espaço para um novo projeto realizado por Nestor de Figueiredo. É organizado um plano geral para a cidade (1934), adotando zoneamentos, que tinham como centro a Praça da Independência, no bairro de Santo Antônio. No bairro de Santo Amaro, verificam-se as principais vias, assim como alguns eixos radiais presentes desde o plano de Domingos Ferreira, porém, com menor número. Não há ligação entre o Bairro do Recife e o bairro de Santo Amaro. É proposto um sistema viário radial-perimetral, sendo a avenida Cruz Cabugá uma das perimetrais propostas que faria ligação ao município de Olinda [Figura 13].

Figura 12 - Santo Amaro no Plano de Domingos Ferreira sob o mapa base de 1932.



Fonte: REYNALDO, 2017, p.194, editado pela autora.

Figura 13 - Santo Amaro no Plano de Nestor de Figueiredo sob o mapa base de 1932.



Fonte: REYNALDO, 2017, p. 232, editado pela autora.

Em 1936 é elaborado novo plano urbanístico, agora por Atílio Correia Lima e no que concerne o bairro de Santo Amaro, contempla a sua ligação com o Bairro do Recife, com um aterro de 15 hectares, próximo a ponte do Limoeiro, onde seria construída uma estação de passageiros para os transatlânticos. Esse aterro também teria uma avenida de 100 metros de largura desembocando na extremidade de Santo Amaro (Outtes, 1992), assim como a proposta realizada por Teixeira de Mello (1934). Essa avenida seria a entrada principal para a cidade [Figura 14].

Como resultado, previa-se o embelezamento para o bairro, com modificação do cais e avenida que contornaria o bairro, com 30m de largura e presença de palmeiras. Nota-se, ainda, que o eixo de ligação principal que ligaria a Olinda não seria a Av. Cruz Cabugá. Um eixo maior cruzava o bairro de ponta a ponta, desembocando próximo aos Coelhos. As áreas próximas a bacia de Santo Amaro e, por consequência ao Bairro do Recife, destacam-se pela primazia do desenho, cuja trama urbana era melhor delimitada e com maior conectividade se comparada as áreas próximas aos cemitérios. Na bacia de Santo Amaro previa-se, ainda, a possibilidade de áreas para demonstrações esportivas (Outtes, 1992).

A proposta para o aterro dessa bacia sofre severas críticas e objeções. Sendo apresentado, em 1943, um novo plano pelo urbanista Ulhôa Cintra, que propõe a criação de um perímetro de

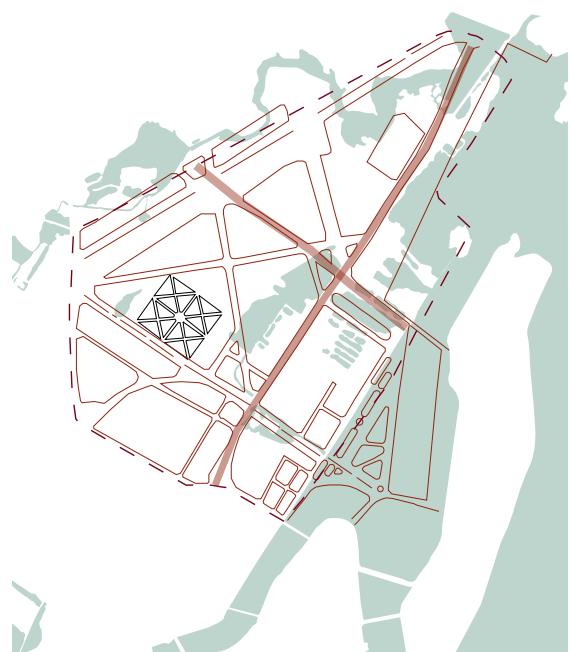
irradiação a partir do centro urbano, donde partiriam vias radiais. Todavia, a confluência dos rios apresentava-se como uma grande dificuldade. O urbanista propõe, então, o aterro da bacia de Santo Amaro, a partir da qual partiriam duas pontes, uma para a Praça da República (bairro de Santo Antônio) e outra para a Praça Tiradentes (Bairro do Recife) [Figura 15].

Figura 14 - Santo Amaro no Plano de Atílio Correia Lima sob o mapa base de 1932.



Fonte: REYNALDO, 2018, editado pela autora.

Figura 15 - Santo Amaro no Plano de Ulhôa Cintra sob o mapa base de 1932.



Fonte: REYNALDO, 2017, editado pela autora.

Os planos ora apresentados revelam a importância e a prioridade dada aos dois principais eixos que estão presentes desde a formação inicial de Santo Amaro – avenidas Norte e Cruz Cabugá –, assim como a importância dada ao bairro através das redes de mobilidade propostas, sendo os dois primeiros planos – Domingos Ferreira e Nestor de Figueiredo –, caracterizados pela alta integração das diversas partes que compõem o bairro, bem como a conectividade do mesmo com o restante da cidade. Nos dois últimos planos – Atílio Correia Lima e Ulhôa Cintra –, verifica-se a prioridade no aumento da acessibilidade nas áreas que margeiam o bairro da Boa Vista e a Bacia de Santo Amaro, conectando-o, ainda, ao Bairro do Recife e de Santo Antônio.

A importância dessa rede de acessibilidade ocorre pelo papel que a mesma desempenha no processo de estruturação, onde, de acordo com Villaça (2001, p. 23), "as condições de deslocamento do ser humano, associadas a um ponto do território urbano, predominarão sobre a disponibilidade de infraestrutura desse mesmo ponto. A acessibilidade é mais vital na produção de localizações do que a disponibilidade de infraestrutura". Ainda consoante o autor, a possibilidade de deslocamento

e a rede de infraestrutura são dois importantes atributos da localização urbana, determinando os espaços¹⁶.

Pode-se afirmar que, os planos de ordenamento e remodelação anteriormente expostos, revelam maior rigor e tratamento da área central recifense e em seu limite imediato, a exemplo das áreas de borda do bairro de Santo Amaro que, até meados dos anos 1940 ainda se configurava como Boa Vista e Pombal. Todavia, nenhum dos planos foi posto em prática no bairro e o final dos anos 1930 se mostrou crucial para a formação do solo e o início de novos processos estruturadores.

2.3 ESTRUTURAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO: O BAIRRO POPULAR ENTRE AS DÉCADAS DE 1930 E 1950

Retoma-se, brevemente, o final do século XIX, a fim de compreender o desenvolvimento industrial que caracteriza o Recife na transição desse século para o XX, assim como o crescimento e alta concentração populacional na cidade, em decorrência da diversificação do sistema produtivo e das significativas alterações pelo qual passava a economia pernambucana. O surgimento das primeiras usinas e o crescimento da indústria têxtil, localizadas na cidade, devido à proximidade com o mercado consumidor e com a mão de obra que ali se concentrara¹⁷, impulsionadas também pelas migrações que ocorreram no Estado, permitiram o surgimento de significativo número de indústrias que alteraram a dinâmica local.

Com o crescimento da produção dos tecidos ampliam-se as instalações fabris e, consequentemente, o número de trabalhadores residindo próximo às fábricas.

Todos os testemunhos são concordes em confirmar a acelerada expansão urbana do Recife no século XIX. É no decorrer deste século que o crescimento da cidade se começa a fazer em ritmo acelerado e se desenvolvem os seus foros de metrópole. [...] O engrossamento do fluxo comercial por Recife teve, portanto, significativas consequências para a cidade, que se moderniza, e adapta à sua função comercial sobremodo ampliada (SINGER, 1977, p.290-291).

¹⁶ De acordo com Harvey (1982), o trabalho útil concreto produz valores de uso em determinados lugares, sendo também consumidos em locais determinados, culminando, desta forma, em dois espaços, o dos objetos em si e aqueles determinados pelos locais em que são produzidos e consumidos.

¹⁷ De acordo com Lubambo (1991), em 1923, os bairros do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista, somavam 436 edificações destinados a usos industriais e 12.876 destinados ao comércio.

De acordo com Lubambo (1991) a cidade, que já apresentava considerável mercado de consumo, tem sua população¹⁸ triplicada entre meados do século XIX e a primeira década do século XX. A cidade passava, assim, por diversas alterações diante da dinâmica provocada pelo avanço do setor industrial. Com as reformas urbanas empreendidas no Porto do Recife, ocorre um crescimento no setor terciário, onde, de acordo com Reynaldo (2017), observa-se a instalação, na então área portuária, de agências internacionais, bancos e seguradoras.

Todavia, ao contrário da cidade como um todo, o centro¹⁹ do Recife apresentou, nos anos 1910, um baixo crescimento populacional onde, ainda de acordo com Reynaldo (2017), enquanto o bairro de São José se firma como bairro residencial, o bairro de Santo Antônio vai se confirmar como centro administrativo e comercial da cidade. Tal fato pode ser visto na tabela 1: queda populacional do Bairro do Recife e o fraco crescimento no bairro de Santo Antônio, especialmente quando comparado ao crescimento das demais freguesias. Dentre essas, o bairro de Santo Amaro, em 1913, apresentava a 4^a maior população do período, aproximadamente 10% do total da cidade.

Tabela 1 - População das freguesias do Recife.

Freguesias	1910	1913	1923
Recife	13.204	5.146	3.206
S. Antônio	19.234	14.857	20.915
S. José	21.576	32.404	31.143
Boa Vista	22.726	22.876	50.900
Graças	13.056	11.884	59.824
Afogados	19.694	15.578	69.687
Várzea	4.153	13.887	29.813
Poço da Panela	10.330	23.857	47.662
Santo Amaro	-	16.967	-

Fonte: LUBAMBO, 1991, p.134

Tal crescimento populacional que caracteriza o início do século XX, especialmente da população de baixa renda, decorre do desenvolvimento econômico e dos ex-escravos que não mais residiam nos antigos engenhos e passaram a ocupar os terrenos mais desvalorizados da cidade. De acordo com Baltar (2000, p. 53),

A ocupação dos terrenos desvalorizados pelas habitações mais pobres oferecia a característica de se dar no centro mesmo da cidade, onde os alagados e baixios sujeitos à inundação das marés mais altas –sendo terrenos desprezíveis, ficavam ao alcance da apropriação pelos habitantes economicamente mais fracos.

¹⁸ A população do Recife, que em 1843 apresentava 66.280 habitantes, passa a 218.55, em 1913.

¹⁹ Formavam o centro histórico os bairros do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista.

No ano de 1925 existia no Recife 19.079 casas frente a 19.947 mocambos (Lira, 1994). Até meados dos anos 1930, a cidade era marcada por esse último tipo de habitação, onde residia a população de baixa renda, o que passaria a cobrar uma política habitacional proveniente do Estado. Salienta-se que, ainda nos anos 1930, as cidades brasileiras eram marcadas pela forte presença de cortiços e de mocambos e quando esses últimos se tornavam obstáculos à renovação urbana das áreas mais nobres da cidade, eram demolidos e a “massa sobrante” deslocada para as regiões menos valorizadas pelo mercado (Villaça, 1986).

Com o despertar do dia ficam vazios todos os mocambos, saindo os homens para trabalhar nas fábricas, carregar e descarregar os navios, as mulheres para cozinhar e lavar nas casas ricas, os meninos pra vagabundagem, tomar conta das ruas, entrar de lama adentro pra pegar caranguejo. Até os aleijados e os cegos que moram nos mocambos saem pra mendigar na cidade (MAIOR, 1992, p. 259)

Em detrimento da sua localização, caracterizado por áreas de baixios, junto ao mar²⁰ [Figura 16], além da proximidade do núcleo urbano inicial do Recife, local de concentração dos serviços e comércio citadino, Santo Amaro era o terceiro bairro com maior concentração de mocambos. Possuía forte presença de alagados, especialmente nas áreas ao norte, próximo ao município de Olinda e ao sul, próximo ao centro do Recife. Todavia, esse quadro será alterado nas décadas subsequentes, com as novas dinâmicas empreendidas na cidade, resultado da política econômica adotada no período e do processo de valorização de determinadas áreas.

Figura 16 - Áreas alagadas do bairro de Santo Amaro nos anos 1930.



Fonte: Fundação Joaquim Nabuco, 1930.

²⁰ Até o início do século XX o bairro contava com muitos pescadores, que se utilizavam das áreas próximas ao mar para criação em viveiros.

2.3.1 Vilas populares no bairro de Santo Amaro

A produção habitacional no Brasil, até início do século XX, esteve voltada prioritariamente, para o investimento privado, em moradias de aluguel. Não havia a preocupação por parte do Estado quanto ao direito de moradia. O quadro era marcado por forte demanda habitacional nas principais cidades, ao passo que se tornava rentável a produção de casas de aluguel com baixo investimento, sem infraestrutura adequada.

A produção da moradia operária no período de implantação e consolidação das relações de produção capitalistas e de criação do mercado de trabalho livre, que corresponde aos primórdios do regime republicano, era uma atividade exercida pela iniciativa privada, objetivando basicamente a obtenção de rendimentos pelo investimento da construção ou aquisição de casas de aluguel (BONDKI, 1994, p. 711).

A partir da emergência do trabalho livre, em decorrência da abolição da escravidão; a substituição das importações, consequentes das elevadas tarifas alfandegárias; e a política financeira e creditícia inflacionária, que incentivou a mobilização das atividades industriais (Lacerda, 1991), observou-se novos investimentos nas indústrias e maior atenção por parte do Estado no crescimento demográfico que assolavam as cidades.

Nesse novo momento de desenvolvimento capitalista, a habitação assumiu nova função, quando verificou-se, de acordo com Lipietz, a necessidade de desenvolver o raio de circulação das mercadorias sobre o terreno mais estável possível, o da reprodução da força de trabalho. Nesse contexto, altera-se o padrão de localização residencial da força de trabalho, “caracterizado pela proximidade do lugar do trabalho ao da residência, redefinindo-se com o processo de uniformização da força de trabalho utilizada” (ABRAMO, 1995, p.518).

Ainda consoante Abramo (1995, p.518) a habitação deixa de ser apenas o lugar de reprodução física da força de trabalho e, "passa a ser também o lugar de acumulação e realização individual dos valores de uso de bens duráveis", ganhando, assim, dupla importância no processo de reprodução do capital. Salienta-se, ainda, a importância quanto a estabilidade espacial, uma vez que a localização domiciliar próximo ao local de trabalho reduziria grandes deslocamentos e, assim, a jornada de trabalho.

No contexto do Recife, verifica-se o grande crescimento populacional atrelado ao aumento

incontrolável dos mocambos, especialmente nas áreas próximas ao centro da cidade, onde se concentravam maior quantidade de indústrias do período, bem como os principais comércios e serviços. Tal cenário, atrelado as novas dinâmicas e necessidades econômicas, resultou na intervenção do Estado no provimento de moradias, alterando, ainda, as funcionalidades da estrutura urbana da cidade, diante do novo processo de valorização do capital.

Nesse período, meados dos anos 1930, os mocambos chegam ao número de 45.581. Passando a serem vistos como um ferimento a vaidade de uma sociedade moderna, que almejava o crescimento e a modernização da cidade, além de se tornarem um empecilho ao desenvolvimento econômico, uma vez que muitos localizavam-se em áreas valorizadas e rompiam a nova lógica da produção habitacional.

A habitação surge ligada a questão populacional e sanitária, incluída entre os quadros nosográficos e cálculos demográficos e aos poucos enquadrada como tema de assistência social. O Recife cresce, de acordo com Lira,

[...] em favor da salubridade urbana excluindo os mocambos, os charcos, os manguezais, contra os quais afirmava o primado da engenharia sanitária, do aterro, da canalização; em favor da ordem e da racionalidade da ocupação do solo assimilando as regras do zoning e estabelecendo os locais de moradia proletária na cidade; em favor do sistema viário radial-perimetral excluindo a rua estreita, o uso doméstico das vias públicas, o pedestre; em favor do plano do conjunto excluindo a escala do detalhe e o acaso da edificação tradicional; em favor da sua imagem moderna rejeitando a aparência antiga da cidade, com seus telhados, beirais, empenas, torres de igrejas, irregularidade e sinuosidade das quadras (LIRA, 1996, p.17).

Para melhor atuação, o Estado solicita a criação da Comissão Censitária dos Mocambos, em 1938, ano anterior a criação da Liga Social Contra o Mocambo. O resultado do recenseamento, elaborado pela referida comissão, é publicado nas Observações Estatísticas sobre os Mucambos do Recife (1939). Dos 45.581 mocambos²¹, 42,75% eram próprios, porém de chão alugado; 42,81% eram alugados; apenas 8,69% eram próprios e com chão também próprio. Com um rendimento anual de 328\$800 por unidade, quantitativo bastante elevado se levarmos em consideração que o valor médio do mocambo era de 424\$300, o valor do aluguel mensal chegava a 27\$400 e o aluguel do chão a 3\$00 [Tabela 2].

²¹Destaca-se o grande crescimento no quantitativo dos mocambos entre os anos de 1925, quando existiam 19.947, e em 1938, com 45.581, apresentando, desta forma, um crescimento aproximado de 130% em menos de 15 anos.

Tabela 2 - Quantitativo dos mocambos de acordo com a espécie da posse.

Espécie de posse	Mocambos		Valor (contos de réis)	
	Nº absolutos	Nº relativos %	Nº absolutos	Nº relativos %
Próprio, pagando chão	19.486	42,75	10.790	47,88
Alugado	15.417	33,82	6.980	30,97
Próprio, não pagando chão	3.963	8,69	2.147	9,53
Desalugado	4.097	8,99	1.377	6,11
Cedido gratuitamente	2.305	5,06	1.159	5,14
Em construção	313	0,69	84	0,37
Total	45.581	100	22.537	100

Fonte: PERNAMBUCO, 1939, p.12.

Com a identificação de 45.581 mocambos revela-se um valor aproximado de 22.537 contos de réis, com predominância do material da palha-terra, com 30.886 unidades, a um valor de 11.422 contos. Desta forma, nota-se como era rentável para os donos dos mocambos o sistema de aluguel, uma vez que os mocambeiros que alugavam apenas o chão correspondia a 42,75% do total e os que alugavam o chão e o mocambo, correspondiam a 33,82%. Assim, revela-se que, com menos de dois anos os donos recuperavam o dinheiro investido no imóvel (Pernambuco, 1939).

Outro importante dado colhido pela recenseamento fora a profissão dos chefes de família. Verificou-se que os maiores quantitativos [Tabela 3] eram empregadas domésticas, somando 20% do quantitativo recenseado, seguido pelos que trabalhavam em transportes (15%) e artesanato (13%). Os chefes que trabalhavam nas indústrias somavam apenas 8,35% do total. Todavia, ao verificarmos o número de operários que trabalhavam nas indústrias e residiam nos mocambos, o número cresce significativamente para 8.267.

Tabela 3 - Ocupação dos chefes de família residentes nos mocambos.

Ocupação	Chefes de Família	
	Nº absolutos	Nº relativos %
Indústria	3.340	8,36
Artesanato	5.317	13,3
Pequeno Agricultor	5.433	13,61
Adm. Particular	2.661	6,66
Adm. Pública	2.814	7,04
Transporte	5.937	14,86
Doméstica	7.778	19,47
Pescador	322	0,81
Militar	831	2,08
Magistério	56	0,14
Jardineiro, Horticultores	591	1,48
Outras ocupações	1.475	3,69
Não definidos	3.398	8,5
Total	39.953	100

Fonte: PERNAMBUCO, 1939, p.22.

O salário médio dos moradores dos mocambos que não trabalhavam nas indústrias era de 134\$400, sendo provavelmente menor do que o valor dos operários das indústrias. A despesa média mensal com o valor do aluguel do mocambo representava uma porcentagem de 17,9% da renda média mensal dos moradores (Pernambuco, 1939).

Ainda de acordo com o recenseamento de 1939, é possível perceber os bairros de maior concentração populacional trabalhadora. Salienta-se que, o quantitativo refere-se apenas as pessoas que trabalham no referido bairro, mas que não residiam nele, onde os bairros centrais são os que concentram maior quantitativo de trabalhadores: Bairro do Recife 3.916; Boa Vista 2.513; São José 2.104; Santo Antônio 1.473; Santo Amaro 1.176. Na tabela 4, verifica-se também, que boa parcela dos chefes de família trabalham no mesmo bairro em que residem (denominado "em que mora"), facilitando no deslocamento diário.

Tabela 4 - Locais de trabalho dos chefes de família.

Local	Chefes	Local	Chefes
Incerto	11.696	Boa Viagem	182
Em que mora	6.704	Várzea	151
Bairro do Recife	3.916	Dois Irmãos	139
Boa Vista	2.513	Iputinga	111
São José	2.104	Espinheiro	104
Santo Antônio	1.473	Zumbi	97
Santo Amaro	1.176	Barro	95
Casa Amarela	960	Ilha do Leite	87
Afogados	606	Caxangá	78
Fora do Município	511	Aflitos	75
Derbi	499	Bongi	74
Beberibe	480	Cabanga	70
Torre	444	Capunga	69
Pina	441	Monteiro	61
Peixinhos	317	Casa Forte	52
Madalena	297	Graças	47
Encruzilhada	264	Estancia	45
Campo Grande	231	Cordeiro	41
Areias	225	Parnamirim	36
Tejipió	219	Tamarineira	30
Água Fria	218	Poço da Panela	27
Arruda	214	Ibura	21
Pombal	209	Total	37.409

Fonte: PERNAMBUCO, 1939, p. 24.

Tais dados são de extrema importância na localização das novas moradias e no desenvolvimento dos eixos viários e transportes coletivos, uma vez que, como anteriormente abordado, pelas novas necessidade de organização do espaço, baseado na força de trabalho e na habitação, a proximidade entre o local de trabalho e a moradia, eram de suma importância. A retirada dos mocambos das áreas mais valorizadas, próximas ao centro urbano do Recife e dos principais eixos de deslocamento, eram primordiais, assim como facilitar o acesso aos locais de trabalho.

Desta forma, quando da realização da política empreendida pelo governo, o Estado era detentor de todas as informações sobre população mocambeira, inclusive o grau de escolaridade e o quantitativo entre homens e mulheres residentes nos mocambos. Constata-se o maior quantitativo de mulheres, chefes de família, chegando a 58.597 (maiores de 15 anos) e 30.004 (menores de 15 anos).

Outro importante dado refere-se à localização e o valor do metro quadrado dos terrenos em que estavam inseridos os mocambos [Tabela 5]. Foram recenseados 549 terrenos que somavam uma área total de 27.181.760m². Todavia, desse quantitativo, que se apresentava como suficiente para construção de casas substituindo os mocambos, ficaram de fora os terrenos de marinha, que por sua vez, ocupavam uma grande extensão da cidade, onde estavam localizados parte considerável dos mocambos do Recife. Desta forma, diversos bairros ficaram de fora da contabilização, a exemplo de Santo Amaro. O total de mocambos que tiveram suas áreas contabilizadas somava apenas 40% do total do período.

Tabela 5 - Valor do metro quadrado dos terrenos por bairro onde se localizavam os mocambos.

Bairros	Nº de terrenos	Nº de mocambos	Nº de casas de taipa	Renda anual em contos de réis
Afogados	43	2.728	414	116
Arruda-Beberibe	274	4.247	223	137
Boa Vista	12	1.858	179	38
Coqueiral-Tejipió	35	1.607	368	66
Graças	61	3.488	1.158	109
Pina-Boa Viagem	18	158	14	3
Poço	40	4.396	462	139
São José	2	70	24	3
Várzea	64	612	499	53
Total	549	19.164	3341	664

Fonte: PERNAMBUCO, 1939, p. 34.

Nas Observações... (Pernambuco, 1939), relata-se que a Comissão tentou, por diversas formas, delimitar os terrenos de Marinha. Todavia não constava na repartição federal competente, “elementos certos que pudessem determinar no território do município, os terrenos dessa natureza” (PERNAMBUCO, 1939, p.32).

Esta falta, entretanto, não chegou a constituir uma deficiência para a finalidade do inquérito, de vez que, tendo sido este lançado para a indagação de terrenos onde pudessem ser localizadas as futuras vilas populares, teria de excluir na apuração final, a maioria dos terrenos de Marinha, pela proximidade destes do centro da cidade, como acontece com o trecho da Cabanga que está sendo aterrado e com os mangues de Santo Amaro. Estes terrenos depois de aterrados, pelo preço, e pela situação em que se acham não se prestarão para as casas populares pequenas e baratas e sim para habitações mais caras que certamente os disputarão (PERNAMBUCO, 1939, p. 32).

Nota-se a valorização dos terrenos localizados em Santo Amaro e a importância da atuação da LSCM no local, a fim de liberar o solo mais valorizado para construção de casas populares com padrões diferenciados. Os aterros realizados nos trechos de Santo Amaro e no Cabanga, estavam inseridos no contexto de modernização da cidade, sendo realizados ao mesmo tempo que se implantavam os canais idealizados por Saturnino de Brito²² [Figura 17].

Figura 17 - Aterros realizados em Santo Amaro para construção do canal ligando o Derby à bacia de Santo Amaro.



Fonte: BONDUKI, 2014, p.293.

²²É mister salientar que Brito projetou diversos canais de concreto armado, cujo maior previsto ligaria um ponto do Capibaribe (Derby) à bacia de Santo Amaro, correspondendo a primeira perimetral, atual avenida Agamenon Magalhães.

Após a realização dos levantamentos pelo setor censitário, inicia-se uma campanha denominada de Cruzada Social Contra o Mocambo, onde se cria a Liga Social Contra o Mocambo (LSCM), entidade privada cuja finalidade era promover a extinção da moradia e incentivar a construção de casas populares²³.

A LSCM, –fundada em 1939, “com caráter humanitário, destinada a promover a extinção desse tipo de moradia e incentivar a construção de casas populares, dotadas de condições higiênicas e de fácil aquisição” (PERNAMBUCO, 1940, p.02)–, foi a primeira instituição pública criada durante o regime varguista²⁴ para construção de casas populares, embora, em seu estatuto se caracterizasse como sociedade de direito privado e não constasse no corpo criador e de diretores o nome do interventor Agamenon Magalhães, seu idealizador.

Para além de uma política habitacional que influenciou diretamente no parcelamento do solo e no processo de urbanização da cidade do Recife, a Liga contribuiu para o crescimento de um mercado imobiliário incipiente, que a partir daquele momento, recebia incentivos do governo para construção de casas tanto para venda, como para aluguel²⁵.

A criação da LSCM estava longe de ser uma intervenção isolada de remoção de mocambos e/ou de produção de unidades habitacionais. O trabalho realizado esteve profundamente entrelaçado com a política social, saneadora, urbana e de articulação institucional implementada por Agamenon Magalhães (Bonduki, 2014).

Na verdade, por trás desse discurso, pretendia realizar uma grande intervenção urbana e social, de caráter disciplinador e capaz de incorporar ao mercado imo-

²³ A LSCM não era, formalmente, um órgão estatal. De acordo com Bonduki (2011, p. 290), “ao contrário de outras instituições públicas voltadas para a questão da habitação, articuladas no próprio aparato do poder público ou, no máximo, vinculadas à igreja católica, como ocorreu no Rio de Janeiro, em Pernambuco, o governo estimulou o setor privado a atuar com peso, assumindo um grande protagonismo, mas operando no âmbito da estratégia traçada pelo Estado. [...] a liga estabeleceu vários tipos de sócios (fundadores, honorários, benfeiteiros, efetivos, correspondentes), de modo a premiar com honrarias aqueles que mais contribuíssem financeiramente ou construíssem casas populares”. Destaca-se, ainda, que a instituição era formada por três comissões, a dos Estudos e Aquisição do terreno, Organização de Empresas e Propaganda e Ação Social.

²⁴ Salienta-se que, o período da interventoria de Agamenon Magalhães no estado de Pernambuco ocorre durante o período do Estado Novo, onde acontece forte intervenção do Estado tanto na economia quanto nas questões sociais. Buscava-se a todo custo, a retenção do avanço do partido comunista, o controle da massa trabalhadora e a modernização das principais capitais brasileiras, além do avanço do mercado imobiliário.

²⁵ Além das propagandas realizadas para disseminar a ideia de que os mocambos eram um mal à sociedade, o Estado, através de decretos municipais e estaduais, concede isenções e favores aos industriais e proprietários particulares que quisessem investir na construção de casas. No Relatório da LSCM de 1939-1941, citam-se os decretos que concediam facilidades para essas empreitadas, ao passo que revela também a concessão do Estado em fornecer, muitas vezes, terras a particulares, para que os mesmos arcassem com a construção das habitações, sem precisar arcar com os custos do solo.

biliário uma grande quantidade de terra urbana até então inapta para a urbanização e parcialmente ocupada pelos mocambos. [...] Com grande capacidade de mobilização da elite local e de articulação com o governo federal, Magalhães implementou uma intervenção urbana e habitacional que contou com uma forte contribuição de empresários e proprietários de terras, além dos institutos e caixas de aposentadoria e pensões. Com o apoio da imprensa em um momento de absoluta falta de liberdades democráticas, sensibilizou a opinião pública com a realização de uma operação de grande envergadura que significou a expulsão de milhares de trabalhadores de regiões bem localizadas do Recife e uma produção habitacional destinada aos antigos moradores de mocambos que, na verdade, era muito inferior ao que se propagandeava (BONDUKI, 2014, p. 287).

No final dos anos 1930 essa política de erradicação dos mocambos e controle social, inicia uma ampla demolição dessas habitações, aterrando diversas áreas da cidade e construindo 'casas higiênicas', seguindo a lógica vigente do urbanismo sanitarista.

A LSCM, aliada ao Regulamento de Construções de 1936, contribuiu para um ordenamento territorial pautado no parcelamento do solo com características populares²⁶ e na criação de habitações destinadas a empregadas domésticas, operários sindicalizados, contribuintes, dentre outros, de acordo com os dados do Relatório da Liga Social Contra o Mocambo, de 1939.

O plano da Liga Social Contra o Mocambo visa, sobretudo, à reeducação de ex-habitantes dos miseráveis casebres erguidos na lama do mangue. Nas vilas, obras de educação e assistência têm a tarefa de reajustá-los aos padrões de vida exigidos pela dignidade humana e para o seu próprio aperfeiçoamento profissional. Se o mocambo transige com a moral e rebaixa o espírito, a vila popular exige que as normas morais sejam observadas e que o seu morador procure adquirir a consciência do seu próprio valor e do papel que lhe cabe na vida social (PERNAMBUCO, 1943, p.9).

Nesse momento, parte dos mocambeiros foram, empurrados para os limites do Recife²⁷. A campanha teve início nas zonas onde seriam construídas as vilas populares, conjunto de casas destinadas a melhores habitações com infraestrutura e condições de vida adequados. Posteriormente, o processo de demolição seguiu para os subúrbios. Essa política caracterizou toda a década de 1940 e parte da década de 1950.

²⁶O parcelamento do solo com características populares é realizado a partir de 1936, com o Regulamento de Construções, destinado à população de baixa renda, possuindo quadras e lotes menores comparados aos loteamentos denominados como "normais". Constituíram peças urbanas maiores que os demais loteamentos.

²⁷Com a construção das vilas populares e a expulsão e proibição da edificação dos mocambos nas áreas centrais da cidade, novas áreas foram ocupadas, especialmente as áreas de morro. “Vários foram os momentos chaves da ocupação dos morros. O primeiro tem início no final dos anos 1930, com a expulsão dos mocambos e o maior fechamento da cidade às invasões perto do centro. Essa ocupação se dá nos morros da zona norte da cidade. É interessante observar que, além de sua ocupação por via legal, se produzem também invasões, sem que houvesse normativa municipal que as impedissem” (ALVES, 2009, p.93).

A interferência do poder público, ajudado pela iniciativa privada no afã de livrar o Recife dos aspectos desagradáveis da presença desse tipo de habitação das zonas centrais [...] provocou, por um lado, a recuperação mais intensa desses terrenos por meio de aterros e, por outro lado, a transferência compulsória de grandes contingentes de população para a periferia do Recife, em morros e córregos dos primeiros contrafortes da colina que cerca a planície recifense, onde começaram a se aglomerar com a mesma falta de ordem ou simetria, a que estavam acostumados no mangue (BALTAR, 2000, p. 59).

A campanha tomou um formato de luta contra as moradias insalubres e de busca pela ordem social, evitando possíveis revoltas ou agitações incitadas pelos comunistas, que nesse período eram muito fortes no Estado. Implicitamente, observa-se uma estratégia urbana para facilitar a expansão do mercado imobiliário formal, indo além das áreas de mangue que poderiam ser aterradas. Em Santo Amaro, até princípios dos anos 1940, o quantitativo de aterros realizados chega ao total aproximado de 70 hectares, o que representava aproximadamente 19% do total do bairro na época.

O aterro dos mangues era o instrumento mais eficaz para afastar os mocambos do “perímetro principal da urbs”, objetivo que várias disposições legais não haviam conseguido. As campanhas publicitárias enfatizavam as propostas de grandes planos de aterros e a expansão das obras de saneamento, que conquistavam a adesão da opinião pública e serviam de justificativa para as interdições e demolições nos mocambos (BONDUKI, 2014, p. 293).

De acordo com a escritura de incorporação, cessão e transferência de direitos preferenciais ao aforamento de terrenos de marinha e próprios localizados nos bairros de Santo Amaro, Pina, Gameleira, Cabanga, Areias e Afogados, cujo o outorgante transmitente era o Estado de Pernambuco e o outorgado adquirente e cessionário o Serviço Social Contra o Mocambo (1945), verifica-se o quantitativo de 128,82 hectares de alagados e acrescidos de marinha que foram cedidos ao Estado, contabilizando aproximadamente 34% da área atual do bairro [Figura 18]²⁸. Quanto aos terrenos aforados, chegavam ao total de 104,86 hectares, entre terrenos desapropriados, doados e próprios do Estado [Tabela 6] [Anexo 1].

Tabela 6 - Áreas cedidas ao Serviço Social Contra o Mocambo até 1945.

Alagado de Marinha (m ²)	Acrescido de Marinha (m ²)	Aforamento (m ²)		
		Desapropriação	doação	terreno próprio
1.106.450,85	181.865,88	245.195,18	666.700,33	136.832

Fonte: RECIFE, 1945

²⁸Identificação das áreas realizada através do endereço informado no documento de solicitação de cessão dos terrenos, de 1945, cujas manchas representam a forma aproximada e não exata dos antigos sítios.

Figura 18 - Localização aproximada dos alagados de marinha cedidos ao SSCM.



Fonte: Autora, 2019

No período de atuação da Liga, observa-se um discurso mais do que higienista adotado pelo Estado ao alegar que os distúrbios e maus hábitos da grande parcela da população advinham da forma de morar.

A eugenisa e o higienismo são a promessa de uma mudança do povo brasileiro sob o controle do biopoder que é detido pelo Estado. Ainda que apresentando algumas diferenças entre os anos 1900 e 1940, a ideia de mudar e controlar a sociedade a partir de princípios biológicos percorreu as ações no espaço urbano não apenas em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, como também na capital pernambucana. A existência de tantos órgãos de assistência e vigilância, tantas repartições de higiene pública; de encartes educativos, reclamações nos jornais, de um esforço político considerável para melhoria das condições biológicas e raciais/ culturais aproximam-se historicamente do fim da escravidão africana e o início da imigração europeia e asiática (MORAES, 2013, p.06).

O Estado, assim, utilizava-se de todos os meios de comunicação e do artifício da saúde e bem estar da população, no discurso da construção de uma cidade moderna, urbanizada, com ordenamento pautado no sanitarismo. Acenava para a classe trabalhadora que, além de receber moradia, poderia se especializar nos Centros Educativos Operários, morar perto do trabalho, e ter direito a espaços públicos de qualidade próxima à residência, além de equipamentos sociais²⁹.

²⁹Bonduki (2013, p. 21) nos esclarece, porém, que, “no contexto das vilas operárias de empresas, no entanto, esses equipamentos faziam parte de um sistema de controle patronal. A vida cotidiana obedecia ao ritmo imposto pela sirene da fábrica e a vila funcionava como um verdadeiro laboratório de uma sociedade disciplinada, combinando um saber higienista com um poder que ao mesmo tempo proíbe, pune, reprime e educa”.

Seguindo a proposta disciplinar e assistencial da Liga, foram edificadas três vilas destinadas às mulheres chefes de família, denominadas de vila das lavadeiras (1940), erguida em Areias; vila das cozinheiras (1941) e das costureiras (1941), erguidas em Santo Amaro.

Nessas vilas, observou-se uma intervenção estruturada, com forte trabalho social e assistencial, com ações que visavam a geração de renda e qualificação profissional. Não por acaso, esses exemplos se tornaram referência nas propagandas ideológicas divulgadas pelo Estado para o combate aos mocambos.

A iniciativa visava amparar mulheres chefes de família que auferiram renda para alugar uma casa adequada. Embora a LSCM, ao contrário dos IAPs, atuasse na perspectiva de um atendimento de caráter universal para eliminar mocambos, não restrito a categorias profissionais, ela reproduziu, nessas três vilas destinadas a trabalhadoras informais, uma visão corporativa e segmentada (BONDUKI, 2013, p. 294).

Essa produção habitacional foi permitida graças à atuação do Estado, que agiu para o controle da sociedade, necessário para produção capitalista, onde era imprescindível disciplinar a força de trabalho para os propósitos de acumulação do capital que, de acordo com Harvey (1993), envolvem elementos de familiarização, cooptação e cooperação, sendo indispensável um amplo controle social.

Convém anotar que, essa intervenção do Estado na produção de novas espacialidades era o resultado da adoção de um regime urbano, que de acordo com Abramo (1995), refere-se à própria estrutura urbana, reveladora de uma nova fase particular da relação do capital com o trabalho. Abramo (1995, p.511.) esclarece que, “a funcionalidade da estrutura urbana em relação ao processo de valorização do capital muda ao longo do tempo e do espaço, em função das características particulares do regime de acumulação em vigor”. A adoção de regimes urbanos em diferentes temporalidades expressa no espaço novas configurações, corroborando, especialmente no bairro ora estudado, num processo de fragmentação e desigualdade espacial.

No período em que esteve em funcionamento, a LSCM incentivou à indústria da construção civil. O Estado atuava principalmente no provimento de aterro das áreas alagadas, cedendo-as, por vezes, aos particulares que quisessem investir, construindo novas vilas, cujas casas seriam compradas ou alugadas pelos moradores dos mocambos por preços um tanto quanto 'mais justos' do que era pago pelas habitações anteriores. De acordo com a Comissão Censitária de 1938, os aluguéis de

um ano pago nos mocambos correspondiam a mais de 50% do valor total dessas moradias, diferentemente das casas em alvenaria, cujo lucro chegava a 12% do valor do imóvel no mesmo período.

De acordo com Bonduki (2014), várias explicações podem ser procuradas para entender a emergência dessas vilas: filantropia de empresários favoráveis à harmonia entre o capital e o trabalho; estratégia para atrair operários em um mercado de trabalho incipiente; forma de disciplinar o tempo livre dos operários, submetendo-os à ordem burguesa e mantendo-os sob permanente controle; além das necessidades da própria produção.

Para além dos aterros e da construção das habitações, o Estado procurou prover de saneamento grande parte das vilas, onde cada inquilino pagava uma taxa administrativa, depositado nas cadernetas da Caixa Econômica Federal de Pernambuco. Ainda que para fins capitalistas e sem atender toda a população local, as vilas contribuíram para o processo de estruturação do bairro de Santo Amaro, impulsionado por essa nova dinâmica.

Verifica-se, assim, como a intervenção do Estado, baseada na reprodução de uma parte da classe trabalhadora influenciam na configuração socioespacial da cidade do Recife e do bairro ora estudado, especialmente a partir da racionalidade das unidades residenciais. Ademais, a necessidade do mercado de uma classe trabalhadora mais passiva, educada, satisfeita, que trabalha e consome produtivamente, mostra o quanto a intervenção do Estado viabilizou a valorização do capital na produção da habitação. Assim, verifica-se a importância da compreensão do papel do Estado não só como provedor de novas moradias, mas como uma instância que controla e permite a produção e organização capitalista no espaço.

2.3.2 Legislação urbanística e o desenho do solo popular

Para além da compreensão da intervenção do Estado na economia e na produção do espaço, é necessário compreender seu papel na sociedade, sua importância fundamental como ator no desenvolvimento e na regulação das relações desenvolvidas no espaço. De acordo com a teoria marxista,

[...] o Estado é o produto da sociedade num estágio específico do seu desenvol-

vimento; é o reconhecimento de que essa sociedade se envolveu numa autoconstrução insolúvel, e está rachada em antagonismos irreconciliáveis, incapazes de ser exorcizados. No entanto, para que esses antagonismos não destruam as classes com interesses econômicos conflitantes e a sociedade, um poder, aparentemente situado acima da sociedade, tornou-se necessário para moderar o conflito e mantê-lo nos limites da “ordem”; e esse poder, nascido da sociedade, mas se colocando acima dela e, progressivamente, alienando-se dela, é o Estado (ENGELS, 1941 apud HARVEY, 2005, p. 80).

Como instância primeira, o Estado, através das legislações urbanísticas, controla e permite os mecanismos necessários para reprodução do capital e estruturação do espaço, minimizando os obstáculos e as questões acerca da propriedade privada do solo.

A legislação de regulamentação dos usos do solo e do espaço público, o direcionamento de investimentos, a construção de infraestrutura, e os planos de revalorização de áreas urbanas degradadas são alguns dos exemplos da atuação do Estado que tem por fim a valorização dos capitais aplicados no setor imobiliário, em particular, e do próprio capital, em geral (BOTELHO, 2007, p. 27).

As legislações urbanísticas são de extrema importância na formação e configuração das cidades, sendo através delas que o Estado regulamenta o ordenamento territorial, podendo, ou não, fornecer as bases para a construção de uma cidade acessível a toda população. No Recife, dois instrumentos específicos regularam e forneceram as bases de ordenamento para grande expansão da cidade: Regulamento de Construções de 1936 e Código de Urbanismo e Obras de 1961, sendo o primeiro responsável por 75% dos loteamentos aprovados entre as décadas de 1940 e 1950 (Reynaldo, 2018).

Retoma-se, brevemente, o primeiro Regulamento de Construções, elaborado em 1919³⁰, por meio do qual se adota o zoneamento para o Recife. Esse zoneamento resultará numa hierarquização do solo, cujo parcelamento deste, adotado como forma de ordenamento territorial, resultará num paradoxo quanto à distribuição demográfica e às características dos loteamentos. Para Baltar,

[...] verifica-se um verdadeiro paradoxo, pois, o jogo da inflação e da especulação imobiliária, deu lugar a padrões de loteamento do terreno em que, as zonas mais próximas do centro, sendo destinadas a proprietários de maiores posses, tivera, suas parcelas fixadas em áreas maiores do que aquelas da periferia, destinadas aos menos favorecidos da fortuna. Consequência disso é que, a densidade demográfica média que normalmente deveria ir decrescendo do centro para a periferia, apresenta, no Recife, valores invertidos em diferentes direções (BALTAR, 2000, p.68).

³⁰ Lei nº 1.051 de 11 de setembro de 1919

O Regulamento de 1919 define em seu zoneamento: (i) primeiro perímetro ou principal; (ii) perímetro urbano; (iii) perímetro suburbano; (iv) perímetro rural. Não era permitida nenhuma nova edificação em áreas ainda não arruadas nos setores urbano e suburbano, sem que os proprietários submetessem o plano de parcelamento do terreno à Prefeitura, com desenho das quadras e lotes e a determinação e restrições de ocupação e altura das novas edificações nas escrituras de venda, assegurando que as futuras edificações seguissem as prescrições adequadas de iluminação e ventilação. É vedada a existência de mais de uma edificação em cada lote, exceto as dependências usuais da moradia (Recife, 1919).

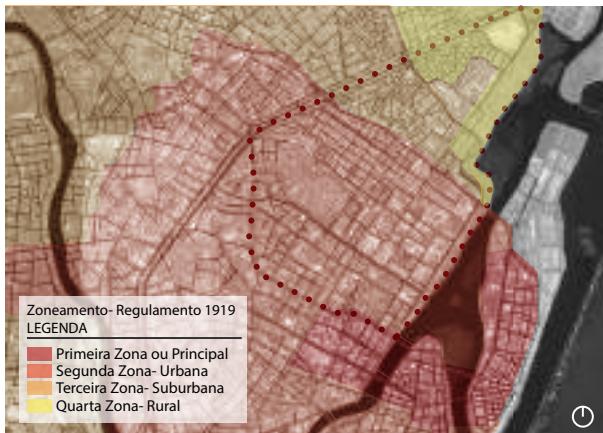
Nos perímetros principal e urbano são vedadas as construções de casas tipo chalé, taipa, mocambos e qualquer construção de tipo rural. Os mocambos eram permitidos apenas em lugares onde houvesse maioria dessas construções, especialmente no setor rural, devendo estar afastados da via pública. A proibição da construção das casas mais simples -taipa e os mocambos-, nas duas primeiras zonas, mostra o início do afastamento do seguimento pobre da população das áreas mais valorizadas da cidade, o que será crucial na localização das áreas mais carentes e dos loteamentos populares³¹.

Em 1932, adota-se um novo Regulamento de Construções, com a mesma lógica da legislação anterior, diferindo apenas na adoção do caráter de cidade jardim. Essa legislação é substituída pouco tempo depois, em 1936. O decreto nº 374 de 1936, elaborado a partir dos estudos realizados pelo Clube de Engenharia e de sugestões propostas pelo arquiteto Atílio Corrêa Lima segue a divisão da cidade em quatro zonas: primeira ou principal; segunda ou urbana; terceira ou suburbana; quarta ou rural.

Santo Amaro, que pela legislação de 1919 englobava os perímetros urbano, limitando-se ao eixo da avenida Norte; suburbano, seguindo a partir da avenida Norte até as proximidades do Hospital de Santo Amaro; e rural, nas proximidades da fábrica Tacaruna [Figura 19]; passou, em 1936, a ser composto pelo setor urbano, que em comparação ao anterior fora reduzido, limitando-se as áreas de borda da rua da Aurora, seguida pelo eixo da avenida Visconde de Suassuna; e o restante do bairro passou a ser caracterizado como área suburbana [Figura 20].

³¹Compreende-se, neste trabalho, o loteamento popular como aquele destinado a população de baixa renda, aprovado como tal ou os que possuem tamanhos de lotes e quadras menores do que os estipulados por lei. Os loteamentos populares, assim aprovados, em sua maioria, apresentavam tamanhos menores dos que os loteamentos denominados como “normais”, que seguem os padrões normativos.

Figura 19 - Zoneamento de Santo Amaro de acordo com a legislação de 1919.



Fonte: RECIFE, 1919.

Figura 20 - Zoneamento de Santo Amaro de acordo com a legislação de 1936.



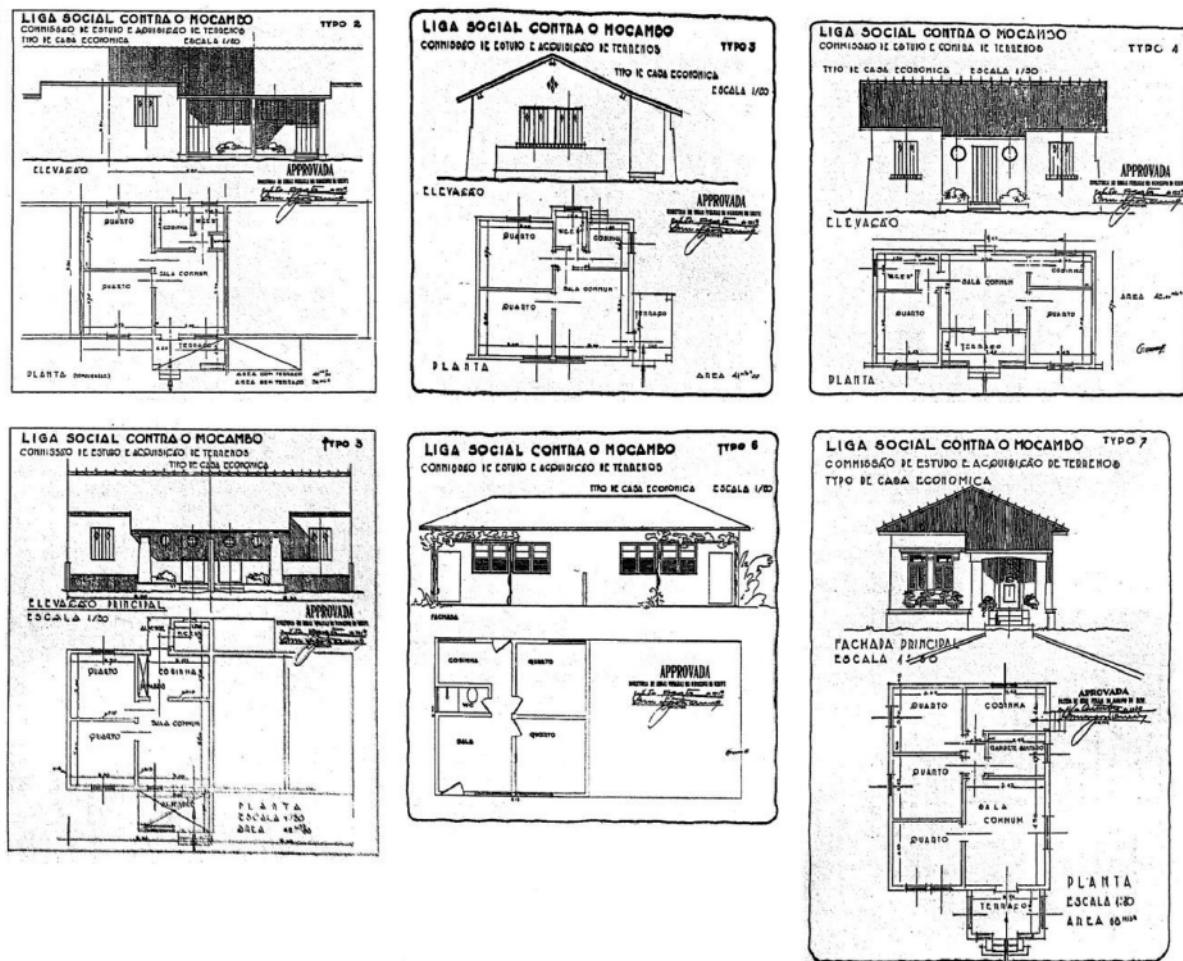
Fonte: RECIFE, 1936.

Sobre as vilas operárias, o regulamento de 1936 revela em seu artigo nº 217 que, as mesmas serão locadas nas circunvizinhanças dos estabelecimentos industriais situados nas subzonas previstas na referida legislação. Os projetos dos novos loteamentos deveriam ser acompanhados dos projetos de água e esgoto, aprovados pelas repartições competentes, quando os mesmos se acharem locados em zonas não abastecidas e esgotadas (Recife, 1936). As casas de taipa continuam sendo permitidas apenas na terceira zona, possuindo recuo de 5m do alinhamento legal. Não devendo sob nenhuma hipótese estar situada ao longo de logradouros servidos por bondes ou com pavimentação moderna, tão pouco em ruas calçadas.

O Regulamento esclarece ainda que para aprovação nos loteamentos destinados a casas populares ou vilas operárias, os particulares, empresas ou sociedade, deveriam se responsabilizar não apenas pelo loteamento como também pelas construções, devendo apresentar vários tipos de plantas para as edificações. Como tal exemplo, verifica-se os oito tipos elaborados pela LSCM, que foram implantados em diversos locais da cidade [Figura 21], onde em Santo Amaro predominou o tipo dois.

Através desse Regulamento, o Estado lança as bases legais de intervenção no espaço urbano, removendo os mocambos das áreas mais valorizadas e expulsando-os para as áreas mais suburbanas, longe do centro principal. De acordo com os dados do Relatório da Liga Social Contra o Mocambo, de 1941, o Estado ainda levou parte da “massa sobrante” não absorvida pela sociedade, denominados como “indivíduos inválidos ou mendigos que vivem de caridade pública”, para o interior do Estado, onde eram fornecidas, por parte do poder público, passagens de ônibus para tais lugares.

Figura 21 - Tipos habitacionais propostos pela LSCM.



Fonte: BONDUKI, 2014, p.295.

Dos loteamentos aprovados de acordo com as diretrizes do Regulamento de 1936, a maioria está localizado próximos aos principais eixos de mobilidade da cidade, além da concentração dos loteamentos populares nas áreas rurais, longe do centro principal do Recife (Santana et al.). A facilidade proporcionada pela acessibilidade proporcionou a localização de uma parcela menos favorecida da população nessas áreas. Todavia, uma parcela da população mais carente foi locada em áreas com significativa distância do núcleo principal, uma outra parcela foi locada em áreas com significativa distância acarretando longos deslocamentos e desvalorização dessas áreas.

Além das legislações urbanísticas que regeram o desenho do Recife, destacam-se os decretos que favoreceram a construção, por parte dos particulares e industriais, de novas habitações, com isenção de impostos e concessão de favores. Foram três em níveis municipais e dois em níveis estaduais, sendo quatro deles aprovados em 1939 e um em 1941, período correspondente à construção de parte importante das vilas populares.

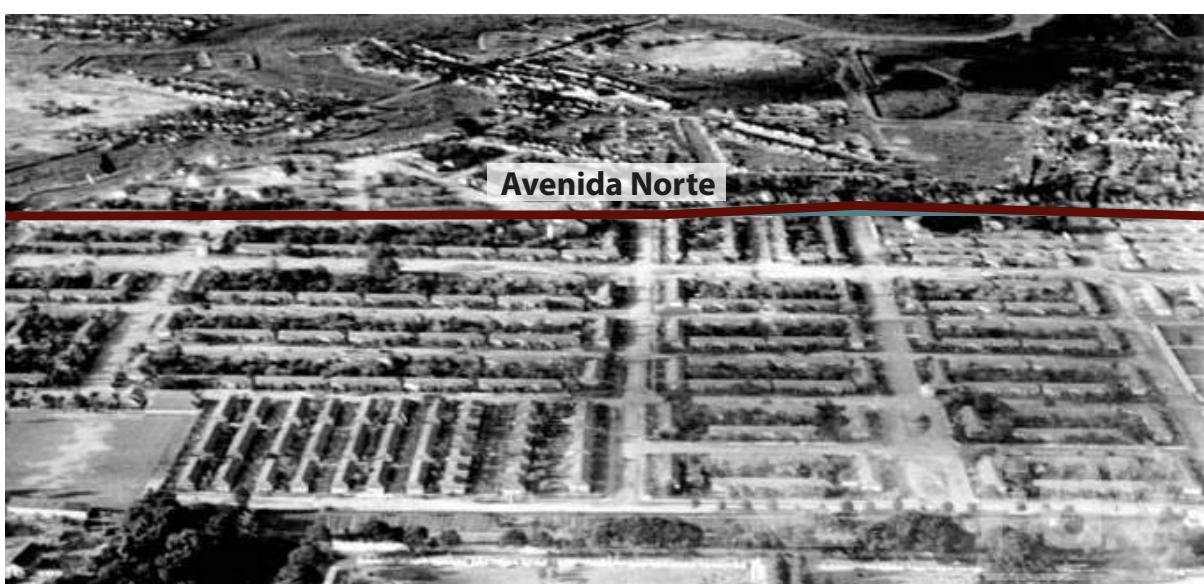
Demonstra-se, desta forma, como as legislações urbanísticas contribuíram como forma de organização e hierarquização do espaço urbano recifense, facilitando o desenvolvimento das novas dinâmicas econômicas, através da adoção dos diferentes zoneamentos, especialmente no bairro de Santo Amaro, através da atribuição dos valores nos diferentes contextos socioeconômicos de cada período.

2.3.3 Parcelamento do solo e a idealização do bairro popular

O bairro de Santo Amaro contou com aproximadamente 60 loteamentos, até os anos 1950, em seu processo de urbanização. Os populares se destacam pelos tamanho, forma e localização. Pouco mais de 15% (52,5 ha) do solo do bairro fora destinado à população de baixa renda através das vilas populares.

Os loteamentos populares não seguiram padrões predefinidos. Conforme visto anteriormente, a legislação urbanística de 1936 não atribuía parâmetros específicos para aprovação de tais loteamentos. Assim, as quadras variavam de tamanho e forma, cuja predominância era de quadras longilíneas, bem como lotes compridos, estreitos, com uma média de 6m de largura. As casas, em sua maioria, eram geminadas, com presença de espaços intralotes, dispostas em vias preestabelecidas, seguindo os eixos preeexistentes [Figura 22].

Figura 22 - Vilas ao longo da Av. Cruz Cabugá, década de 1940



Fonte: Fundação Getúlio Vargas-CPDOC, s/d, editado pela autora.

As ruas possuíam larguras diversas, variando entre 6m e 30m, de acordo com as características do loteamento. As tipologias seguiam, prioritariamente, as da LSCM. Todavia, pela localização e pelo tipo construído, possuíam valores diferenciados quanto ao aluguel. O valor médio dos aluguéis das vilas, seja em Santo Amaro, seja em Areias, era de Cr\$35,00, com exceção da Vila das Lavadeiras e Cozinheiras que, pelo seu viés social, tinha o custo de Cr\$10,00. Todavia, três vilas em Santo Amaro possuíam valor diferenciado: Vila Cruz Cabugá- CR\$65,00; Vila Treze de Maio- Cr\$80,00; Vila das Costureiras- Cr\$60,00. Para aquisição, com promessa de compra e venda, os valores eram alterados (Recife, 1948).

Nota-se, que algumas vilas possuíam casas de padrão denominado "médio", pelo seu tamanho ou por não ser geminada, como a maioria. Para tais moradias os valores, com promessa de compra, eram: Vila Cruz Cabugá -Cr\$138,60; Vila Macacheira- Cr\$106,30; Vila Treze de Maio- Cr\$119,90; Vila Sítio do Oliveira- Cr\$111,50; Vila dos Usineiros- Cr\$116,00.

Importante fator a ser destacado é a localização das vilas promovidas pela LSCM [Figuras 23 a 25], assim como as particulares, a exemplo da vila da Tecelagem de Sede e Algodão de Pernambuco [Figura 26]. Os principais sítios destinados às novas moradias localizavam-se nas proximidades do Cemitério de Santo Amaro e nas áreas de alagado e maior concentração dos mocambos.

Figura 23 - Vila dos Usineiros, erguida em 1939.



Fonte: Museu da Cidade do Recife

Figura 24 - Vila popular Treze de Maio.



Fonte: BONDUKI, 2014, p.359.

Figura 25 - Vila das Costureiras, 1941.



Fonte: BONDUKI, 2014, p.360.

Figura 26 - Vila popular da T.S.A.P.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas-CPDOC

Cerca de 223 hectares do bairro fora contemplado pelo plano de saneamento de Saturnino de Brito (1917), correspondendo a quase 60% do solo atual, ficando de fora a área que hoje corresponde o perímetro da ZEIS Santo Amaro, além de algumas das vilas populares, a exemplo das Costureiras e Cozinheiras, bem como a Vila Cruz Cabugá. Todavia, quando da execução das vilas populares, o governo se responsabilizou, em sua maioria, pela realização de esgotamento sanitário e fornecimento de abastecimento de água.

Tendo funcionado até 1945³², a LSCM contribuiu para a aprovação dos loteamentos populares, perdendo seu caráter de entidade de sociedade civil e transformando-se, formalmente, numa autarquia do governo do Estado, ganhando a denominação de Serviço Social Contra o Mocambo (SSCM), popularmente conhecida como Serviço Agamenon Magalhães. No bairro de Santo Amaro, até os anos 1950, foram erguidas 16 vilas e dois grupos de casas, como pode ser observado na tabela 7 e sua localização aproximada, na figura 27.

Figura 27 - Santo Amaro: Localização aproximada das vilas e grupos de casas erguidas pela LSCM.



Fonte: PERNAMBUCO, 1948

Tabela 7 - Santo Amaro- Vilas e grupos de casas construídas pela LSCM até 1948.

	Nome	Área da gleba (m ²)	Qtd. De casas	Média populacional (4 pessoas por casa)
1	Vila da Irmandade das Almas	21.059	20	80
2	Vila Popular da Macacheira	54.000	214	856
3	Vila Tecelagem da T.S.A.P	13.485	154	616
4	Vila Getúlio Vargas	41.145	94	376
5	Vila dos Usineiros	37.000	224	896
6	Vila 13 de Maio	130.000	327	1.308
7	Vila dos Plantadores de Cana	13.280	83	332
8	Vila das Cozinheiras	18.626	83	332
9	Vila Popular de Santo Amaro Sítio do Oliveira	17.700	115	460
10	Vila Ageleu Domingues	3.040	19	76
11	Vila Popular da Avenida Cruz Cabugá	13.857	100	400
12	Vila Popular do Sítio do Rabêlo	47.040	294	1.176
13	Vila dos Estivadores	17.920	112	448
14	Vila de Santo Amaro	5.547	123	492
15	Vila Leão XIII/ Costureiras	25.180	75	300
16	Vila do Pombal	24.640	154	616
17	Grupo da Rua Afonso Pena	840	14	56
18	Grupo da Rua Pedro Henrique	728	12	48
Total		485.087	2.217	8.868

³²De acordo com o relatório da Liga de 1944, haviam sido projetadas cerca de 6.483 casas, porém apenas 3.121 tenham sido, até aquele momento, efetivamente construídas.

Fonte: PERNAMBUCO, 1948

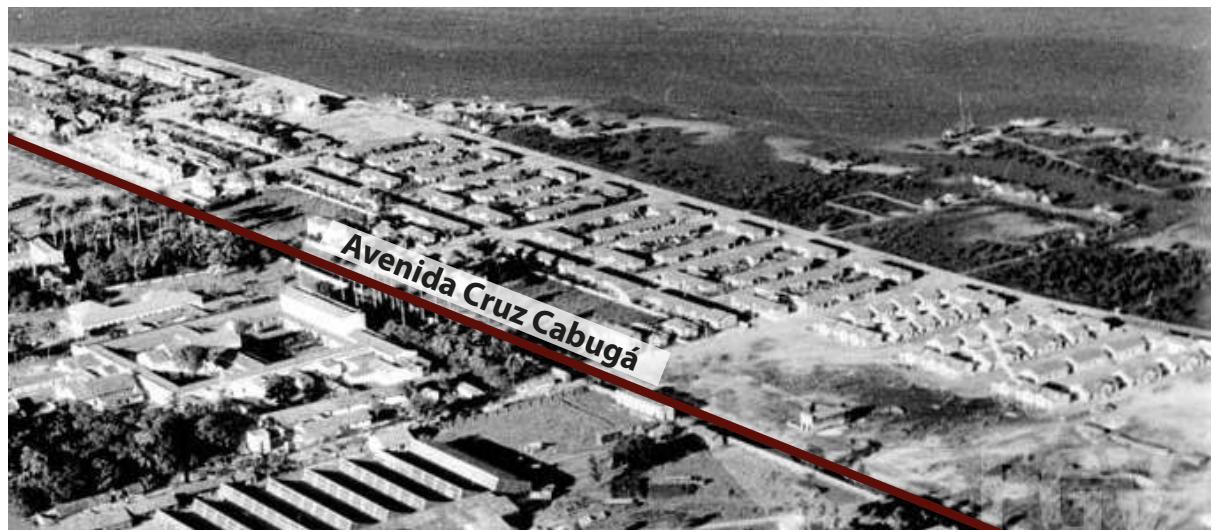
De acordo com a tabela, verifica-se que foram construídas mais de duas mil casas, estimando-se uma população de 8.868. Todavia, se tomarmos como base o crescimento do quantitativo de mocambos entre 1925 e 1938, de aproximadamente 130%, estima-se que o quantitativo de mocambos do bairro era de 5.000, chegando-se a uma população de 20 mil. Desta forma, constata-se que a política adotada não supriu a demanda habitacional necessária para o bairro, livrando apenas as áreas mais valorizadas como as proximidades da rua da Aurora e do Parque 13 de Maio, nos limites do bairro da Boa Vista. As antigas áreas de alagados e os terrenos situados nas proximidades dos cemitérios, foram destinados as vilas, ao passo que as demais áreas, especialmente nas bordas do bairro, foram ocupadas por indústrias e outros equipamentos.

De acordo com Bonduki (2011, p.294),

As casas eram rebocadas no interior e externamente com acabamento rústico à base de cal. O piso era cimentado, o pé direito de 3m e a cobertura de telhas de barro, sem forro. A cozinha vinha equipada com um fogão a lenha, de alvenaria e barro, com chapa de ferro e uma pia de ferro esmaltado.

Os loteamentos populares foram locados, primordialmente próximos aos principais eixos de deslocamento do bairro [Figura 28], a exemplo das Av. Cruz Cabugá, Av. Norte, o então canal Derby-Tacaruna e a rua Visconde de Suassuna. Raros loteamentos populares foram locados no perímetro denominado atualmente como o quadrilátero³³, sendo este último caracterizado como área de indústrias, com forte presença de galpões e poucas residências.

Figura 28 - Vilas ao longo da Avenida Cruz Cabugá.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas-CPDOC, editado pela autora.

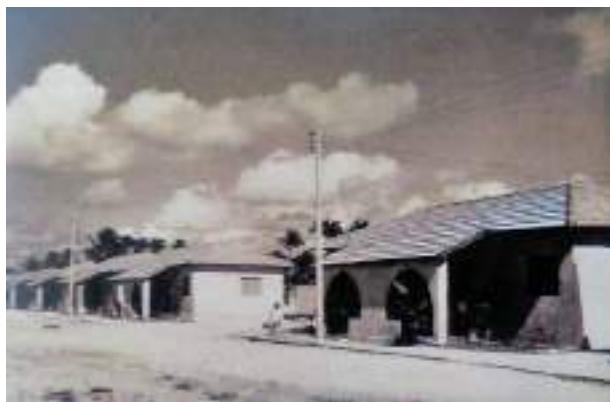
³³ Denominação instituída pela Lei Municipal 17.942 de 2013, através de programa de incentivo ao Porto Digital, mediante concessão de benefícios fiscais, que estimula a realização de atividades no denominado quadrilátero, delimitado pela rua da Aurora, rua Capitão Lima, Av. Cruz Cabugá e Av. Norte,

A proibição da construção dos mocambos em áreas centrais, mas sua permanência em áreas mais distantes, assim como as diretrizes para o parcelamento do solo destinado às vilas populares, ficando sobre a responsabilidade direta das instituições responsáveis pela sua construção, comprova a legitimidade da nova política de controle social e habitacional promovida pelo Estado, caracterizado pelas suas bases segregadoras, que fragmentaram o espaço e afastaram a população de baixa renda das áreas mais valorizadas. Esse controle é materializado no espaço através dos loteamentos populares e dos programas habitacionais.

Diversas vilas erguidas, seja diretamente pelo governo, a exemplo das Costureiras [Figuras 29 e 30] ou por particulares, a exemplo da Vila da Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco (T.S.A.P), eram constantemente divulgadas nos jornais locais como forma de induzir o consentimento da população para a demolição dos mocambos, como um mal que deveria ser sanado, onde além da imposição dos novos tipos de habitações, impunha-se uma nova forma de morar, com a uniformização dos valores de origem burguesa.

Ao contrário do que poderia parecer, esse tipo de ação foi realizado por um órgão regional, promovido pela elite local, que impulsionou essa uniformização de forma totalmente coerente com os princípios de construção do Estado Nacional, impulsionados pelo varguismo (BONDUKI, 2011, p. 299).

Figura 29 - Vila das Costureiras, também denominada Leão XIII.



Fonte: Museu da Cidade do Recife

Figura 30 - Interior de uma das casas da Vila das Costureiras.



Fonte: Museu da Cidade do Recife

As ações empreendidas pela Liga, como pode ser observada nas reportagens dos jornais, esclarece a importância do apoio do setor privado, especialmente dos industriais, a exemplo da TSAP, bem como a disseminação para a população de que a extermínio dos mocambos era uma ação necessária para o bem de toda a cidade. Nas manchetes, verifica-se como as ações eram repassadas a

sociedade como algo benéfico e que contava com o apoio de todos, contando inclusive com o apelo sentimental do Interventor Agamenon Magalhães, como pode ser observado na manchete [Figura 31] no canto superior direito, em que a imagem de belas casas acompanham a seguinte frase do interventor: "há quem tenha um coração tão duro, que se feche ao apelo do governo para fazer uma casa e derrubar um mocambo?" Depreciando a imagem do mocambo e enaltecedo as casas das vilas populares.

Figura 31 - Principais manchetes dos jornais entre 1939 e 1945.



Fonte: Diário da Manhã

2.3.4 Além do popular: os demais elementos estruturadores

Para além das áreas destinadas ao solo popular, é notório o surgimento de diferentes instituições públicas e privadas no bairro de Santo Amaro, especialmente em suas áreas de borda, próximas ao bairro do Recife. As indústrias instaladas entre a rua da Aurora e a avenida Cruz Cabugá, destacam-se outros elementos primordiais na compreensão da estruturação espacial do bairro até os anos 1950, a exemplo do Mercado Público, construído ainda em 1933, do Parque 13 de Maio, inaugurado em 1938; Universidade Católica de Pernambuco, construída em 1952, originada da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manuel da Nóbrega, criada em 1943; e Escolas Jardim da Independência e de Aplicação [Figuras 32 e 33], atuais Escola Sizenando Silveira e Escola Sylvio Rabello.

Figura 32 - Escolas Jardim da Independência e de Aplicação



Fonte: Museu da Cidade do Recife, 1950.

Figura 33 - Parque 13 de Maio.



Fonte: Museu da Cidade do Recife, 1950.

Até os anos 1950, Santo Amaro apresentava grande parte do seu solo já consolidado: áreas destinadas às vilas populares –aqui denominado solo popular–; locais destinados aos equipamentos ligados à saúde, doença e morte; áreas destinadas as indústrias do período; demais loteamentos denominados como 'normais', de acordo com o Regulamento de Construções de 1936. Com o decorrer dos anos e as dinâmicas que caracterizavam a cidade, como o crescimento das instituições de ensino e o desenvolvimento econômico, novos elementos surgem em Santo Amaro, nas áreas mais próximas ao bairro da Boa Vista, substituindo as vilas operárias existentes, a exemplo da Universidade Católica de Pernambuco que substitui a antiga T.S.A.P e seu grupo de casas.

Outra alteração observada é a desapropriação de seis vilas populares localizadas na denominada Vila Naval, entre o rio Beberibe e a avenida Cruz Cabugá, cujo terreno é retomado pela marinha, passando a compor o complexo habitacional da Escola de Aprendizes de Marinheiro. Importante ressaltar dois loteamentos populares aprovados para as ruas Araripina e Astronauta Colins, que foram rapidamente substituídas por lotes maiores com a finalidade de abrigar galpões.

Com os elementos que surgem nesse espaço, observa-se uma significativa mudança no processo de estruturação do bairro que, até meados dos anos 1930 se estruturava sobre dois principais eixos: avenida Cruz Cabugá e a então Estrada de Ferro, atual avenida Norte, cuja população residente, locada de forma dispersa no espaço, se concentrava, especialmente, próximas aos dois referidos eixos, facilitando a locomoção. Além dos dois eixos viários supracitados, ganha força a antiga Estrada de João de Barros, a rua Visconde de Suassuna e o eixo da rua da Aurora, naquele momento

completamente aterrada.

Nesse contexto, podemos identificar diferentes formas de ocupação e uso do solo de Santo Amaro, agora não caracterizado apenas pelas fábricas e vilas. O processo de formação e estruturação do bairro deriva da transição dos mecanismos das produções capitalistas, da relação entre as técnicas e o espaço, onde de acordo com Abramo(1995), o processo de urbanização se caracteriza exatamente por esses momentos de transição, marcado pelo papel em que o urbano desempenha nas relações sociais de produção.

A adoção de regimes urbanos em diferentes temporalidades expressa no espaço novas configurações, corroborando, especialmente no bairro de Santo Amaro, num processo tanto de estruturação, quanto de fragmentação e desigualdade espacial. Assim, para além da compreensão dos mecanismos que atuaram na estruturação daquele espaço, é necessário compreender os regimes urbanos que atuaram nesse lugar, influenciando em sua configuração.

[...] as características de cada regime de acumulação particular inscrevem na espaceabilidade urbana a sua particularidade histórica e geográfica, sob a forma de “regimes urbanos”. Mas da mesma forma que um regime de acumulação necessita de mecanismos sociais que permitam a reproduzibilidade das relações sociais de produção, os “regimes urbanos”, ou a forma particular da estrutura urbana, fazem apelo ao que chamaremos de “regulação urbana” e que se constitui nas características particulares do processo de produção da espaceabilidade construída e dos mecanismos que garantem sua reproduzibilidade (ABRAMO, 1995, p. 511).

Para compreensão dos regimes urbanos, especialmente no contexto ora estudado, é preciso identificar e compreender, também, os modos de produção adotados nos diferentes períodos históricos. No processo de urbanização do Recife na virada do século XX, especialmente as transformações empreendidas a partir dos anos 1930, verifica-se a alteração na lógica do provimento de moradia e das relações estabelecidas entre a força de trabalho e o espaço. Salienta-se que, o início do século XX é marcado, conforme visto, pelas ideias sanitaristas, assim como pela ampliação da malha viária, que passou a possibilitar as conexões entre as áreas de subúrbio e o centro da cidade, facilitando o deslocamento da massa trabalhadora.

As alterações no pensamento da forma-localização das novas moradias e das infraestruturas passam a caracterizar um novo padrão de localização residencial da força de trabalho, onde segundo Abramo (1995) redefiniu-se com o processo de uniformização da força de trabalho utilizada, caracterizando o regime taylorista. Com os dados censitários apresentados antes da criação da LSCM,

verificam-se dois importantes fatores: a rentabilidade no ramo dos aluguéis dos mocambos e a concentração do trabalho dos chefes de família na área central do Recife.

Desta forma, com o crescimento do setor industrial e a mudança quanto ao pensamento da localização da força de trabalho, especialmente repensando a distância entre a moradia e o trabalho, os padrões de moradia são redefinidos e, atrelados aos novos provimentos de infraestrutura, o espaço é alterado em favor das novas condições de reproduzibilidade da força de trabalho. De acordo com Abramo (1995, p. 519), essa produção de moradia criava uma massa salarial urbana indispensável ao setor produtor de bens de consumo, que iniciava sua trajetória de crescimento acelerado da capacidade produtiva”.

Assim, verifica-se que, impulsionados pelo Estado, especialmente pelas facilidades que o mesmo apresentava para a construção de novas habitações, criou-se a Liga Social Contra o Mocambo que, de acordo com seu estatuto, não era ligada ao Estado, mas sim aos grandes industriários do Recife. Seu funcionamento dependeu das doações e dos investimentos realizados pelo setor industrial. Tal quadro foi alterado apenas em 1945, quando ela passa, oficialmente, a ser considerada uma autarquia do governo, denominando-se como Serviço Social Contra o Mocambo (SSCM).

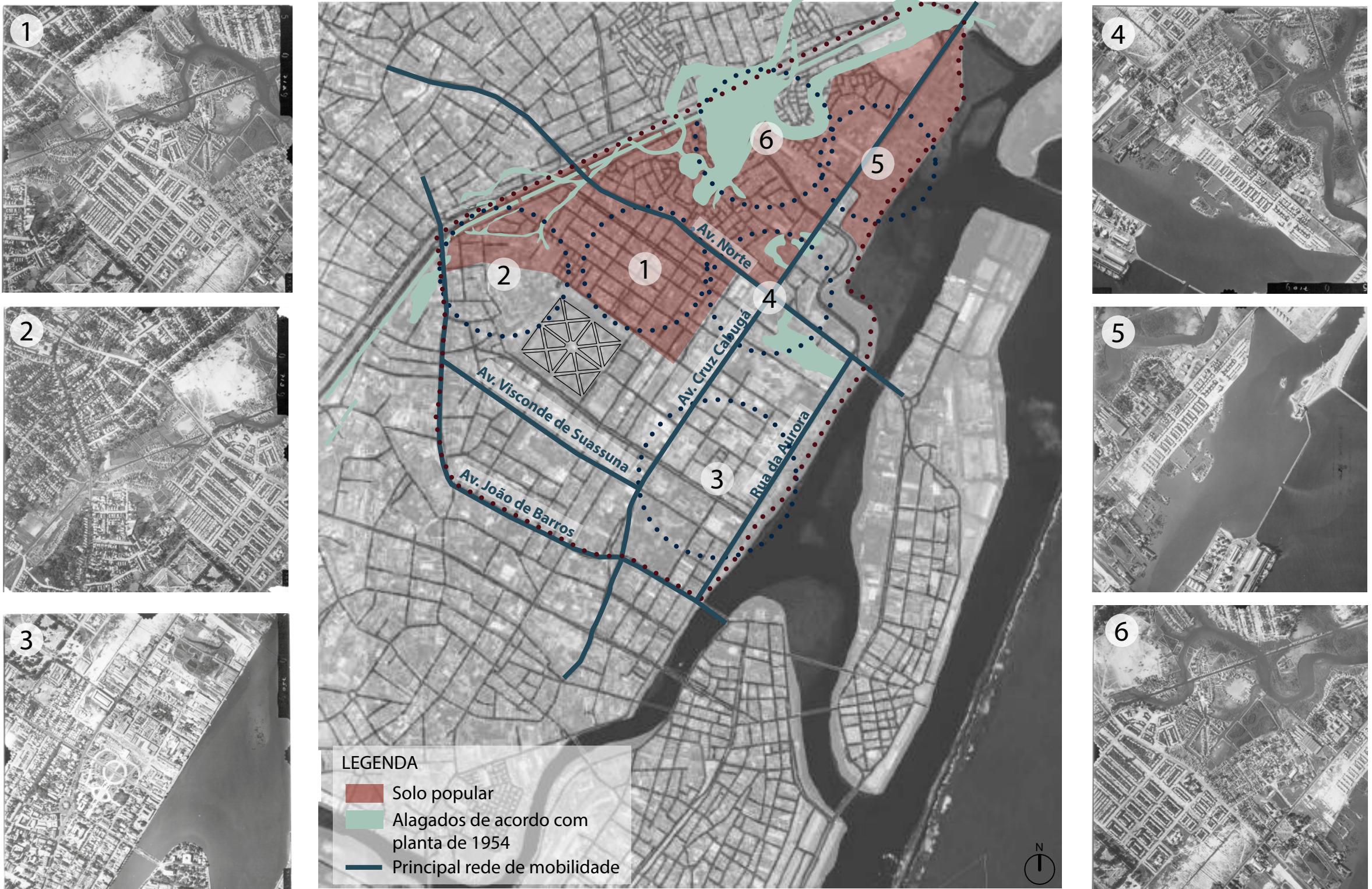
A política adotada foi, também, fundamental para o impulsionamento de uma diversificação do solo de Santo Amaro, cujas áreas de borda do bairro passaram a se caracterizar pela diversidade de equipamentos e usos, enquanto o solo popular se manteve, ao longo dos anos, delimitados e pouco integrados, com o restante do bairro, nas proximidades dos hospitais e cemitérios. Embora conectados por importantes eixos viários, o que se observa é a delimitação desse solo popular por esses eixos e não a sua integração com as demais áreas. Tal fator é de suma importância nos períodos subsequentes, uma vez que as novas espacialidades serão produzidas à margem desse solo popular.

Para melhor compreensão da configuração espacial do bairro de Santo Amaro, compreendendo que a estrutura urbana deve ser apreendida não apenas pelo seu processo de estruturação, como também, pelas formas de sua estrutura (Tourinho, 2011), verifica-se na figura 34, a diversificação nas unidades morfológicas, decorrentes das diferentes formas de parcelamento e da diversidade dos usos e ocupações, vistos ao longo do capítulo apresentado, que inseriram distintos padrões de ocupação e estruturação no bairro ora estudado. É notório, ainda, a integração entre Santo Amaro e o restante da cidade, através dos eixos viários existentes até o final dos anos 1950, assim como a

divisão do espaço e a integração entre os diversos fragmentos que formam o bairro.

Destarte, verifica-se como as dinâmicas que ocorreram no Recife, especialmente no centro antigo, foram primordiais na estruturação espacial de Santo Amaro até os anos 1950. A intervenção do Estado na organização do espaço e no provimento de moradias culminou na formação de diferentes fragmentos no bairro ora estudado. Nos anos subsequentes, as dinâmicas econômicas, especialmente o processo de industrialização e metropolização da cidade, resultou em novos processos e formas de estruturação do bairro, especialmente no seu solo popular, como será visto posteriormente. As novas dinâmicas que serão retratadas no próximo capítulo revelarão, não apenas as novas características estruturais, como a integração ou não dos diversos fragmentos que formam o bairro.

Figura 34 - Configurações espaciais no bairro de Santo Amaro até os anos 1950.



Fonte: Museu da Cidade do Recife, 1951, editado pela autora.



Bairro de Santo Amaro nos anos 1970.
Alcir Lacerda, Fundação Joaquim Nabuco.

3 INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SOLO INDUSTRIAL

3 INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SOLO INDUSTRIAL

Conforme anteriormente apresentado, a atuação da Liga Social Contra o Mocambo foi de extrema importância até os anos 1950, no bairro de Santo Amaro, influenciando na sua formação e configuração espacial. Ao passo que foram delimitadas as áreas das vilas, eram demarcados os locais destinados às indústrias, decorrentes das novas demandas econômicas. O zoneamento adotado em 1961 influenciou também a sua configuração espacial, especialmente com a delimitação da Zona Comercial e da Zona Industrial³⁴. As alterações no cenário econômico corroboraram para a mudança de zoneamento e organização espacial do bairro, bem como para o início do processo de estagnação e esvaziamento do Centro Histórico do Recife (CHR), o que trará consequências diretas ao bairro ora estudado.

O referido capítulo tem por objetivo analisar os motivos que levaram a institucionalização da zona industrial de Santo Amaro, o início do seu processo de estagnação e as consequências para as dinâmicas e características socioespaciais do bairro entre as décadas de 1960 e 1980. Para tanto, o capítulo encontra-se assim estruturado: (i) o processo de industrialização do Recife e as implicações nesse bairro; (ii) a institucionalização das zonas industriais recifenses (inclusive a criação e a extinção da de Santo Amaro) e a estruturação socioespacial aludido bairro no contexto da cidade do Recife e sua região metropolitana.

3.1 PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO RECIFE

Quanto à industrialização de Pernambuco é necessário retomar, brevemente, o período do núcleo industrial do engenho, da produção do açúcar, sob a dominação do senhor do engenho e a preponderância do emprego da força de trabalho escrava. Em 1890, surgiu a usina de açúcar, representando avanço em relação aos engenhos anteriores. Nela, a tecnologia utilizada e os processos de produção eram correspondentes a grande indústria, caracterizado pela apropriação da mais-valia, produzida por operários assalariados (Antas, 1988).

Indubitavelmente as transformações que se registraram na produção açucareira pernambucana equivalem a uma Revolução Industrial: os métodos artesanais são

³⁴Embora no Regulamento de Construções de 1936 já se mencionasse as áreas industriais, a delimitação oficial dessa zona só é efetivada no Código de Urbanismo e Obras de 1961.

substituídos pela tecnologia industrial tendo em vista a produção em massa. A introdução de métodos industriais na fabricação do açúcar não pôde deixar de repercutir na economia pernambucana como um todo e particularmente no grande centro de comercialização do produto, que era o Recife. Começam a surgir empreendimentos industriais de certa expressão (SINGER, 1977, p.289).

Cabe destacar que, mesmo antes da emergência da usina de açúcar, a indústria têxtil emergiu no Recife. Como o processo de acumulação ficou centrado no monopólio de exploração da terra e no trabalho escravo, a expansão do mercado interno era restrita e, consequentemente, das atividades industriais, não apenas nessa cidade, mas em todo o Nordeste.

De qualquer maneira, a restrita expansão do parque industrial pernambucano permitiu o crescimento da população do Recife. No último quartel do século XIX, as três freguesias que compunham a cidade do Recife – Recife, Boa Vista e Santo Antônio – sofreram significativo crescimento populacional. Em 1872, chegou a 116.671 habitantes, correspondendo a 13,86% da população do Estado (Prochnik, 1970). De acordo com Singer (1977), a cidade era a terceira em importância no Império, perdendo para Salvador e Rio de Janeiro. A expansão da indústria açucareira permitiu o crescimento das demandas pelos bens de consumo. De acordo com Prochnick (1970), esse fator contribuiu para que a grande quantidade de agricultores abandonassem o campo e se instalassem, assim, no Recife. Atraía-se, desta forma, mão-de-obra abundante e barata para as indústrias.

Em resumo, a revolução na agroindústria açucareira, com o domínio progressivo das usinas, concentrando terras nas mãos de poucos e dispersando muitos na Zona da Mata, contribuiu para o surto industrial em Recife de duas maneiras: ampliando ou criando demanda de produtos da indústria e fornecendo-lhe mão-de-obra. Este processo, entretanto, teve efeitos de dupla ou contraditória manifestação. As usinas e o consequente enriquecimento de um grupo resultaram em uma repartição da renda desequilibrada, tornando ainda mais numerosas a população de baixo ou quase nulo poder aquisitivo. A usina, promovendo a substituição do trabalho pelo capital, diminuiu consideravelmente a oferta de emprego à população da zona canavieira que, ou emigra para o Recife na esperança de encontrar trabalho urbano, ou para o Agreste onde o minifúndio passa a constituir problema (PROCHNIK, 1970, p. 26).

Singer (1977) aponta como fatores que contribuíram para o aparecimento das indústrias no Recife: (i) a criação de um mercado para determinados bens de produção, como cal, sacaria, veículos, etc.; (ii) ampliação do mercado de bens de consumo, ao provocar mudanças profundas nas relações de produção na zona rural, com a consequente expansão da economia de mercado em detrimento do setor de subsistência; (iii) e expulsão do campo de levas de trabalhadores que iriam

constituir no Recife grande contingente industrial reserva. Parte importante dessa população que se instalou nessa cidade sofreu duras consequências: desemprego e ausência de moradia.

Sabe-se que o preço final dos produtos industriais depende, entre outros fatores, da localização relacionada com o custo das matérias primas, da distância com o mercado consumidor, da existência e qualidade das infraestruturas de transporte e energia. Tais fatores levaram o repensar da localização das novas indústrias nos finais do século XIX.

Em termos locacionais, observa-se a instalação das indústrias no Recife especialmente no centro da cidade. Consoante Reynaldo (2017), os bairros de São José e Santo Amaro compartilhavam, até metade dos anos 1920, o solo de maior concentração industrial. A instalação das indústrias em Santo Amaro, se justificava pela proximidade do centro da cidade e por ser um bairro até então, considerado fora do perímetro urbano. Nele, se implantaram a Fábrica Tacaruna, antiga Usina Beltrão, e a Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco (T.S.A.P), instalada na Avenida Visconde de Suassuna. Estar fora do perímetro urbano foi condicionante também para localização do Cotonifício da Torre e o Cotonifício Capibaribe (Andrade, 1979), no bairro da Torre. Estes, inclusive, contaram com o incentivo do Estado para a construção de vilas operárias. As vilas operárias são imagens paradigmáticas, definidas por "um 'mercado' de moradias oferecidas pela própria unidade fabril, em geral para assegurar a continuidade de uma mão-de-obra com certos qualificativos e/ou para restringir o potencial de revolta dos assalariados" (ABRAMO, 1995, p. 518).

A proximidade do lugar de moradia da força de trabalho no espaço fabril era fundamental tanto para garantir certos 'bolsões' de mão-de-obra que ainda detinha um savoir-faire como também, e principalmente, em função da longa jornada de trabalho que impedia, fisicamente, um deslocamento dos assalariados entre a fábrica e a moradia que demandasse alguns minutos do já exíguo tempo de 'reprodução' da força de trabalho.

O processo de expropriação desses qualificativos (*savoir-faire*) passava pela disposição de normas disciplinares no processo produtivo, conhecido como taylorização, com o objetivo de intensificar o uso dessa mão-de-obra.

Salienta-se que, com o decorrer dos anos, a alteração do zoneamento naquelas áreas que abrigavam as referidas indústrias têxtils e a valorização dela decorrente contribuiu para que muitas das vilas operárias fossem demolidas, como ocorreu com o conjunto de casas da T.S.A.P, adquirida pela Universidade Católica de Pernambuco na década de 1960.

Embora a produção industrial tenha crescido significativamente, a exemplo da fabricação de tecidos, o surto industrial do Recife não foi capaz de progredir o suficiente para responder as expectativas do mercado nacional, onde o ritmo desejável se concentrou nas regiões Sul e Sudeste.

Em 1907 a produção industrial de Pernambuco, quase toda concentrada no Recife, ocupava o 7º lugar em relação à produção nacional e representava apenas 4% do seu valor total; em 1920 passa ao 5º lugar, representando 6,8% da produção nacional, em 1938, respectivamente 6º lugar e ainda 4,2%. O avanço de 1920 explica-se, certamente, pela alta das exportações de açúcar depois da 1ª Guerra Mundial. Nesse mesmo período, entre 1907 e 1938, a indústria de São Paulo passa de 16,5% da produção nacional a 43,2%; e do 2º lugar em valor, em 1907, ao 1º, a partir de 1920 (PROCHNIK, 1970, p. 26-27).

Todavia, entre os anos de 1939 e 1949, há um significativo crescimento na produção industrial do Estado, o que respaldou o crescimento populacional e o desenvolvimento econômico, chegando a empregar, em 1949, 40% do pessoal ocupado na indústria de transformação de Pernambuco (Antas, 1988). Dez anos depois, embora mantivesse o papel de grande empregadora de mão-de-obra, a indústria têxtil perde espaço para a indústria de produção alimentar. Esse crescimento, todavia, não acompanhou o ritmo de industrialização das regiões sul e sudeste.

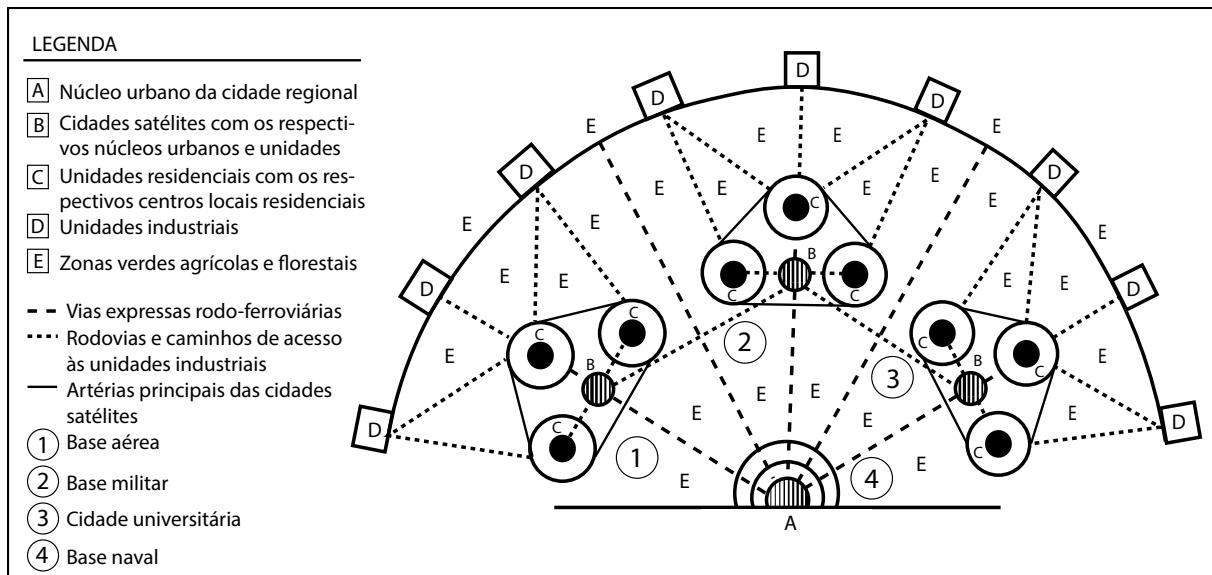
Na década de 1950, devido sobretudo ao aumento da população e diante da necessidade de um planejamento territorial, Antônio Bezerra Baltar apresentou um modelo urbano de cidade regional, com esquemas de urbanização e com diretrizes de crescimento espacial, com ênfase na localização de novas áreas residenciais e indústrias. Esse urbanista, apontava para o grande crescimento demográfico do Recife e seu espraiamento no território, sendo desafiante abrigar o grande crescimento populacional que se esperava pelas próximas décadas, uma vez que não haviam áreas livres o suficiente para reorganizar a população existente e atender as novas demandas.

É indispensável, portanto, considerar no planejamento da cidade futura, a área metropolitana de que o Recife atual é o centro indiscutível –prever e disciplinar a sua evolução global, incorporando no programa de obras e serviços e no conjunto de normas urbanísticas, o território e a população dos municípios vizinhos da capital, em todas as direções: Olinda, Paulista, São Lourenço e Jaboatão (BALTAR, 2000, p. 140-141).

O estudo desenvolvido por Baltar, denominado "Diretrizes de um plano regional para o Recife", partia de três preocupações: (i) a ocupação adequada das atividades no território; (ii) o número de habitantes e sua distribuição no espaço urbano; (iii) e a repartição espacial dos equipamentos públicos (Pontual, 2010) . O modelo urbano da cidade regional recifense por ele apresentado

era composto pelo núcleo urbano principal; cidades satélites com seus núcleos urbanos e unidades residenciais (cada unidade residencial contava com seu centro); unidades industriais e zonas verdes [Figura 35].

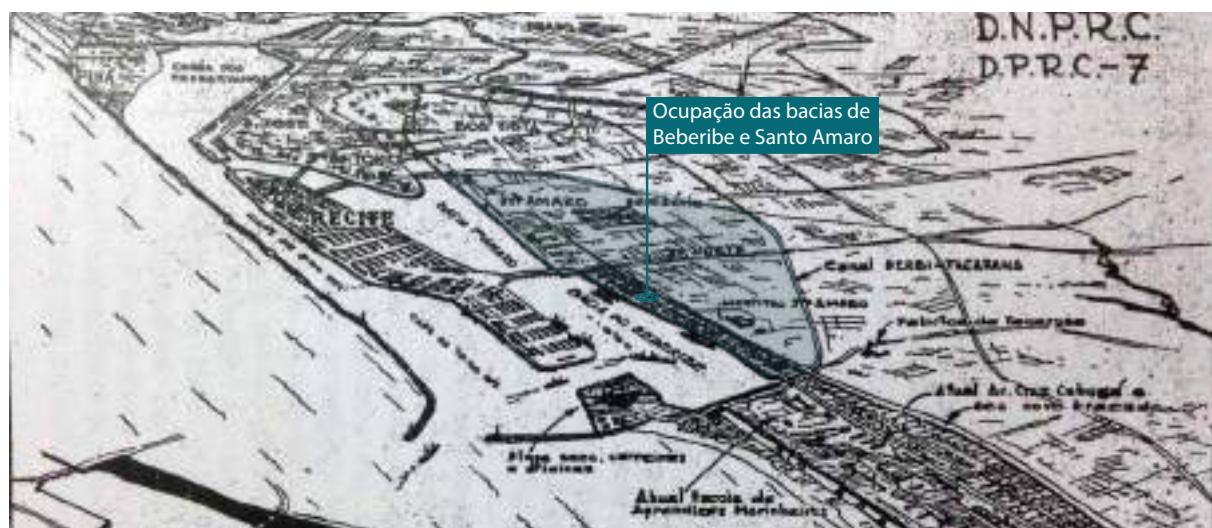
Figura 35 - Modelo de cidade regional proposto por Baltar.



Fonte: BALTAR, 2000, redesenhado pela autora.

Baltar buscava desafogar o centro do Recife criando núcleos denominados de cidades satélites. Para cada uma era proposta uma densidade habitacional máxima. Baseado na tríade habitação-trabalho-recreação, ele definiu a localização de pequenos núcleos habitacionais, sua interligação e os locais destinados ao lazer e as áreas verdes. Em suas propostas, Baltar apontava para a necessidade da ampliação da área portuária, da central ferroviária e do aeroporto, visando o intercâmbio de mercadorias, assim como seu sistema de armazenamento e transporte, o que teria implicações na bacia de Santo Amaro [Figura 36].

Figura 36 - Proposta de ampliação da área portuária com ocupação da bacia de Santo Amaro.



Fonte: BALTAR, 2000, editado pela autora.

Estando oficialmente adotado um vasto plano de expansão portuária e consequente separação entre o porto comercial e a base naval do Recife, abrangendo a bacia de Santo Amaro, consideramos ponto obrigatório do Plano do Recife a reserva das áreas respectivas para essas finalidades, sem se perder de vista, contudo a futura possibilidade de expansão na bacia de Sta. Rita. Por seu lado, as obras programadas para o aeroporto do Ibura deverão harmonizar os interesses ditados pela técnica aeronáutica da base militar e do aeroporto civil (BALTAR, 2000, p. 150-151).

Quanto ao centro do Recife, Baltar defende a retirada das indústrias existentes e as instalações nos limites da cidade³⁵.

[...] no que diz respeito ao centro da cidade atual, parece-nos imprescindível a elaboração de um programa também progressivo de deslocamento de todas as indústrias instaladas nessa primeira zona urbana. Essa medida visa um sem número de consequências benéficas, entre as quais se alinham a da supressão dos danos que essas indústrias causam na vizinhança necessariamente próxima na zona central; a criação da possibilidade de uma localização mais próxima do local de habitação dos operários; a ajuda ao centro urbano a libertação de extensas áreas urbanas para outros fins mais próprios e, finalmente, a oportunidade de se transferirem para instalações, sabido como é que, com raras exceções, estão situadas em edifícios e em condições inteiramente obsoletas (BALTAR, 2000, p.164-165).

Baltar defendia, assim, que o primeiro passo era a imediata proibição da instalação de novas indústrias no centro da cidade. Essas últimas, deveriam ser locadas na extrema periferia da área metropolitana projetada, no entorno das cidades satélites, onde o trajeto entre a habitação e o trabalho não ultrapassasse quinze minutos. Verifica-se, assim, a importância do pensamento de Baltar tanto para locação e institucionalização das novas zonas industriais, como para a concepção da área metropolitana ao qual o Recife era o centro regional.

Ainda nos anos 1950, após os estudos realizados por Baltar e diante da criação da Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (CODEPE) , foi realizado um estudo por Louis Joseph Lebret. Este elabora um documento cuja ideia central era “a factibilidade do desenvolvimento via industrialização em Pernambuco e, em decorrência, a redução do seu estado de subdesenvolvimento, tendo como referencial a noção de *mise en valeur* dos espaços regionais” (PONTUAL, 2015, p. 204). Fora constatado, nos estudos realizados até então, a forte migração que caracterizava

³⁵ De acordo com Baltar (2000, p. 158), “a expansão das atividades comerciais decorrente da esperada ampliação do parque industrial do Estado e da Região, acentuará o fenômeno já evidente da dilatação forçada da zona comercial do centro. A renovação arquitetônica desse núcleo se fará certamente conquistando a altura [...] um certo zoneamento poderá ser previsto tendo em conta as atuais tendências da cidade, na subdivisão do seu centro plenário entre as diferentes atividades que nele se localizam”.

o Recife. De acordo com Mário Lacerda de Melo (1961), em 1959, do total da população que residia no Recife, apenas 40% era natural da cidade.

Recife dos anos 1950, com seus quinhentos mil habitantes, era também metrópole regional do Nordeste, principal núcleo da indústria, do comércio e dos serviços da região, lugar para onde afluíam nordestinos dos estados vizinhos para ali realizar sua formação universitária que assim se irradiava para as demais capitais do Nordeste. [...] foi a migração de trabalhadores de campo e das pequenas cidades da Zona da Mata que contribuíram decisivamente para o incremento de pouco mais de 50% da população entre os anos 1950 e 1960, quando o Recife passou de 512.30 para 788.569 (SALES, 2016, p. 108).

Além das secas e das altas taxas de crescimento demográfico, assolavam o Estado de Pernambuco a má distribuição de energia elétrica, a deficiência nos transportes e a dificuldade no desenvolvimento industrial, o que contrastava com as regiões Sul e Sudeste. Assim, após a realização do estudo, Lebret apresenta as diretrizes do plano a ser realizado a prazos imediato e longo. No que concerne o Recife, Lebret apresenta diretrizes [Figura 37] dentre elas: a expansão da área portuária e a localização das novas indústrias (Lebret, 2016).

Figura 37 - Diretrizes de Lebret para o Recife.

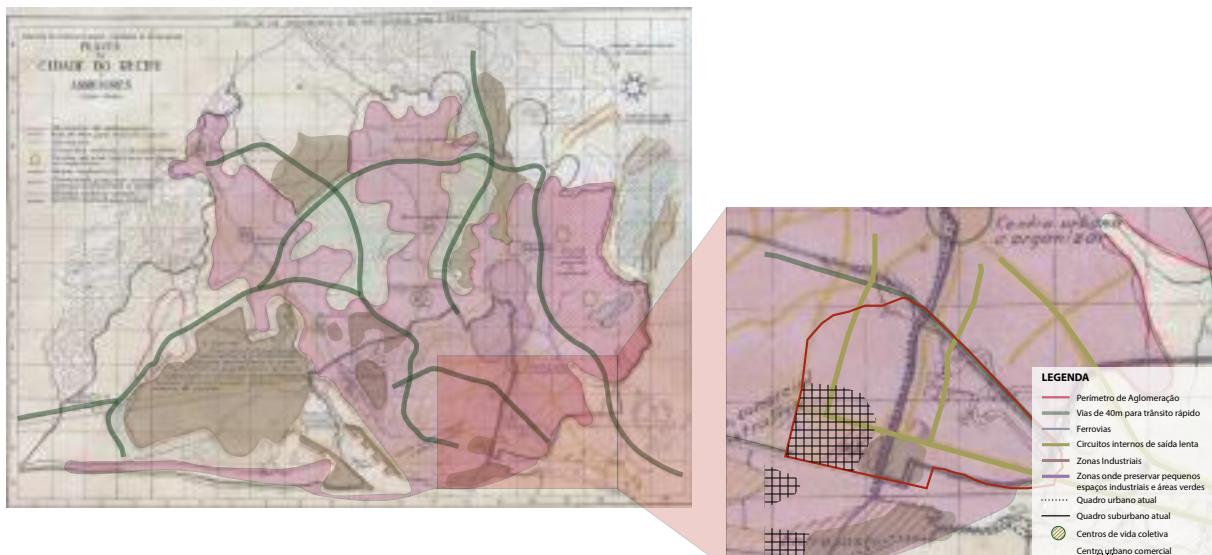


Fonte: LEBRET, 2016, elaborado pela autora.

Lebret propôs a expansão da zona portuária para o sul da cidade, com a localização de entrepostos e armazéns ao longo da linha férrea, assim como a delimitação das zonas que receberiam as novas indústrias, locadas em Santo Amaro, Afogados, Curado e em Casa Amarela. Propôs também uma hierarquização das zonas comerciais. A primeira zona abrangia o centro urbano, comercial e administrativo, composto pelos bairros do Recife, Santo Antônio, São José e Santo Amaro. A segunda correspondia ao centro urbano com abrangência menor, composto pelo bairro da Encruzilhada; e um centro no bairro de Boa Viagem [Figura 38].

Na figura 38, ressaltam-se as manchas das zonas industriais que estariam, a partir de então, locadas nas periferias da mancha urbana principal e entre as áreas de crescimento urbano seriam preservadas áreas verdes. Verifica-se, ainda, que na área central da cidade, a única zona industrial estava localizada no bairro de Santo Amaro, que contava ainda, com parte de seu solo caracterizado como parte do centro urbano e administrativo. Ainda no bairro, verificam-se os eixos de circuito interno de saída lenta e vias de 40 metros de largura para trânsito rápido. Salienta-se que, algumas das linhas de mobilidade podem ser observadas ainda no plano de Ulhôa Cintra, em 1943, e no Plano do Sistema Viário de Edgar Amorim, de 1953, que destaca as ideias das quatro perimetrais e das seis radiais, de Ulhôa Cintra.

Figura 38 - Plano de Lebret para o Recife, com destaque para Santo Amaro.



Fonte: RECIFE, 1955, editado pela autora.

É preciso, que as comunicações sejam muito rápidas para que os terrenos industriais possam ser atingidos o mais rapidamente possível. Comunicando-se com os terrenos industriais e com as radiais de saída da cidade ou de acesso, uma grande radial permitindo atingir a zona industrial do sul, e a estrada para o sudoeste e um pouco mais alto, uma outra via, ligando-a à central. Há possibilidade de comunicações rápidas por meio de trens elétricos, em que será preciso pensar também, se a saída da cidade por trólebus e ônibus não for suficiente. O trajeto seria o mesmo. Quando tudo isso estiver organizado, será necessário encontrar um traçado que permita conexões ainda mais amplas e assim ver-se-á como a cidade será descongestionada, porque de outro modo, se chegaria a uma circulação impossível, com vias engarrafamentos por toda parte, que qualquer movimento seria inviável (LEBRET, 2016, p. 81).

Os estudos desenvolvidos por Baltar e Lebret influenciaram nas diretrizes adotadas pelo Código de Urbanismo e Obras de 1961, ao delimitar zonas industriais afastadas da zona central, o que atrelado ao processo de metropolização culminou na localização das indústrias e dos loteamentos populares nos limites da cidade. Esse processo será melhor retratado posteriormente.

O contexto de frágil crescimento industrial no Nordeste e o empobrecimento da sua população, contrastavam com a situação das regiões Sul/Sudeste. Daí, a criação em 1959 (Lei Federal, nº 3.692) da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), buscando a promoção do desenvolvimento da região, por meio de incentivos fiscais às empresas que nela se instalassem. Dessa forma, um ciclo de transformações na estruturação industrial pernambucana, especialmente após 1963 é iniciado, o que significou um processo de modernização das indústrias tradicionais, a operação de indústrias básicas e dinâmicas, além da diversificação da produção de bens de consumo. Tudo isso refletiu-se no processo de metropolização do Recife (Prochnik, 1970).

3.2 INSTITUCIONALIZAÇÃO E PERDA DAS ZONAS INDUSTRIAS E A ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DE SANTO AMARO

Pernambuco caracterizava-se, nos primeiros anos de atuação da Sudene, como principal beneficiário da política de industrialização da Superintendência, desenvolvido a partir modernização e ampliação de setores de produção. Teve um aumento de 24% do emprego industrial entre os anos de 1959-1969. As transformações chegaram ao Recife, revelando novos elementos estruturadores,

O Recife, até então uma cidade predominantemente terciária, viu-se promovido, no novo contexto nacional desenvolvimentista, de distritos industriais, grandes corporações institucionais (CHESF, SUDENE, etc) e de outros elementos estruturadores do desenho urbano modernista (modelo físico adotado pelo Estado

Nacional): rodovias, campus universitário, centro administrativo, viadutos, etc (MEDINA, 1997, p.557).

Nesse contexto, a Lei 7.427 , de 1961, assumiu um importante papel no processo de estruturação do Recife. Denominado como Código de Urbanismo e Obras (C.U.O) trazia consigo diretrizes que seguiam conceitos funcionalistas, ainda com a ideia do zoning, dividindo a cidade em dois grandes setores: urbano e suburbano. Esses, se subdividiam em zonas comerciais, residenciais, industriais, universitárias e portuárias.

[a legislação] ampliou relativamente o âmbito do centro urbano do Recife e definiu em seu interior perímetros diferenciados de uso, bem como o Bairro do Recife como zona exclusiva da função portuária. [...] o centro urbano era designado como setor urbano e estava formado, prioritariamente, pela Zona Comercial 1 (ZC1); porém, compartia, ainda, a fragmentação funcional do setor urbano com uma zona portuária (ZP10, duas zonas industriais (ZI4 e ZI5), uma zona residencial e outras duas zonas comerciais (ZC2 e ZC3) (REYNALDO, 2017, p. 148-149).

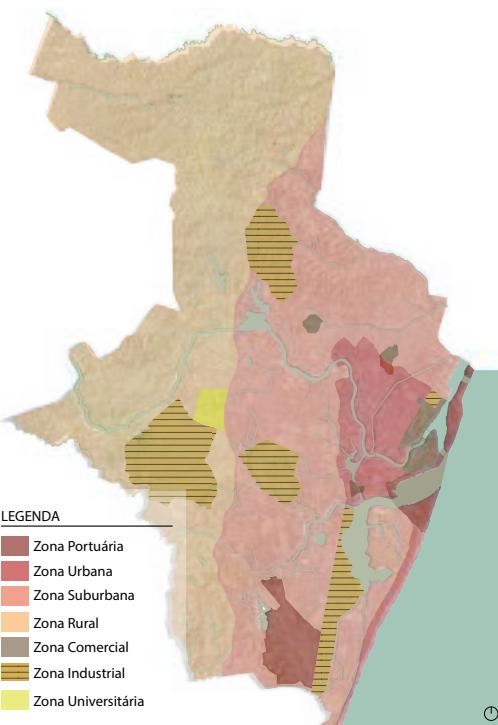
Pautado na visão metropolitana da cidade, difundida por Baltar e Lebret, o C.U.O³⁶ institucionalizou as zonas industriais nas zonas suburbanas ao longo de importantes eixos viários, retirando a concentração na área central [Figuras 39 e 40]. A legislação classificava as fábricas, assim como as oficinas, em grandes e pequenas. As grandes indústrias e oficinas só poderiam ser locadas nas zonas industriais. As fábricas e oficinas de menor porte, que não utilizassem materiais inflamáveis na produção de produtos, assim como não produzissem trepidações ou ruídos, como também não emitissem resíduos, vapores ou desprendessem fumo, poderiam ser locadas nos núcleos comerciais.

São apontadas pela C.U.O cinco áreas industriais, com o total aproximado de 2 mil hectares, que abrangiam porções dos bairros de San Martin, Torrões, Estâncio, Curado, Várzea, Nova Descoberta, Brejo da Guabiraba, Macaxeira, Santo Amaro e Imbiribeira. Com exceção do bairro de Santo Amaro, cuja área industrial estava ligada a área portuária, as demais estavam locadas em áreas igualmente suburbanas, porém longe do centro da cidade.

O bairro de Santo Amaro teve algumas de suas áreas, anteriormente destinadas a vilas populares – a exemplo da vila Treze de Maio –, que foram incorporadas a Zona Industrial 4, além de contar com uma Zona Comercial 1, que correspondem, respectivamente, a 6% (22,8 ha)e 15% (57 ha) do solo total atual do bairro [Figura 41].

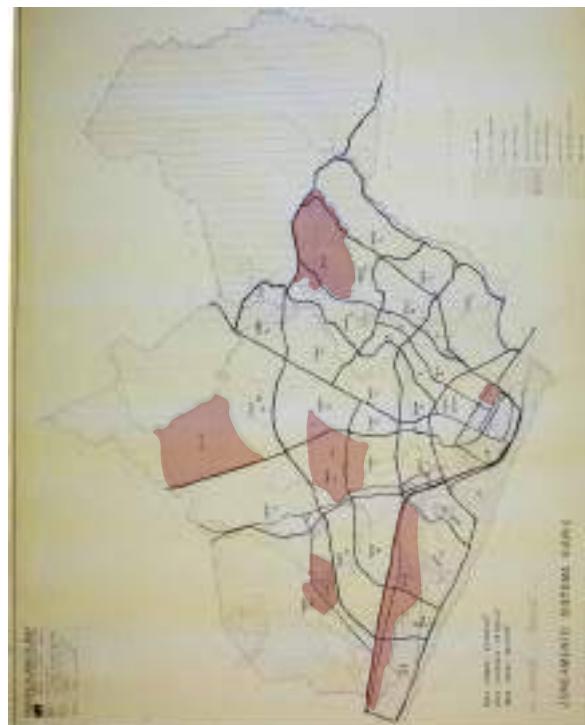
³⁶ Importante salientar que, ainda em 1936, o Regulamento de Construções já apontava algumas subzonas que seriam destinadas as atividades industriais. Todavia, a delimitação correta dessas áreas seria apresentada, posteriormente, no Plano Geral de Remodelação da Cidade.

Figura 39 - Zoneamento da cidade de acordo com a Lei 7.427 (1961).



Fonte: RECIFE, 1961, editado pela autora.

Figura 40 - Localização das zonas industriais na malha viária da década de 1970.



Fonte: RECIFE, (s/d), editado pela autora

Figura 41 - Zoneamento de Santo Amaro a partir da legislação de 1961.



Fonte: Recife, 1961, editado pela autora.

O espraiamento ocorrido para as periferias do Recife fora favorecido, sobretudo, pela construção de conjuntos habitacionais para as populações de mais baixa renda, promovidos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), loteamento populares, muitos deles clandestinos e invasões de terrenos públicos e privados. Ademais, parte das atividades terciárias se deslocaram do centro histórico recifense em busca das demandas surgidas nas áreas que passaram a abrigar, por meio da verticalização (a exemplo dos bairros das Graças, Espinheiro e Boa Viagem), residências das classes média e alta. Verticalização impulsionada também pelo BNH, o que contribuiu para a consolidação de novas centralidades, processo respaldado pela lei 7.427/61. A importância do BNH no processo de estruturação da metrópole recifense será retomada mais adiante.

Os parâmetros urbanísticos dessa lei variavam de acordo com as zonas funcionais. Todavia, era permitida a existência de núcleos dentro dessas zonas, com o intuito de garantir o *mix* de usos e funções, rompendo com a rigidez imposta geralmente por um zoneamento funcional.

A classificação das zonas possuía, na Lei 7.427, uma ordem hierárquica de importância, que se traduzia na emergência econômica do Recife no Nordeste e Brasil, àquela época, como centro urbano e metropolitano, agora detentor de atividades industriais, comerciais e de serviços variados. Essas atividades, por sua vez, exigiam condições de escoamento de suas produções e de intercâmbios, daí a primazia hierárquica das zonas portuárias- porto e aeroporto (MEDINA, 1997, p.554).

Após a institucionalização das zonas industriais, o Recife passou a se caracterizar pela relevante presença de um parque industrial distribuído, agora, em zonas institucionalizadas, diferenciado dos demais parques presentes no Estado, especialmente pelo porte de suas indústrias. No ano de 1965, a cidade concentrava 11,5% das atividades econômicas do Estado e empregava cerca de 33,7% dos trabalhadores industriais. Detinha, ainda, 46,7% do total da produção de Pernambuco [Tabela 8].

Tabela 8 - Concentração industrial do Recife.

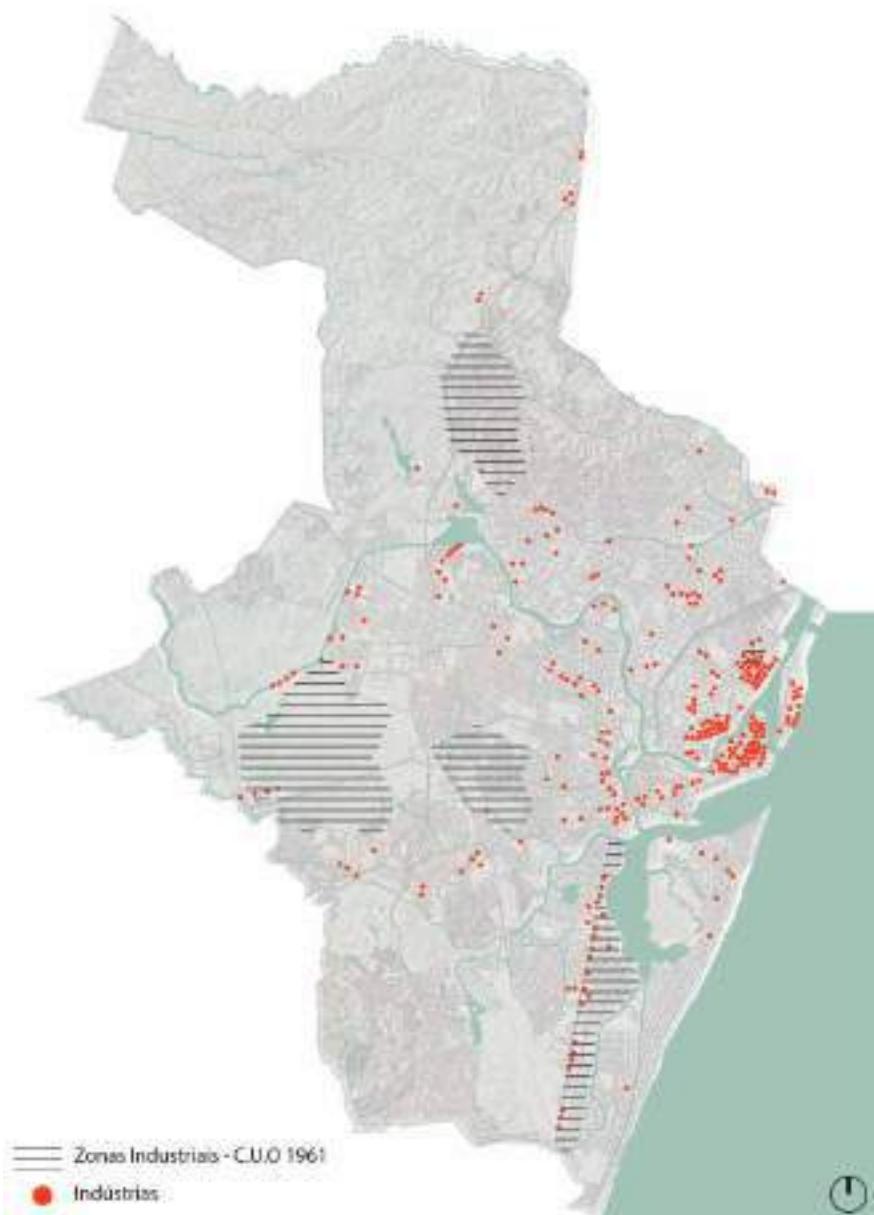
Ano	Estabelecimentos industriais		Pessoal ocupado na indústria		Valor da produção industrial	
	% sobre a área metropolitana	% sobre o Estado	% sobre a área metropolitana	% sobre o Estado	% sobre a área metropolitana	% sobre o Estado
1940	68,4	24,4	56,3	32,2	68,7	38,3
1950	64,1	13,5	59,3	34,7	69,6	41,3
1960	74,8	20,6	64,6	38,3	72,7	52,6
1965	65,1	11,5	69,6	33,7	76,4	46,7

Fonte: PROCHNIK, 1970.

Entre 1963 e 1969 são aprovados, pela SUDENE, 175 projetos na área correspondente a Região Metropolitana do Recife, naquele momento ainda não institucionalizada (Prochnik, 1970). O crescimento do quantitativo industrial fez surgir novos distritos e áreas industriais específicas, a exemplo dos distritos localizados no Cabo e em Paulista, e das áreas industriais localizadas no Recife, como Curado, Várzea e Imbiribeira.

Em 1967, a cidade concentrava 80,2% das empresas que empregavam mais de 5 funcionários [Figura 42] da área metropolitana, concentrando 99,5% de estabelecimentos comerciais atacadistas, 73,4% do comércio varejista e 92,9% dos bancos (Prochnik, 1970).

Figura 42 - Localização das indústrias entre 1963 e 1969, que empregavam mais de cinco operários.



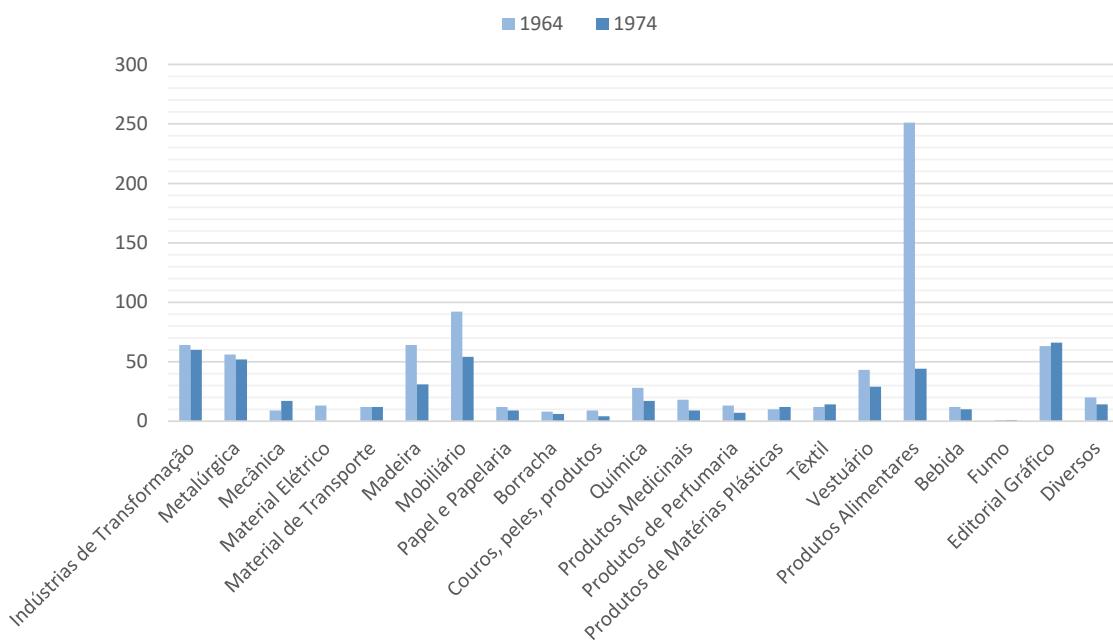
Fonte: PROCHNIK, 1970, redesenhado pela autora

Com base nas 809 indústrias identificadas no Cadastro Industrial de Pernambuco de 1964, organizado pelo Comissão de Desenvolvimento de Pernambuco, com dados coletados pelo Departamento Estadual de Estatísticas, foram registrados 20 ramos industriais, agrupados de acordo com o Registro Industrial do Ministério da Indústria e Comércio [Gráfico 01]. Por meio desse Cadastro, que registra como unidade industrial as empresas que empregavam mais de cinco operários, verifica-se a presença de indústrias no bairro de Santo Amaro, especialmente ao longo das principais vias locais. O bairro contabilizava 50 indústrias – ou seja, 6,18%, do total das indústrias localizadas no Recife, que chegava a 800 unidades – relacionadas, sobretudo, à produção de alimentos, seguidos pelo ramo mobiliário e madeira.

Os bairros que apresentavam maior concentração eram os de Afogados, com 124 indústrias (15,3%); seguido pelo bairro de São José, com 105 (12,96%); Boa Vista, com 95 (11,72%); Santo Antônio e Casa Amarela, com 73 e 57 indústrias, respectivamente (9,01% e 7,09%). Santo Amaro, por sua vez, contava, como ressaltado, com 50 indústrias (6,18%), ficando, assim, com o oitavo lugar [Anexo 2]. Neste bairro, a concentração espacial das unidades produtivas se dava na Zona Commercial 1. Todavia, nos anos subsequentes, com o crescimento industrial do Estado, especialmente nas regiões periféricas do núcleo urbano do Recife, a localização das novas indústrias ocorria em distritos industriais maiores, como previamente orientado por Baltar e Lebret, em seus estudos e proposta de ordenamento urbano.

Na década seguinte, a partir da análise do Cadastro Industrial de Pernambuco de 1974, o quadro foi alterado significativamente: o número de indústrias no Recife caiu para 468, localizadas, entretanto, em 55 bairros [Anexo 3]. As indústrias ligadas à produção de alimentos apresentaram, em relação a 1964, uma queda de mais 80% [Gráfico 1]. Além deste ramo, destaca-se a queda de 40% ou mais, nos ramos de mobiliário, químico, produtos medicinais, perfumaria, vestuário, entre outros, no período analisado.

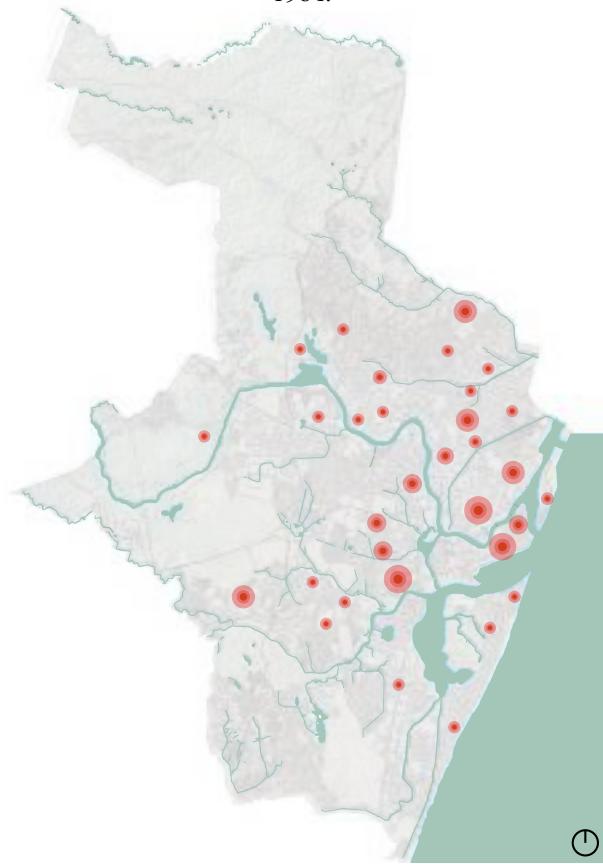
Gráfico 1 - Comparativo do quantitativo das indústrias entre 1964 e 1974.



Fonte: PERNAMBUCO, 1964 e 1974.

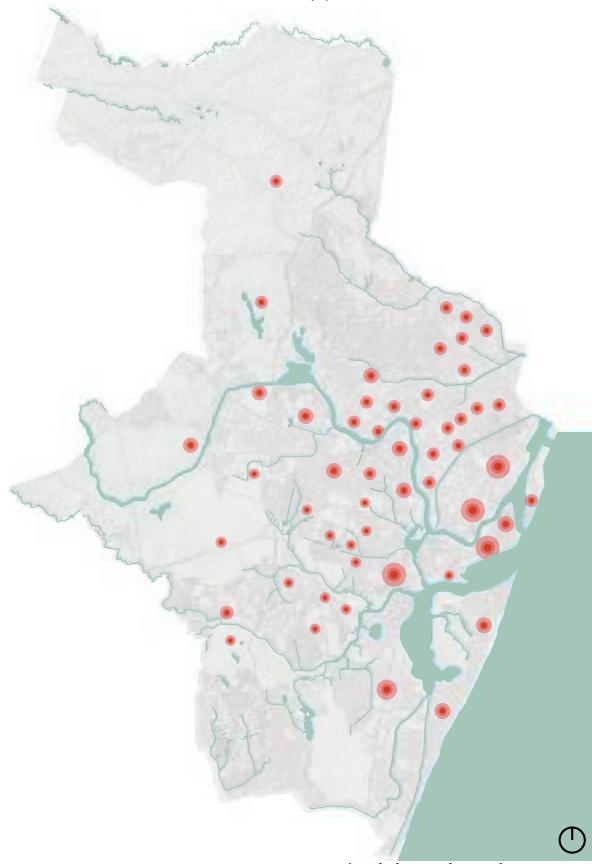
Verifica-se uma queda de mais de 40% no número das indústrias localizadas no Recife, entre 1964 e 1974, embora se observe uma descentralização territorial de 31 para 55 bairros. A maioria dos bairros que concentrava, em 1964, o maior número de indústrias, sofreu uma queda de quase 50%, com exceção do bairro de Santo Amaro. Este passou a ocupar a 4º posição entre os bairros que possuíam maior quantidade de indústrias. O conjunto dos bairros do centro do Recife, que, em 1964, contavam com um total de 291 indústrias (36% do total) passou a contar com 134, em 1974, representando 28,63%. Assim, as indústrias vão caminhando, paulatinamente, para as áreas limítrofes da cidade, como se pode observar por meio das figuras 43 e 44.

Figura 43 - Localização da concentração das indústrias em 1964.



Fonte: PERNAMBUCO, 1964, elaborado pela autora

Figura 44 - Localização da concentração das indústrias em 1974.



Fonte: PERNAMBUCO, 1974, elaborado pela autora

No período entre 1964-1974, Santo Amaro apresentou um crescimento no ramo metalúrgico, porém, houve uma significativa queda nos ramos imobiliário, vestuário, produtos alimentares e bebida, assim como ocorrido em todo o Recife. Todavia, diferentemente dos demais bairros, a exemplo de Afogados, São José, Casa Amarela e Encruzilhada, que possuíam significativo número de indústrias ligada à produção relacionada às atividades comerciais, atacadistas e varejistas, Santo Amaro não sofreu a abrupta queda, exatamente pela diversidade de seus ramos industriais [Tabela 9].

Tabela 9 - Quantitativo dos ramos industriais em 1964 e 1974, no bairro de Santo Amaro.

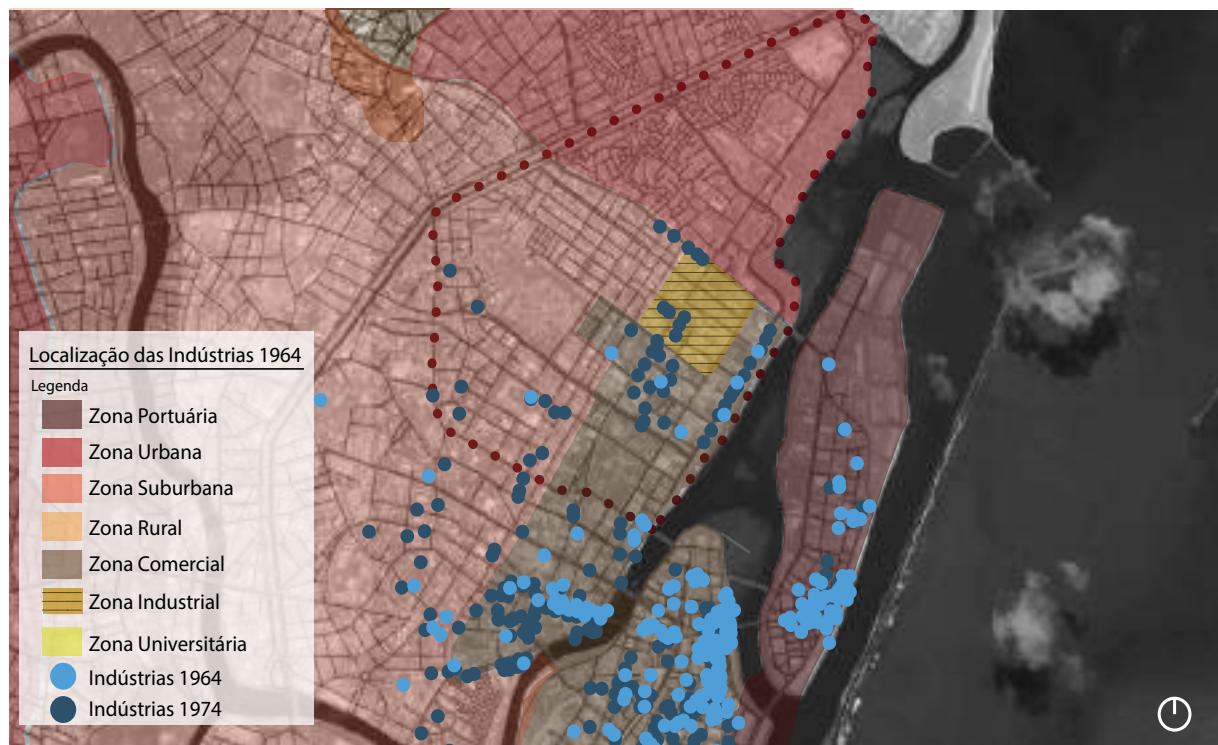
Ramos Industriais	Indústrias de Transformação	Metalúrgica	Mecânica	Material Elétrico	Material de Transporte	Madeira	Mobiliário	Papel e Papelaria	Borracha	Couros, peles, produtos Química	Produtos Medicinais	Produtos de Perfumaria	Produtos de Matérias Plásticas	Têxtil	Vestuário	Produtos Alimentares	Bebida	Fumo	Editorial Gráfico	Diversos	Total
1964	5	1		1		7	8	1	1		1	1		1	1	5	8	4	5	1	50
1974	6	5	1			3	3				1	2	3	3	1	7	1	7	1	36	

Fonte: PERNAMBUCO, 1964-1974, elaborado pela autora

O bairro, que se caracterizava pela diversidade dos ramos industriais, sofreu, no decorrer dos anos, com a perda do quantitativo e da diversidade industrial. Dos 20 ramos cadastrados em 1964, Santo Amaro contava com, pelo menos, uma indústria em 15 ramos. Em 1974, o quantitativo cai para 11, devido a redução de funcionários ou fechamento das indústrias cuja produção estava ligada ao comércio.

Podemos observar que a localização das indústrias em Santo Amaro, catalogadas pelo Cadastro Industrial de 1964 e 1974, não estão locadas efetivamente no perímetro da zona industrial 4 [Figura 45]. Há uma concentração na Zona Comercial 1, assim como nos principais eixos viários do bairro: Av. Cruz Cabugá e Av. Norte.

Figura 45 - Localização das indústrias em Santo Amaro e CHR, nas décadas de 1960 e 1970.



Fonte: PERNAMBUCO, 1964-1974, elaborado pela autora

Verifica-se que a indústria alimentícia apresentou no período 1964 e 1974, uma queda de mais 80% do quantitativo. Além deste ramo, destaca-se a queda de 40% ou mais, nos ramos mobiliário, químico, produtos medicinais, perfumaria, vestuário, entre outros.

A queda observada no período em questão se deve às oscilações na dinâmica econômica do estado de Pernambuco, que mesmo em seu período de crescimento, não acompanhou a dinâmica do Nordeste, tão pouco a do sul/sudeste. Um dos fatores que contribuiu para a diminuição de suas funções econômicas foi a redução de seu desenvolvimento como entreposto comercial, o que cor-

roborou para a diminuição da importância do comércio atacadista do estado e das atividades a ele encadeadas (Lima & Katz, 1993).

A institucionalização das áreas industriais pelo C.U.O foi um dos importantes fatores que contribuíram para o processo de estruturação da Região Metropolitana do Recife (RMR), uma vez que a formação dos distritos industriais – atrelados ao sistema rodoviário metropolitano, aos aludidos conjuntos habitacionais, loteamentos e invasões de terras, além da força econômica e política-administrativa do núcleo recifense – proporcionou a formação de um contínuo urbano de 13 cidades. "Essa grande cidade transmunicipal foi organizada e macro-promovida segundo a lógica do capital estatal e micro-produzida de acordo com os interesses do capital imobiliário" (MEDINA, 1997, p.558), sobretudo a partir dos anos 1970.

A institucionalização da RMR ocorreu em 1973, assim como de outras metrópoles brasileiras. Respondia à necessidade de estabelecer em escala nacional, um planejamento territorial metropolitano fundamentado na difusão de vetores de modernização – sendo o principal vetor o industrial–, além da expansão do setor de consumo de bens e serviços, por meio da integração das metrópoles em uma rede de centros urbanos (Bitoun & Miranda 2015).

De acordo com Lacerda et al (2000, p. 78) de expansão territorial das metrópoles brasileiras, ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, seguindo o modelo de crescimento urbano extensivo, ou seja, em cada uma delas houve um deslocamento contínuo nas margens da área urbana, "gerando um desenho do território semelhante a uma mancha de óleo com um centro e uma periferia de forma tentacular em contínua expansão". Os tentáculos seguiam, ainda consoante os autores, os eixos viários. Tal crescimento foi completado a partir da conurbação dos núcleos urbanos tradicionais, transformando-se num território com urbanização única em termos físicos. Três importantes fatores contribuiram para a referida conurbação: (i) implantação de distritos industriais ao longo das rodovias; (ii) desenvolvimento dos transportes rodoviários; (iii) construção de grandes conjuntos habitacionais através do Sistema Financeiro de Habitação (Miranda, 2004).

As políticas governamentais de estruturação do espaço urbano, implementadas em escala nacional, desenharam aglomerações metropolitanas espraiadas, pautadas no planejamento em um padrão centro-periferia de desenvolvimento urbano. A Política Nacional de Habitação caracterizou-se pela construção de grandes conjuntos habitacionais em espaços periféricos. [...] A implantação de parques industriais e importantes investimentos em redes viárias e sistemas de transportes ampliaram a escala territorial metropolitana (MIRANDA, 2004, p.132).

Sem dúvida um dos grandes responsáveis pela estruturação da RMR foi a política implantada pelo BNH. Este Banco contava com dois suportes financeiros: o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Sociedade Brasileira de Poupança e Empréstimo (SBPE). O primeiro fora destinado à produção e à comercialização das habitações para população de baixa renda, enquanto o segundo atendeu a demanda da classe média, sendo o grande responsável, em muitas metrópoles, como foi o caso da metrópole recifense, pela emergência e consolidação da promoção imobiliária privada (Lacerda, 2006).

Sobre a lógica locacional dos empreendimentos financiados por essa instituição financeira na RMR, Lacerda (1991) afirma que, no período 1964 a 1984, a grande concentração do Programa SBPE ocorreu no município do Recife. Das 14.647 unidades habitacionais produzidas nessa Região, 11.396, correspondente a 77,8%, localizaram-se nesse município, notadamente nos bairros de Boa Viagem, Espinheiro, Graças, Aflitos, Torre e Madalena. Esse Programa foi o grande responsável pelo processo de ocupação intensiva, o que significou a destruição de estruturas urbanas horizontais, de altíssima qualidade ambiental, como era o caso desses bairros, por estruturas verticalizadas, com altos índices de aproveitamento do solo urbano. O restante das moradias financiadas pelo aludido Programa ocorreu, sobretudo, nas orlas marítimas de Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista. Recife e mais especialmente os mencionados bairros, além dessas orlas, foram, pelo menos até os anos 1980, o local privilegiado de moradia da burguesia urbana metropolitana.

[...] os bairros privilegiados, em termos locacionais, para a produção de habitações através do SBPE, correspondem sobretudo à Área Urbana/Zona Residencial 1 (ZR-1) e suas áreas de influência (as orlas marítimas), caracterizadas pelo relativo (i) alto grau de acessibilidade a equipamentos e serviços coletivos; (ii) alto coeficiente de ocupação do solo; e (iii) alto preço dos terrenos. Isto significa dizer que os agentes financeiros da RMR, aos quais, em última instância, cabe a responsabilidade pela escolha locacional dos empreendimentos imobiliários destinados a atender à demanda da burguesia urbana, têm acompanhado as grandes tendências do mercado como forma de diminuir suas margens de risco (LACERDA, 1991, p. 248).

Acrescente-se ainda que esse processo significou um esvaziamento da centralidade histórica recifense pelas atividades de maior "prestígio." Processo vivenciado não apenas no Recife mas também em algumas cidades brasileiras.

A dispersão do papel funcional de "centralidade urbana" daquele que foi o núcleo inicial de ocupação e povoamento, a busca por novas alternativas de moradia e

a formação e consolidação de novas centralidades têm, historicamente, caracterizado o processo de transformação da dinâmica urbana dos centros de algumas cidades brasileiras. A diminuição do número de residentes, a evasão habitacional por parte de uma população de renda mais alta, a apropriação dos espaços por usos e usuários de outras faixas de renda e, em muitos casos, a degradação, tanto do estoque edificado quanto dos espaços públicos, apontam para um processo controverso de desvalorização da área central (BERNARDINO & LACERDA, 2015, p.64).

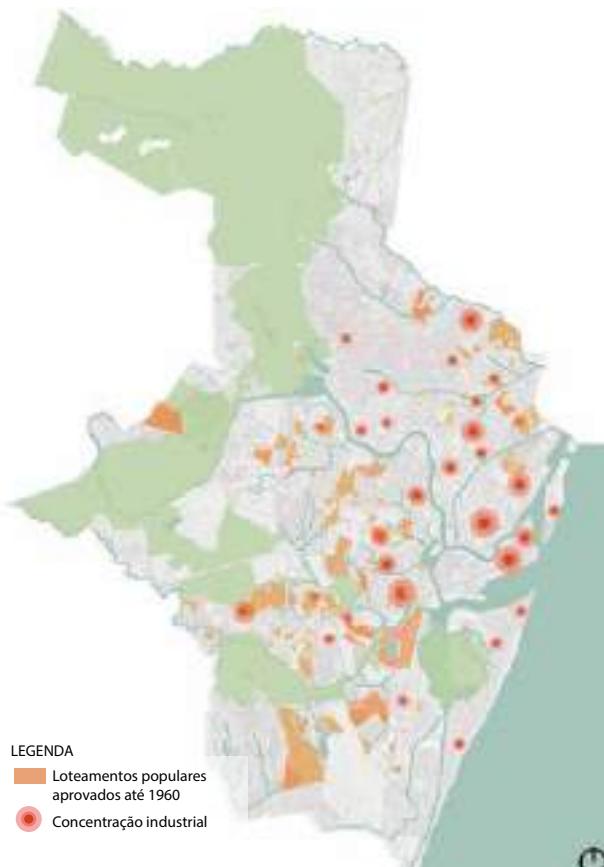
Embora Lacerda, no seu livro de 1991, não apresente dados por bairro, mas por município, a sua tese de doutorado (1993) mostra, por meio da análise do processo de verticalização da cidade do Recife, que os bairros que conformam o Centro Expandido não eram cobiçados pelo setor imobiliário privado. A estrutura horizontal dessa porção territorial recifense permaneceu praticamente inalterada, ou seja horizontal. No caso do bairro de Santo Amaro, os empreendimentos habitacionais limitaram-se a poucos edifícios localizados nas frentes d'água, próximos a rua da Aurora e nas proximidades do eixo da Av. Visconde de Suassuna.

Os investimentos habitacionais financiados no âmbito do Programa Cooperativa, destinado à classe média baixa totalizaram 14.589 moradias no formato de conjuntos habitacionais. Desses 8.334, correspondente a 55,7% situaram-se no Recife, em bairros como Várzea, Jardim São Paulo, Arruda e Beberibe (Lacerda, 1991).

Em relação ao Programa Companhia de Habitação (COHAB), segundo a mesma autora, a concentração ocorreu, notadamente nos municípios limítrofes do de Recife, também em formato de conjuntos habitacionais. Nada menos que 77.602 domicílios foram edificados pela Cohab-PE na RMR. O município de Recife abrigou apenas 12,2% desse total, equivalente a 9.665 residências. Esse Programa e os comentados loteamentos clandestinos e invasões de terrenos públicos e privados foram os grandes responsáveis pelo processo de ocupação extensiva da metrópole recifense.

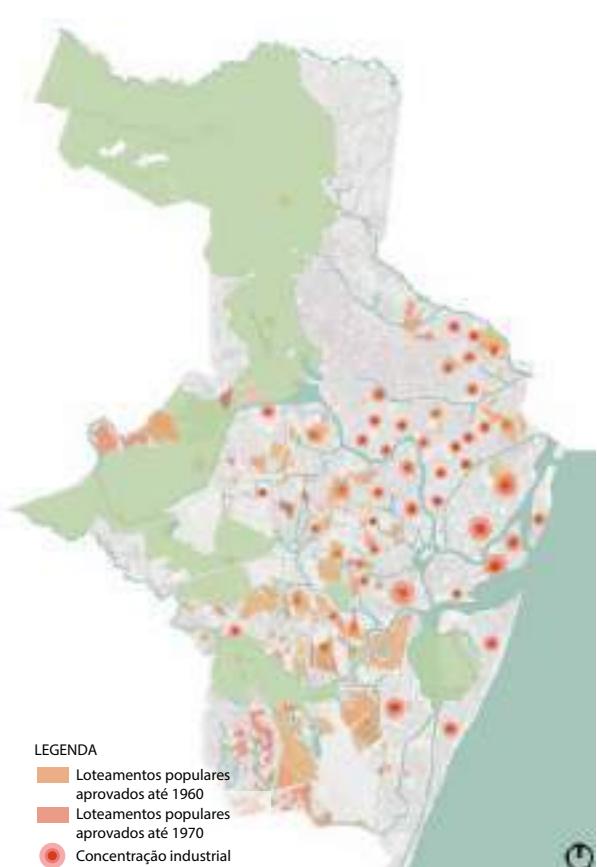
No que refere ao território do Recife foram aprovados diversos loteamentos populares nas áreas limítrofes do Recife, especialmente nas áreas de morro. Como pode ser verificado nas imagens 46 e 47, os loteamentos populares acompanharam paulatinamente a localização das indústrias, se deslocando, junto à elas, para os limites da cidade, comprovando o crescimento extensivo do Recife.

Figura 46 - Loteamentos populares aprovados até 1960 e concentração industrial em 1964.



Fonte: A autora

Figura 47 - Loteamentos populares aprovados até 1980 e concentração industrial em 1974.



Fonte: A autora

Consoante Lacerda (1991), no período de 1964 a 1984, ou seja, em vinte anos, foram construídos na RMR com a participação do BNH 142.392 unidades habitacionais. Cabe ressaltar que, segundo o Censo Demográfico do IBGE, a RMR, em 1960, abrigava 239.434 domicílios, passando a abrigar, vinte anos depois (1980), 472.619. Ocorreu, portanto, um incremento de 233.185 moradias. Embora os períodos acima não sejam coincidentes, pode-se afirmar que aproximadamente 61,06% das novas moradias existentes no início dos anos 1980 foram financiadas pelo BNH, quantitativo não desprezível. Isso reforça a ideia da inestimável contribuição do BNH, por meio das lógicas locacionais dos seus programas, para o processo de estruturação da metrópole recifense.

Nas suas linhas centrais, tal processo corresponde ao que (1995) se convencionou denominar de regime urbano fordista periférico, uma maneira de coordenação espacial das decisões de produzir espacialidades construídas pelo capitais imobiliários, somando-se a ela formas de produção de moradias que passam à margem das regulações, como loteamentos clandestinos, invasões, etc... Sobre esse regime Abramo (1995, p. 539) se pronuncia:

Quando em um regime urbano convivem, de um lado, os sistemas de produção de moradias fordistas (estatal, sustentado e autônomo) e, do outro, as formas informais de produção de espacialidade residencial, podemos dizer que a regulação urbana se faz a partir de elementos da regulação urbana fordista e da regulação periférica. Por justaposição (nesse sentido adotamos o critério de Lipetz), podemos chamar esse regime urbano de fordista periférico (LIPIETZ, 1985).

Se esse regime explica, na escala regional, o processo de estruturação da metrópole recifense, esclarece, na escala de um bairro, a estruturação espacial de Santo Amaro no período 1960 a 1980, e mais ainda no período a ser analisado no próximo capítulo. Afinal, nele começou a conviver o processo, ainda que tímido, de produção estatal de moradias para a classe média (BNH) [Figura 48] com formas informais de produção da espacialidade residencial.

Figura 48 - Edifícios verticais na frente d'água do bairro de Santo Amaro, decorrente dos investimentos do BNH.



Fonte: RECIFE, 1980

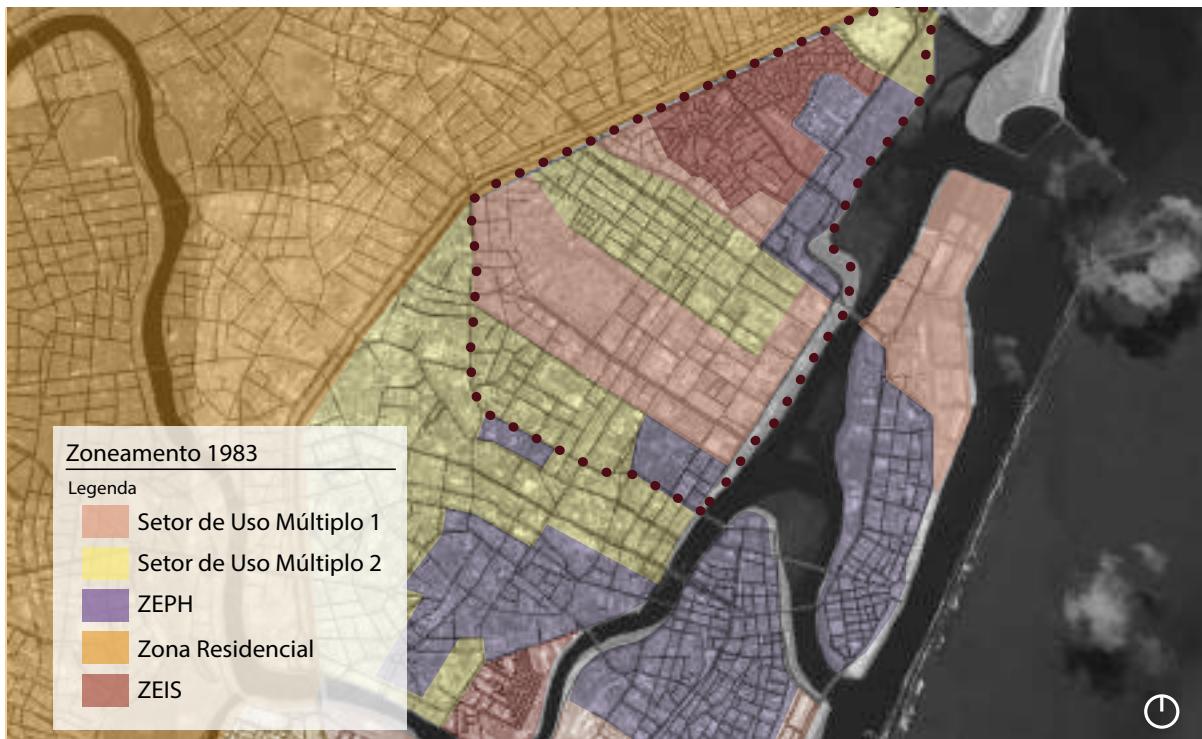
Mais ainda: nesse bairro – décadas de 1970 e 1980 –, verifica-se dois processos simultâneos: uma Divisão Técnica do Espaço, isto é, áreas residenciais, industrial e comercial claramente delimitadas e institucionalizadas enquanto tais; e uma visível Divisão Social do Espaço, ou seja, áreas da alta e média burguesia, áreas das pequenas e médias indústrias. "Esses dois processos, resultam, segundo Lipietz (1988), na Divisão Econômica e Social do Espaço (DESE), fortemente regulado pelos preços praticados no mercado imobiliário que estabelece uma hierarquia de ocupação espacial" (LACERDA, 1990, p. 65).

A DESE depende de fatores objetivos materiais, tais como o nível de equipamentos. Quer dizer que o tipo de habitação que se pode construir e vender a tal preço depende do nível de acessibilidade das vias e redes diversas, os serviços residenciais etc..." Assim sendo, a DESE provoca uma certa orientação espacial de capital, tendo como consequência investimentos em determinadas localizações, valorizando certas zonas em relação a outras, modificando, através deste processo, a espacialidade urbana(LACERDA, 1990. p, 65).

Tal processo influenciou no zoneamento adotado no Recife, em 1983, pela lei 14.511, que retirou definitivamente das áreas centrais, as zonas industriais. A cidade foi dividida em área urbana e área de expansão urbana, adotando zonas residenciais, de atividades múltiplas, industriais, especiais (preservação dos sítios históricos, áreas pobres e ambientais), zonas verdes e institucionais. Os espaços se especializaram ainda mais. A ocupação de cada zona era submetida a parâmetros urbanísticos, coeficiente de aproveitamento do solo e taxa de solo natural. Esses instrumentos tentaram regular a pressão edificatória em função das zonas e dos tipos de usos que se pretendiam incentivar (Alves, 2009).

Cabe destacar que as zonas industriais passam a designar áreas que possuíam predominantemente tal atividade, a exemplo da Imbiribeira e do Curado. Santo Amaro perde, assim, a Zona Comercial e a Zona Industrial, institucionalizadas pela legislação anterior, ganhando Setores de Atividades Múltiplas, Zonas Especiais de Preservação e Zonas Especiais de Interesse Social [Figura 49].

Figura 49 - Santo Amaro com zoneamento da Lei 14.511, 1983.



Fonte: RECIFE, 1983

Isto posto, para a apreensão do processo de estruturação do bairro de Santo Amaro, foi necessário analisar a sua relação com a totalidade espacial urbana da cidade do Recife e da RMR, compreendendo-o como parte indissociável de um sistema socioespacial mais amplo. Isso significou entender que o regime urbano fordista periférico, participante do processo da DESE dessa Região, esteve também presente nesse bairro. Mais ainda: materializou-se e continua a se materializar em suas formas espaciais. De acordo com Santos (1985), as formas, que são os aspectos visíveis, os arranjos ordenados de objetos ou até mesmo um padrão, torna-se o que o autor denomina como forma-conteúdo:

A cada evento a forma se recria. Assim, a forma-conteúdo não pode ser considerada, apenas, como forma, nem, apenas, como conteúdo. Ela significa que o evento, para se realizar, encaixa-se na forma disponível mais adequada a que se realizem as funções de que se é portador. Por outro lado, desde o momento em que o evento se dá, a forma, o objeto que o acolhe, ganha uma outra significação, provinda desse encontro. Em termos de significação e de realidade, um não pode ser entendido sem o outro, e, de fato, um não existe sem o outro. Não há como vê-los separadamente. A ideia forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa ideia também supõe o tratamento do espaço como um sistema de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2008, p. 103).

De acordo com Tourinho (2011), a forma pode, além de expressar-se como forma-conteúdo, ser caracterizada como forma-aparência, que seria a forma-forma, porém, também podem ser identificadas forma-estrutura, que seria a relação entre a forma física e os elementos estruturadores do espaço e a forma-processo, onde consoante a autora, pode ser representada graficamente. Diante do exposto, podemos observar na figura 50, as denominadas formas-formas do bairro de Santo Amaro, na década de 1980, que nos revela a consolidação desse bairro e os eixos viários que passaram a integrá-lo ainda mais à cidade.

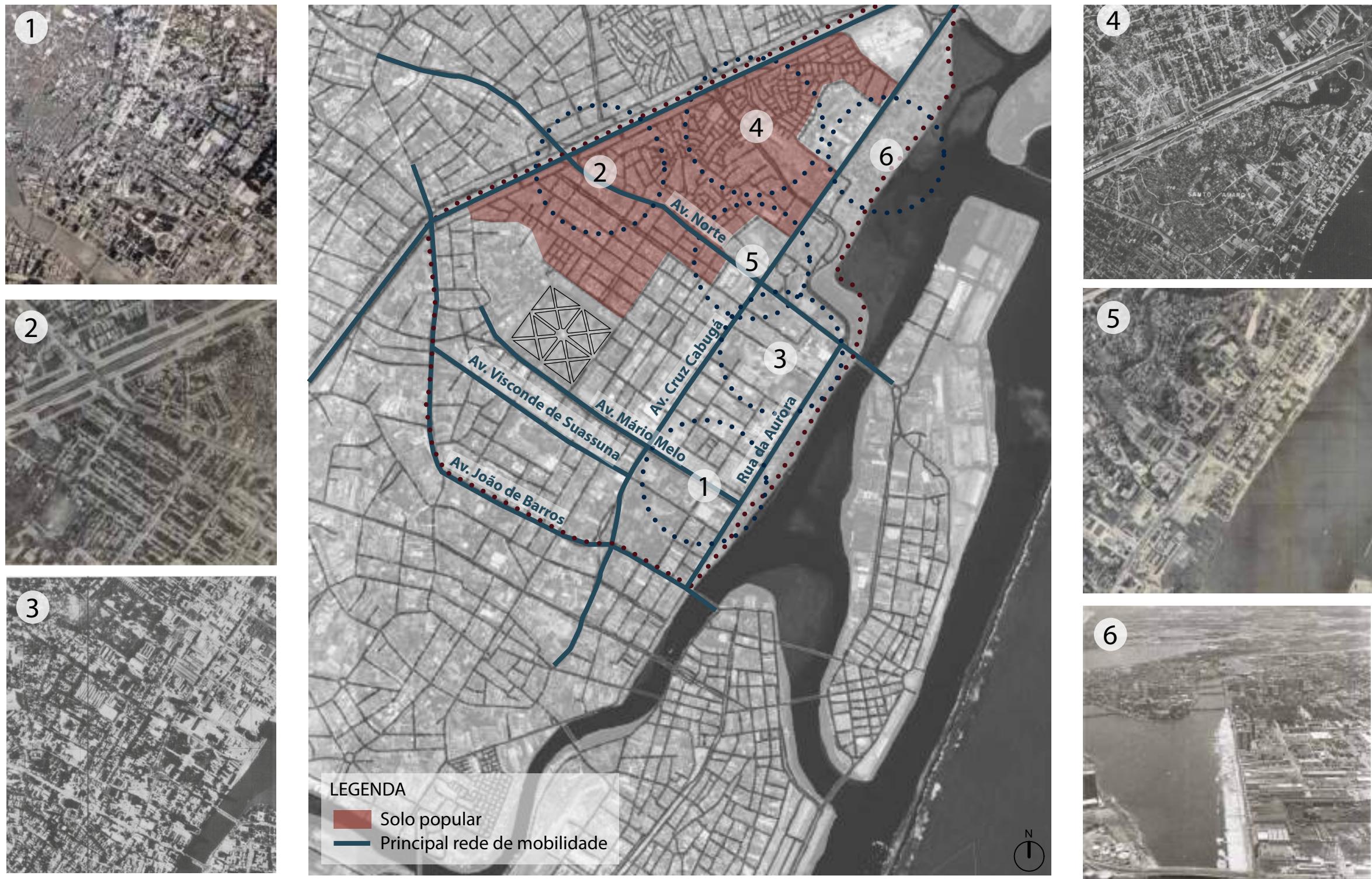
Nesse contexto, importante destacar o papel do Estado nos diferentes processos de estruturação espacial do bairro de Santo Amaro. No capítulo anterior, verificou-se a atuação do Estado não apenas no provimento de moradias como, também, no lançamento das bases para a produção capitalista do espaço, através dos usos do solo muito bem determinados e a criação e consolidação das redes de mobilidade.

No período subsequente (1960-1980), a intervenção do Estado se volta para as novas bases capitalistas do período, espacializando as novas necessidades para a produção do espaço, consolidando as áreas industriais e diminuindo o solo popular. Com a queda e as novas dinâmicas econômicas, as indústrias do bairro perdem força e o Estado, novamente, inicia o processo de atuação da produção de novos espaços agora destinados à classe média.

Como preconiza Harvey (2005, p.80), importante perceber que o Estado se origina da contradição entre os interesses particulares e os da comunidade. Para Harvey (1980), o monopólio de uma classe sobre o espaço, exclui principalmente os pobres da propriedade fundiária, uma vez que essa classe hegemônica, por possuir mais dinheiro e poder, consegue comprar, moldar e fragmentar o espaço da maneira que lhe for mais conveniente. Esse monopólio no contexto da produção capitalista é extremamente necessário, uma vez que a propriedade privada do solo facilita o uso do espaço como meio de produção para geração de mais valia, sendo o espaço consumido produtivamente (Botelho, 2007).

Tal quadro será agravado nos anos subsequentes, como será abordado no próximo capítulo, com a intensificação da atuação do Estado na criação de novas bases para uma nova estruturação espacial do bairro voltado para as classes médias, culminando numa maior negação e diminuição do solo popular do bairro de Santo Amaro.

Figura 50 - Configurações espaciais no bairro de Santo Amaro até os anos 1980.



Fonte: FIDEM, editado pela autora



Bairro de Santo Amaro em 2019.
Berg Alves

4 IDEALIZAÇÃO DO BAIRRO DO FUTURO

4 IDEALIZAÇÃO DO BAIRRO DO FUTURO

Conforme observado, diferentes processos contribuíram para as diversas formas e estruturas do bairro de Santo Amaro em períodos distintos. Criado como solo popular, as dinâmicas que reconfiguraram a Região Metropolitana do Recife, incluindo a centralidade histórica do Recife, inseriram no bairro diferentes formas de diálogo com o então solo popular, culminando, a partir dos anos 1990, em novas prospecções para o bairro, visto a partir de então como o solo do futuro, isto é como local propício para novos empreendimentos comerciais, de serviços, inclusive os relacionados ao turismo, além de novas tipologias habitacionais, atraindo um público diferente do existente atualmente.

Com o objetivo de resgatar a economia local, especialmente a vitalidade e a dinâmica do centro histórico recifense, as políticas urbanas adotadas a partir dos anos 1990, repensaram esse território com foco no turismo e nos setores de Tecnologia da Informação (TIC) e Economia Criativa (EC), para torná-lo mais competitivo no contexto global. Ademais, os projetos apresentados em nível metropolitano, a exemplo do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda, aliados aos novos parâmetros urbanísticos convidativos – estabelecidos pelas legislações urbanísticas do Recife, pós 1990 – despertaram o interesse dos setor privado pelo bairro de Santo Amaro, projetando nele novas espacialidades que rompem com as preexistências locais, em especial com a permanência do solo popular ou no mínimo a sua estagnação como tal.

O presente capítulo tem por objetivo identificar as novas dinâmicas que vem atuando na reconfiguração do bairro de Santo Amaro a partir dos anos 1990, o que auxiliou na renegação do solo popular e alçou o bairro como local do futuro, respaldado em um novo perfil edificatório e na previsão de novas atividades e moradias destinadas aos estratos sociais de média e alta renda. Para tanto, este capítulo apresenta-se assim dividido: (i) repercussões em Santo Amaro das mudanças na centralidade histórica recifense; (ii) processo de reestruturação de Santo Amaro; (iii) prospecção sobre o solo do futuro.

4.1 REPERCUSSÕES EM SANTO AMARO DAS MUDANÇAS NA CENTRALIDADE HISTÓRICA RECIFENSE

Nos anos 1980, diante da crise fiscal e financeira que assolou o país, o governo central se desobrigou das políticas públicas, passando a responsabilidade às instâncias municipais. Na década seguinte, em decorrência das baixas taxas de crescimento da economia brasileira, aliadas ao processo de descentralização político-administrativo, estabelecida pela Constituição de 1988, os governos locais passaram a criar mecanismos para assumir novas funções, considerando, inclusive, a entrada do país no processo de globalização. Um conjunto de medidas de desregulamentação e de flexibilização da economia foi adotado pelo Brasil, sob a lógica da inserção dos territórios e setores competitivos na economia global” (Lacerda et al, 2007).

O que ocorreu foi uma ruptura na continuidade de geração de excedentes financeiros no interior do Estado brasileiro, significando a não-manutenção do mesmo modelo de investimento em infraestruturas urbanas e, portanto, do modelo de planejamento espacial nacional até então vigente, caracterizado por uma organização hierárquica intensa entre os níveis de planejamento federal, regional, estadual, metropolitano e municipal (ZANCHETI & LACERDA, 1999, p.09).

Neste contexto, o país abriu e estruturou sua economia segundo os critérios de vantagens comparativas (LACERDA & ANJOS, 2014). De acordo com Abramo (1995) o discurso neoliberal difundido ainda nos anos 1980, rompia com a rigidez deixada como herança das políticas keynesianas e buscava dar coerência aos novos processos de reestruturação econômica-social.

[...] verificamos uma difusão e uma amplificação dos processos de desregulamentação, de globalização da economia (*laissez-faire*) e, principalmente, de flexibilização das relações contratuais; da produção para atender a uma demanda flexível e das relações hierarquizadas, nas relações de trabalho [...] esses três conceitos (desregulamentação, globalização e flexibilidade) são os pilares a partir dos quais as economias capitalistas procuram edificar um novo regime de acumulação que substituía o regime fordista em crise (ABRAMO, 1995, p.540).

Inaugura-se, assim, um novo regime urbano: o pós-fordismo, no caso periférico, ao aliar formas informais de produção de espacialidades, notadamente residencial, a um sistema de produção de espacialidades relacionadas à vantagens comparativas.

Com isso as autoridades devem promover suas iniciativas de regulação da espacialidade urbana sob dupla restrição: orçamentária e incitativa. A primeira induz as administrações locais a favorecerem as iniciativas privadas de intervenção e da alteração da espacialidade construída. (...) A segunda restrição, lógica incitativa,

conduz as políticas urbana a obedecerem os critérios da concorrência urbana." (ABRAMO, 1995, p.540).

Sob a égide da concorrência urbana, as políticas urbanas do Recife, a partir dos anos 1990, deveriam alterar a imagem da cidade. Daí o retorno do interesse pelo seu centro histórico e pelas áreas de frente d'água. No caso de Santo Amaro, essas áreas coincidem com suas antigas áreas industriais que, ao passarem pela perda da vitalidade econômica, acabaram se tornando local atrativo para o emprego de setores de serviço que empregam alta tecnologia, além daquelas áreas propícias aos investimentos imobiliários

Ademais, as políticas urbanas para o Centro Histórico do Recife (CHR), tiveram impactos direto ou indiretamente nas dinâmicas socioespaciais de Santo Amaro a partir da aludida década. Essas políticas tiveram como finalidade atrair novos investimentos, especialmente nos setores turístico, de TIC e de EC e, ao mesmo tempo, recuperar o seu patrimônio histórico-cultural. Como desdobramento, estimulou e continua a estimular a reprodução de espacialidades preexistentes no CHR e a produção de novas espacialidades, notadamente no bairro de Santo Amaro.

Não resta dúvida que, inicialmente, o CHR foi o alvo das políticas públicas. Estas buscavam resgatar sua vitalidade, uma vez que é detentora de grande qualidade ambiental, simbólica e cultural. Assim, os planos urbanísticos visavam valorizar os atributos específicos dessa localidade, com estratégias exclusivas para atrair investimentos.

Em suas linhas centrais, esses planos adotaram preceitos do planejamento estratégico das cidades – *city marketing* – (Lacerda, 2018). Para Sánchez (1999, p. 115),

[...] os planos estratégicos propõem atuações integradas a longo prazo, dirigidas à execução de grandes projetos que combinam objetivos de crescimento econômico e desenvolvimento urbano, com um sistema de tomada de decisões que comporta riscos, com a identificação de cursos de ação específicos, formulação de indicadores de seguimento e envolvimento de agentes sociais e econômicos ao longo do processo.

O que se observa a partir de então, no CHR, são diferentes planos e projetos que pretendiam resgatar a dinâmica local baseado no vetor turístico, iniciado com o Projeto de Revitalização do Bairro do Recife, em 1992. Embora tenha alcançado parcialmente os objetivos planejados até 1997, o Governo do Estado de Pernambuco alterou a estratégia de revitalização e iniciou intervenções para atrair empresas de TIC, com a instalação do Projeto Porto Digital Empreendimentos e

Ambiente Tecnológico (2000). Concomitantemente, com visão metropolitana, é desenvolvido o Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda, com repercuções diretas não apenas no CHR, como no bairro de Santo Amaro.

Embora os primeiros planos e projetos tivessem como foco o Bairro do Recife, as alterações na sua dinâmica econômica repercutiram no seu entorno, com consequências inicialmente no bairro de Santo Amaro. Este passou a ser vislumbrado, posteriormente, como solo do futuro, local de novos empreendimentos, com forte alteração da espacialidade do lugar. Foi nesse contexto que foram elaborados planos e projetos que refletiram na forma de ver o bairro, repercutindo em suas relações com o solo popular.

4.1.1 Do Projeto de Revitalização do CHR ao Plano de Revitalização do Bairro do Recife

O Bairro do Recife passara, nas décadas anteriores (1970/1980), por um processo de esvaziamento populacional. Não apenas o referido bairro, como todo a região central recifense. Tal processo de esvaziamento pode ser averiguado a partir dos dados populacionais de alguns bairros centrais. Em 1991, a população dos quatro bairros que conformam o CHR (Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista), somada a população de Santo Amaro, totalizava 58.473 habitantes, revelando uma queda de 42% em confronto com o quantitativo populacional dos anos 1970. Desta forma, o que se observa entre os anos 1970 e 1991, é um quadro de esvaziamento populacional da centralidade recifense. A esse quadro somou-se o abandono desse centro pelas atividades comerciais e de serviço de maior "prestígio."

Retoma-se, com brevidade, o final dos anos 1980, a fim de resgatar a primeira experiência de recuperação do CHR, ocorrida durante a primeira gestão do governo Jarbas Vasconcelos. Cabe anotar que essa contou com forte apoio popular. Não sem razão, foi adotada uma política mais próxima a população, a exemplo do Programa Prefeitura nos Bairros, estabelecendo canais de negociação entre as organizações populares e a Prefeitura (Leite, 2007).

Nesse contexto, é elaborado o Projeto de Revitalização do Centro do Recife (1986/87). Na sequência, foi definida uma ação de planejamento com o objetivo de reabilitar o Bairro do Recife.

Neste contexto, foi criado o Escritório de Reabilitação do Bairro do Recife (1986/88), dando início ao desenvolvimento do Plano de Reabilitação do Bairro do Recife (1987/1988), cujas principais características eram: o reconhecimento das péssimas condições sociais às quais estavam submetidos os moradores, em decorrência da deterioração do local; e a defesa que a reabilitação fosse um instrumento de ação política para recuperação de suas funções habitacionais.

Talvez, pela primeira vez, uma ação governamental, reconheceu seus moradores como cidadãos. Tinha como principal meta desenvolver essa função do bairro, que sempre foi visto como um local típico de comércio e negócios. E mais, não apenas reconhecia a importância dessas pessoas, mas atribuía a deterioração do lugar àqueles que construíram ao longo da história a imagem de bairro comercial (LEITE, 2007, p. 162).

Para a elaboração desse Plano, foram realizados debates com entidades e setores representativos da população do bairro, o que resultou na criação do projeto Memória em Movimento, integrando moradores ao processo de reabilitação.

Com as alterações no cenário político local, uma nova proposta é apresentada em 1992, o Plano de Revitalização do Bairro do Recife, “uma das propostas para compor o Programa Integrado de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur), gerenciado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)” (LACERDA, 2007, p. 625). Estruturado a partir dos preceitos do planejamento estratégico, esse plano buscou atrair investimentos relacionados aos serviços modernos, turísticos, de cultura e lazer, além de comércio varejista moderno e habitação (Zanchetti et. al, 1998).

O objetivo, portanto, era transformar a economia do bairro, tornando-o um centro regional de serviços modernos, comércio, lazer e cultura, para a população da cidade, e um centro de atração turística nacional e internacional. O bairro foi dividido em três setores, considerando a distribuição espacial de suas atividades, o padrão de ocupação urbana e as condições de infraestrutura.

O plano foi conduzido mediante uma estratégia de parceria entre o poder público e agentes privados. Para atrair esses agentes, o poder público fez uma série de investimentos em recuperação das infraestruturas. Ademais, a implantação do Plano foi acompanhada por uma legislação que instituía renúncia fiscal do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto Sobre Serviços (ISS)(Lacerda, 2018).

O PRBR é uma proposta abrangente de reestruturação urbana que depende da

ação e dos investimentos de vários agentes sociais no Bairro do Recife. O Plano foi pensado como uma ação pública destinada a orientar os agentes sociais investidores no Bairro. Esta indução foi feita, fundamentalmente, por meio da implantação de “projetos estruturadores”, entre os quais estava o “Pólo do Bom Jesus”, pensado como um centro de comércio, animação, lazer e cultura (ZANCHETI & LACERDA, 1998, p. 13).

A pesquisa encomendada pelo BID e coordenada por Lacerda e Zanchetti (1998) sobre o Desempenho do Plano de Revitalização do Bairro do Recife, assinalou os resultados positivos até então alcançados com a implantação do plano. De fato, os “investimentos em recuperação de imóveis ultrapassavam os limites do Polo Bom Jesus, e a participação do setor privado, em termos do montante de recursos financeiros, correspondeu, aproximadamente, à mesma quantia investida pelo setor público” (LACERDA, 2007, p. 629).

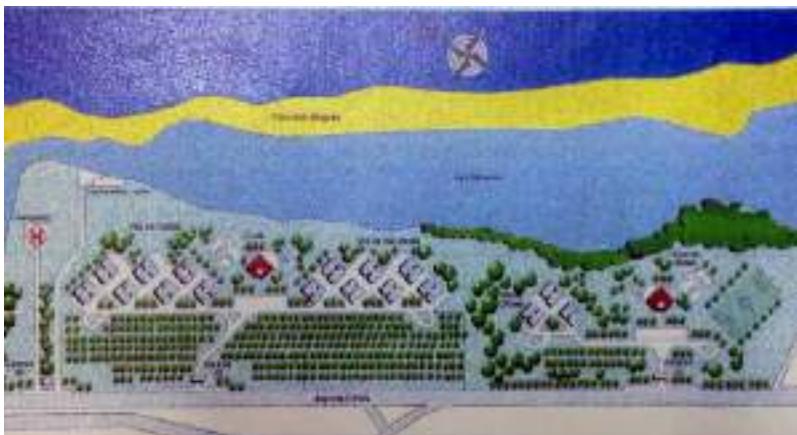
Todavia, com a ausência de moradia e novas demandas, iniciou-se um processo de fechamento de serviços locais, notadamente bares e restaurantes. O bairro estava retornando ao cenário de estagnação e esvaziamento, o que incentivou o governo a adotar uma nova estratégia para recuperação local: o Porto Digital Empreendimentos e Ambiente Tecnológico.

Por uma questão cronológica e de entendimento do contexto de criação do Porto Digital, comentários sobre este projeto serão apresentados mais adiante. Passa-se a seguir a analisar o Projeto Urbanístico Recife-Olinda.

4.1.2 Projeto Urbanístico Recife-Olinda

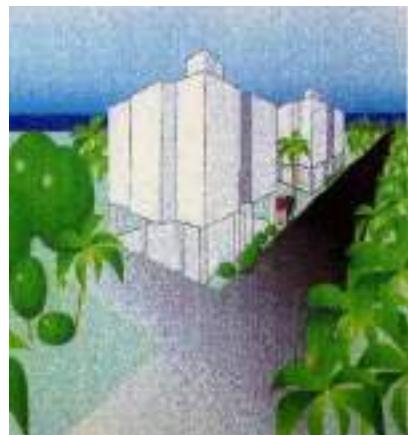
Em 1997, o 3º Distrito da Capitania dos Portos da Marinha do Brasil (1998, p.01) apresentou ao Conselho de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, “proposta de utilização do terreno de Marinha, com 325.608,58 m², para transferência da Vila Naval, com a construção de um conjunto habitacional e um heliponto”. A proposta contemplava a ocupação do Coqueiral de Olinda, com 23,25 hectares, 17 blocos habitacionais, com área de 1.290 m² de ocupação por cada bloco, atingindo até três pavimentos, e proposta de uma densidade habitacional aproximada de 40 hab/ha [Figuras 51 e 52].

Figura 51 - Proposta de conjunto habitacional Vila Naval no Coqueiral de Olinda, 1997.



Fonte: IPHAN, 1998.

Figura 52 - Perspectiva Vila Naval, 1997.



Fonte: IPHAN, 1998.

O Conselho, por meio da resolução nº14/97, se colocou contrário ao referido projeto, uma vez que se trata de área *non aedificandi*, de acordo com a legislação que institui e define as normas urbanísticas para a proteção cultural e paisagística do Sítio Histórico de Olinda e seu entorno (OLINDA, 1992). Na sequência, encaminhou a resolução municipal para a então Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM) com a solicitação de análise e parecer sobre a posição tomada pelo órgão colegiado da Prefeitura de Olinda.

O órgão colegiado da Região Metropolitana do Recife, o CONDERM (Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife), por meio da resolução nº42 de 1998, ratificou a posição do Conselho de Preservação do Sítio Histórico de Olinda e sugeriu a criação de um grupo de trabalho que tinha como objetivo,

[...] apresentar alternativas de uso para Área do Coqueiral de Olinda e seu entorno, nos termos das recomendações do referido parecer, formado por representantes do Governo do Estado, da Prefeitura Municipal de Olinda, da Prefeitura da Cidade do Recife e do Comando do 3º Distrito Naval sob a coordenação da Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife- FIDEM (RECIFE, 1998, p. 01).

A área, no entanto, estava inserida num conjunto cultural, identificado como território especial e alvo de diferentes estudos que buscavam potencializá-la, ampliando seus vínculos culturais e sua interação econômica, a exemplo do Plano Diretor da RMR, de 1997, intitulado Metrópole 2010, que reunia um conjunto de diretrizes a fim de nortear as ações dos agentes públicos e privados, buscando o desenvolvimento regional e a inserção do local no contexto do debate territorial de desenvolvimento.

Além desse Plano Diretor, destaca-se o Plano Metrópole Estratégica (2002) que, coordenado pela Fundação de Desenvolvimento Municipal do Governo do Estado de Pernambuco (FIDEM), contou para a sua elaboração com a participação dos municípios da região metropolitana recifense.

[...] dividido em 16 estudos temáticos, [o Plano Metrópole Estratégica] apresenta as metas estratégicas de competitividade e equidade para a RMR, em uma perspectiva de longo prazo - para o período entre 2003 a 2015. Através dessa estratégia metropolitana, os dois grandes vetores de desenvolvimento - habitabilidade e competitividade - devem se articular e interagir, de modo a desencadear um processo de desenvolvimento sustentável, que combine crescimento econômico, qualidade de vida para a população e conservação ambiental, baseando nos ativos locais com densidade para projetar o futuro da metrópole no mundo globalizado (CONDEPE/FIDEM, disponível em:<http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepefidem/apresentacao9> , acesso: fevereiro/2019).

Esse estudos temáticos fundamentaram as propostas de longo prazo com prioridade em oito territórios específicos, entre eles o Projeto Urbanístico Recife-Olinda. Cabe ressaltar a sua situação privilegiada ao acompanhar porções territoriais das orlas do Recife e de Olinda. Tinha por objetivo “valorizar os ambientes natural e construído e manifestações culturais, através de sua requalificação física, social e cultural, consolidando o litoral pernambucano como território de ampla utilização” (REYNALDO, 2005, p. 212).

Com a realização desse projeto, a área do Coqueiral, localizado nas proximidades do Istmo de Olinda, passou a integrar o âmbito do aludido projeto. Todavia, tratava-se de uma contraproposta ao apresentado pela Marinha. Desta forma, a área – além de ser considerada por esse estudo temático e ser apontada pelo Metrópole 2010 como importante local de desenvolvimento cultural – é identificada como o Território 1 de Oportunidades pelo Metrópole Estratégica (2002), como área de prioridade de projetos territoriais [Figuras 53 a 55].

Um ano após a elaboração do Metrópole Estratégica, é elaborado o Plano do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda (2003), realizado a partir dos 16 estudos temáticos e 8 estudos territoriais, organizado pelas prefeituras do Recife e Olinda, consolidando a concepção de intervenções e instrumentos para promover a integração do planejamento e da gestão territorial, com organização das atividades turístico-culturais do centro da RMR.

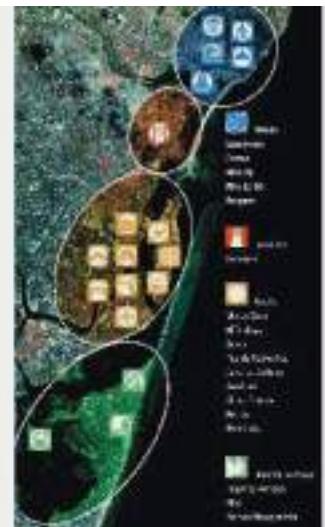
Figura 53 - Metrópole 2010(1998). Figura 54 - Metrópole Estratégica (2002). Figura 55 - Complexo Cultural Recife-Olinda (2003).



Fonte: PERNAMBUCO, 2006, p.07.



Fonte: PERNAMBUCO, 2006, p.07.



Fonte: PERNAMBUCO, 2006, p.07.

Simultaneamente à elaboração do Metrópole Estratégica, é desenvolvido o Plano do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda (2003), capitaneado pelo Governo do Estado de Pernambuco, envolvendo as prefeituras do Recife e Olinda, o que teve como desdobramento a concepção de intervenções e instrumentos para promover a integração do planejamento e da gestão territorial, com vista à organização de atividades e à ocupação dos terrenos subutilizados de propriedade do Governo Federal.

Para a realização desse plano foi firmado um protocolo de cooperação técnica entre o Governo do Estado de Pernambuco e a empresa portuguesa Parque Expo 98 S.A. (2004), além dos compromissos institucionais entre o Governo do Estado e as prefeituras do Recife e Olinda (2003) e os estabelecidos por meio do contrato de gestão entre o Governo do Estado e o Núcleo de Gestão do Porto Digital (2004).

Este plano propõe uma intervenção urbanística, de gestão e de apropriação do território, estabelecendo circuitos entre os seus quatro territórios - Olinda, Tacaruna, Recife e Brasília Teimosa -, onde estão distribuídos dezoito núcleos culturais. Cada núcleo é constituído por um equipamento âncora e equipamentos secundários, a partir dos quais se desenvolve um processo de requalificação urbana e valorização cultural, com o objetivo de induzir o desenvolvimento do potencial turístico-cultural em nível metropolitano (PERNAMBUCO, 2006, p.08).

Diante dos esforços realizados pelas entidades locais, foi assinado em 2005, entre os poderes executivos federal, estadual e municipais, um Acordo de Cooperação Técnica visando a implemen-

tação do Plano do Complexo Turístico Cultural e particularmente a elaboração e implementação do Projeto Urbanístico Recife-Olinda³⁷. Esse projeto, desenhado no âmbito do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda tinha como objetivos:

(i) Gerar uma nova centralidade metropolitana articulando áreas do Recife e Olinda, transformando e criando usos, formas, valores representativos, acessibilidades e equipamentos, que valorizem o patrimônio cultural existente a favor do desenvolvimento econômico e da inclusão social; (ii) Incorporar a cidade às margens de água tratando-as como áreas públicas de qualidade e locais para instalação de equipamentos públicos; (iii) Integrar o território do projeto e as áreas vizinhas da cidade metropolitana, garantindo o acesso às margens, ocupando as construções ociosas e eliminando as barreiras existentes (rodoviárias e ferroviárias) (REYNALDO, 2005, p.227).

Isso justificava,

[...] a reabilitação urbana e ambiental por meio da melhoria das infraestruturas; da mobilidade, dos transportes e da rede de equipamentos coletivos e serviços à comunidade; valorização do espaço público e da paisagem; proteção dos ecossistemas naturais e constituição da estrutura ecológica urbana (margens, áreas permeáveis e áreas plantadas); valorização do patrimônio cultural (sítios, edifícios, achados arqueológicos, etnografia); acessibilidade às frentes de água; ampliação da centralidade metropolitana; atração de novos residentes e fixação dos atuais, em decorrência das melhorias implementadas e das condições de habitabilidade da população existente e criação de novos empregos (REYNALDO, 2009, p.206/207).

O projeto estabelecia uma Zona de Intervenção que somava 322 hectares, sendo 237ha no Recife e 85ha no município de Olinda. Do total, aproximadamente 228ha foram destinados a renovação urbana e 94ha a requalificação. Além das zonas de intervenção, foram identificadas zonas de enquadramento e abrangência [Figura 56], assim definidas:

A Zona de Intervenção (ZI)- comprehende as áreas predominantemente ociosas ou com usos passíveis de desativação e as ocupadas por assentamentos precários, distribuídas em doze setores que seriam objeto, ora de nova proposta urbanística (quando vazios), ora de urbanização e reabilitação urbana. Cada um destes setores seria objeto de um projeto específico, a ser implantado através de parceria público – privada.

A Zona de Enquadramento (ZE)- comprehende as áreas imediatamente contíguas às de Intervenção

³⁷ O projeto contou com diversos programas municipais, estaduais e federais, tais como o Porto Digital, Morar no Centro, PRODETUR, MONUMENTA, PROMETRÓPOLE e Habitar Brasil, resultando numa série de investimentos na recuperação de monumentos, assentamentos precários, reaproveitamento de áreas ociosas e saneamento (PERNAMBUCO, 2006).

e ao longo da PE-15, com características morfológicas e tipológicas diversas, que poderiam ser objeto de futuras operações urbanas ou que seriam consideradas e/ou requalificadas na nova proposta urbanística.

A Zona de Abrangência (ZA)- corresponde ao Território 1 do Metrópole Estratégica e ao polígono do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda. Compreende as áreas do entorno das Zonas de Intervenção e de Enquadramento e são consideradas na análise e na articulação de programas, inserindo e relacionando as Zonas de Intervenção em um contexto mais amplo.

Figura 56 - Zoneamento proposto pelo Projeto Urbanístico Recife-Olinda.



Fonte: PERNAMBUCO, 2007, p.12.

Nas Zonas de Intervenção, foram definidos 12 setores. Os quatro primeiros tiveram projetos urbanísticos detalhados e os demais apenas a indicação de realização de projetos de requalificação: (1)- Istmo, Coqueiral e Milagres; (2)- Vila Naval; (3)- Porto do Recife; (4)- Cais José Estelita e Cais de Santa Rita; (5)- Ilha do Maruim; (6)- Santo Amaro; (7)- Comunidade do Pilar; (8)- Salgadinho; (9)- Azeitona; (10)- Coque; (11)- Coelhos; (12)- Brasília Teimosa.

Nota-se que, o bairro de Santo Amaro estava completamente inserido no projeto, sendo alvo das três zonas. No que concerne a Zona de Intervenção, dois setores estão contemplados no bairro: Setor 2- Vila Naval e Setor 6- Santo Amaro (área de ZEIS). A proposta para o Setor 6 resumia-se à requalificação da área, cujo aprofundamento do projeto era previsto para as etapas posteriores, quando deveria ocorrer consulta à população.

O Setor 2, por sua vez, com área de 378 mil m², sofreria maior impacto no que tange as in-

tervenções propostas. Para o local, foi proposto a preservação do Cemitério dos Ingleses e a Igreja de Santo Amaro das Salinas. Todavia, a primitiva área ocupada pelas vilas populares e, posteriormente repassada à Marinha, teria seu parcelamento alterado para 17 quadras, substituindo as 24 existentes, com exceção das quadras do cemitério e da igreja [Figura 57].

Figura 57 - Proposta de intervenção para o Setor 2- Vila Naval.



Fonte: PERNAMBUCO, 2007, p.46.

A área passaria a abrigar novas tipologias arquitetônicas com gabarito de 7, 12 e 24 pavimentos, cuja predominância eram 12 pavimentos. As edificações que atingiriam 24 pavimentos estavam situados mais ao norte do bairro. No local, seria permitido a construção de até 357 mil m² com 261 mil m² de áreas livres públicas. Fora proposta uma nova ponte de ligação com o Bairro do Recife, conectando a avenida Dr. Jaime da Fonte, que inicia na avenida Agamenon Magalhães, prolongando-se até o Bairro do Recife, nas proximidades da Cruz do Patrão. Foi sugerido, ainda, a ampliação de parte do terreno localizado nas proximidades da Vila das Costureiras, com ligação ao novo píer [Figura 58].

No que concerne às novas edificações propostas, o projeto preza pela diversidade funcional, ao propor escritórios, habitações, equipamentos de lazer e moradias, além de área destinada ao mercado popular de habitação. Os dois primeiros pavimentos de todas as torres seriam contempladas com comércios e serviços. Destaca-se, ainda a permeabilidade entre as quadras, o baixo gabarito nas edificações próximas a avenida Cruz Cabugá e o gabarito mais elevado nas proximidades do rio.

Figura 58 - Perspectiva da proposta de intervenção para o Setor 2- Vila Naval.

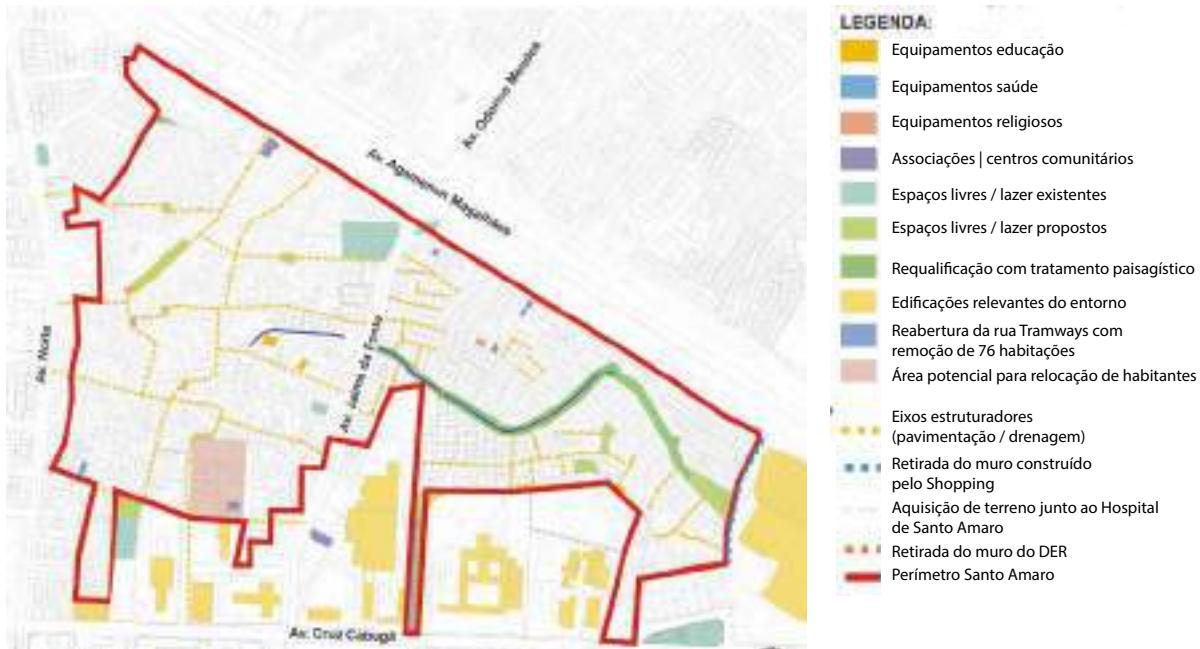


Fonte: PERNAMBUCO, 2007, p.48.

Quanto ao Setor 6, com área de 390 mil m², foi previsto, como primeira etapa, as diretrizes de requalificação. Estas deveriam ser aprofundadas, posteriormente, com a participação popular. O projeto propunha a complementação da urbanização da área através da construção de novas unidades habitacionais, equipamentos coletivos, comunitários e de geração de renda, com passeios públicos e espaços de lazer ao longo do canal. Eram previstos equipamentos de saúde, fortalecimento dos eixos estruturadores com pavimentação e drenagem do local, além de remoção dos muros construídos pelo Shopping Tacaruna e pelo Departamento Estadual de Estrada de Rodagem (DER), integrando melhor as comunidades com o entorno. Era anunciada, ainda, uma maior articulação com a cidade e acesso a frente d'água [Figura 59].

No total, todo o projeto previa dotar de infraestruturas 1,29 milhões de metros quadrados de novos terrenos urbanos, com tempo estimado de ocupação de 15 anos. Desse total, estavam previstos 7,58% para o turismo, 10,35% para equipamentos comunitários, 66% para solo livre, enquanto 16,07% foram destinados a solo edificável. Foram previstos ainda 7.696 novas unidades habitacionais, das quais 1.826 seriam direcionadas ao mercado popular, equivalente a 23,7% do total.

Figura 59 - Proposta de intervenção para o Setor 6- Santo Amaro.



Fonte: PERNAMBUCO, 2007, p.58.

Em relação a Santo Amaro (Setor 2 no referido projeto), previa-se aproximadamente 12% para habitação e 15% para comércios e serviços, possibilitando o acesso da população de baixa renda ao novo solo criado. A partir das diretrizes urbanísticas, foi aprovado pelo Núcleo de Gestão do Projeto a venda dos lotes com as perspectivas das áreas a serem construídas, à exceção das áreas destinadas ao mercado popular e a Vila Naval, destinada à Marinha [Tabela 10].

Tabela 10 - Área construída por uso sobre 1,29 milhões de m² de terra.

USOS	Setor 01 Coqueiral / Istmor (m ²)	Setor 02 Vila Naval (m ²)	Setor 03 Porto Recife (m ²)	Setor 04 Cais José Estelita/ Cais de Santa Rita (m ²)	TOTAL USOS (m ²)
Habitação					
Interesse Social	-	3.60	-	7.32	10.92
Programas de Arrendamento Residencial	-	16.3	-	13.07	29.45
Mercado popular	-	21.6	40.500	15.00	77.10
Mercado aberto	-	117.058	304.435	224.128	645.621
Nova Vila Naval	-	55.274	-	-	55.274
Subtotal	-	213.91	344.935	259.531	818.378
Comércio/Serviços					
Comércio popular	11.93	10.833	16.237	33.424	72.432
Subtotal	11.93	10.833	16.237	33.424	72.432
Serviços					
Mercado popular	-	1.855	-	5.130	6.985
Mercado aberto	1.60	81.485	95.030	86.695	264.813
Novo hospital e clubes da Marinha	-	5.308	-	-	5.308
Subtotal	1.60	88.648	95.030	91.825	277.106
Comércio					
Mercado popular	-	1.855	2.750	11.247	15.852
Mercado aberto	-	12.943	25.292	12.523	50.758
Subtotal	-	14.798	28.042	23.770	66.610
Equipamentos					
Coletivos	45.236	10.800	89.065	10.643	155.744
Turísticos	16.376	-	10.810	86.957	114.143
Subtotal	61.612	10.800	99.875	97.600	269.887
TOTAL	75.153	338.99	584.119	506.150	1.504.4

Fonte: PERNAMBUCO, 2006, p.65.

Cabe destacar que ao mencionado Núcleo, caberia agregar as responsabilidades e as atribuições dos entes públicos envolvidos, cujos terrenos seriam objeto de intervenção. Para a gestão e implementação das políticas, diretrizes, programas, projetos e ações, seriam constituídos, além do Núcleo Gestor, o Conselho Político e as Câmaras Temáticas. O projeto se constituiu, desta forma, como uma grande operação urbana, com maior parte do solo utilizado para intervenção sendo de propriedade da União.

Os terrenos objeto da intervenção serão disponibilizados à sociedade imprenditora, que os incorporará ao seu patrimônio, assumindo, em contrapartida, com os seus fundadores, a responsabilidade pelo desenvolvimento do projeto de reabilitação a implementar, bem como a obrigação de assegurar o cumprimento das diretrizes urbanísticas e objetivos sociais específicos acordados. Esta sociedade terá, necessariamente, de legitimar a sua intervenção nos terrenos, ao longo de todas as fases do projeto, desde o primeiro momento até a alienação dos lotes e/ou das edificações já construídas (REYNALDO, 2009, p. 225)

O que se observa nesse projeto de grande complexidade é o planejamento do território com base no patrimônio cultural e no turismo, numa ação controlada pelos governos federal, estadual e municipais, como forma de desenvolvimento da área central recifense, com atenção especial para as frentes d'água, que concentravam, em sua maioria, um alto grau de subutilização.

Importante salientar que, após a conclusão da elaboração do Projeto Urbanístico Recife-Olinda, finalizado em outubro de 2006, foram elaboradas novas diretrizes para o Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda, incorporando, todavia, elementos do Projeto Urbanístico. A proposta do Complexo propõe uma série de intervenções e instrumentos a fim de promover a integração do planejamento e da gestão territorial, além da Zona de Intervenção prevista para Santo Amaro. Ou seja, ampliava-se a intervenção para as Zonas de Enquadramento e Abrangência.

Para tanto são traçadas diretrizes de uso e ocupação do solo, que para o bairro de Santo Amaro [Figura 60], são definidos: (i) a ampliação de oferta para moradia popular, nas antigas áreas das vilas populares; (ii) a diversidade de comércio e serviço com implantação de moradia, nas áreas limítrofes ao bairro da Boa Vista; (iii) a consolidação do pólo de comunicação, entre a rua da Aurora e a rua do Pombal, – próximo ao Cemitério de Santo Amaro –, com implantação de moradia, condomínios residenciais, incentivando ainda o comércio local; (iv) o estímulo a implantação de moradias e centros empresariais na área da Vila Naval e entorno imediato; (v) a consolidação da moradia popular na área de ZEIS, com estímulo ao comércio e serviço local.

Figura 60 - Zoneamento proposto para Santo Amaro.



Fonte: PERNAMBUCO, 2007, p.29.

A partir do zoneamento acima proposto pelo Complexo Turístico-Cultural Recife-Olinda, é possível aferir o incentivo de novas habitações nas diversas áreas do bairro e não apenas no solo destinado a ZEIS e nas primitivas vilas populares. Todavia, o incentivo às moradias populares concentrava-se apenas nas duas áreas supracitadas. As áreas de borda concentrariam uma multifuncionalidade.

Por sua vez, a dotação de unidades habitacionais e de comércio popular proposta no projeto urbanístico seguramente se mantinha no Complexo Turístico-Cultural Recife-Olinda. O que se observa no Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda como no Projeto Urbanístico Recife-Olinda, é a busca de potencializar os usos e vocações populares identificadas no bairro, isto é, uma tentativa de maior integração entre a população residente e os novos espaços criados, ao destinar à população de baixa renda, significativo percentual (aproximadamente 27%) das novas áreas edificadas, para utilização em habitações, comércios e serviços, levando a referida população a ocupar os novos espaços planejados, além da consolidação e ampliação da oferta de habitação popular na favela de Santo Amaro e na Vila Popular.

Entretanto, o que se observa nos anos subsequentes, mesmo com as críticas ao projeto, são alterações no Complexo Turístico-Cultural Recife-Olinda e no projeto urbanístico, notadamente no que se refere às frentes d'água.

4.1.3 Porto Digital e as normativas urbanísticas na recuperação do CHR

Diante da inserção do país na economia globalizada, impõe-se a necessidade de desenvolver competências inovativas, facilitadoras a circulação de informação e conhecimento. Conforme anteriormente abordado, os anos 1990 foi marcado pela concorrência urbana, sendo caracterizado pela capacidade de deslocamento do capital, cuja combinação seria realizada com o uso de novas tecnologias.

Desta forma, era imperativo rever os investimentos tecnológicos, incorporando Parques Tecnológicos às cidades, caracterizado como “um conjunto de elementos favoráveis ao desenvolvimento de inovações, concentrados em um determinado ponto no espaço, visto que o processo de inovação teria um caráter coletivo, cumulativo, interativo e não linear” (LACERDA & FERNANDES, 2014, p.330).

Os parques são compreendidos como equipamentos que favorecem a interação social necessária para o desenvolvimento de novas tecnologias a partir da reunião de competências em áreas de conhecimento complementares em situação de proximidade geográfica, em que se pese o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). [...] Sendo a inovação o insumo propulsor do progresso tecnológico e do crescimento econômico, a promoção de habilidades de aprendizagem e a produção de conhecimento são tomadas como decisivas no desenho desses parques (LACERDA & FERNANDES, 2014, p.331).

No início dos anos 2000, o governo do Estado de Pernambuco dá início a um novo ciclo de investimentos no Bairro do Recife, com o lançamento do Projeto Porto Digital Empreendimentos e Ambiente Tecnológico, que tinha por objetivo, “criar uma política pública para o setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) que interligasse atores, empresas e organizações que até então agiam de forma independente e isolada³⁸”.

Resultado de uma tríplice aliança entre as esferas públicas, privada e acadêmica, foi necessário para recepcionar as empresas de TIC altos investimentos pelo Governo do Estado, resultando na instalação de 8km de fibras óticas e 26km de dutos de ventilação e saneamento.

[...] o Projeto visa, além da atração de empresas de TIC, a revitalização do Bairro. Os idealizadores apostaram que os novos empreendimentos ocupariam os espaços construídos vacantes, pois promoveriam reformas nas edificações. Foi o que aconteceu e continua a acontecer, graças à construção de um aparato jurídico de

³⁸ Disponível em www.portodigital.org.br, acesso em fevereiro de 2019.

normas indutoras, entre elas as que resultaram na criação do Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD) e na concessão de benefícios fiscais do Imposto sobre Serviço (ISS) (ALBUQUERQUE & LACERDA, 2017, p.05).

Além dos referidos investimentos, esse Parque Tecnológico contou com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), por meio do primeiro edital de parques tecnológicos, no ano de 2002, tendo sido aprovados os projetos de Belo Horizonte, Campinas e Florianópolis, assim como Recife (Lacerda & Fernandes, 2015).

O Porto Digital foi responsável, tanto pelo incentivo à instalação da atividades de TIC, no Bairro do Recife, como auxiliou na sua dinâmica imobiliária com a valorização das edificações. Para atrair as empresas, foram concedidos incentivos fiscais, o que significou a recuperação de diversos prédios nesse bairro.

O Porto Digital complementa as ações de revitalização, no esforço de demonstrar que é possível combinar o desenvolvimento tecnológico com a preservação da história e da cultura. Dessa forma, recuperou diversos edifícios de destaque, de forma a adequar a infraestrutura do bairro para receber empresas modernas, ao mesmo tempo em que mantém suas características arquitetônicas (www.portodigital.org, acesso em janeiro de 2019)

O Parque limitou-se, inicialmente, ao referido bairro. Além dos investimentos realizados pelo Estado, se beneficiou com a Lei de Incentivo à Ocupação do Solo, datado ainda de 1997, cujo objetivo era incentivar a recuperação dos imóveis a partir da isenção do IPTU. Até o ano de 2003, 46 edificações tinham sido recuperadas.

Os decretos de nº19.253/2002, nº19.456/02 e o nº20.508/04, que regulamentaram a Lei Municipal nº16.731, de 2001, tiveram como critério de habilitação as empresas que requeressem instalação na ZEPH 09. [...] Porém, tal norma não mostra em seu texto a obrigação, por parte da empresa beneficiária, de comprovação de que a atividade resultante fez investimentos na recuperação do patrimônio histórico construído. Exige apenas sua mera instalação (ALBUQUERQUE & LACERDA, 2017, p.09).

A partir de 2006, o Parque conta com novo incentivo para atração de empresas. Pela Lei 17.244/2006, todas as empresas “embarcadas³⁹” teriam redução fiscal de 60% do ISS. Logo, o ISS de 5% passaria para 2%.

O incentivo fiscal, principal benefício disponibilizado às empresas “embarcadas”, consiste na redução de 60% do ISS, assegurado pela Lei nº17.244/2006, alterada

³⁹ Denominação dada as empresas que estão localizadas no Bairro do Recife e gozam do incentivo fiscal de redução do ISS.

pela Lei nº17.942, de 2013, para ampliar a abrangência territorial do Parque, que passou a incluir um quadrilátero no bairro de Santo Amaro. Em 2015, uma nova alteração (Lei nº18.168), incluiu os bairros de Santo Antônio, uma parte do de São José e os lotes da Avenida Conde da Boa Vista (LACERDA, 2018, p. 121).

Ocorreu, portanto, um espraiamento das empresas para outros bairros do CHR e para uma porção territorial do bairro de Santo Amaro, o Quadrilátero. Tal expansão, somada às expectativas geradas pelos referidos plano e projeto, impulsionaram novas dinâmicas e especulações sobre o bairro do futuro, como será visto posteriormente.

Importante fator que contribuiu tanto para o desenvolvimento do Porto Digital, quanto para o incentivo às novas configurações em Santo Amaro, são as normativas do período. Como forma de recuperação e dinamização do CHR, observou-se em 1996, as novas delimitações e zoneamentos estipulados pela Lei de Uso e Ocupação do Solo. Retoma-se, brevemente, ao referido ano como importante contexto para as induções de ocupação do solo que, posteriormente, contribuíram para as alterações das dinâmicas da área central recifense e seus novos arranjos espaciais.

A Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996 divide o território municipal em quatro grandes zonas: (i) Zonas de Urbanização Preferencial (ZUP); (ii) Zonas de Urbanização de Morro (ZUM); (iii) Zona de Urbanização Restrita (ZUR) e (iv) Zonas de Diretrizes Específicas (RECIFE, 1996). Dentre as Zonas de Diretrizes Específicas destacam-se: (i) Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural - ZEPH; (ii) Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS; (iii) Zonas Especiais de Proteção Ambiental - ZEPA; (iv) Zonas Especiais de Centros - ZEC; (v) Zona Especial do Aeroporto - ZEA; (vi) Zonas Especiais de Atividades industriais - ZEAI.

Assim, a área central recifense passou a contar, além das áreas de ZEPH, com a Zona Especial de Centro Principal, cujo coeficiente de utilização chegaria a 7,0. No bairro de Santo Amaro, observa-se a presença apenas das ZEIS, ZEPHs e uma pequena parte da ZECP, no entorno imediato do Parque 13 de Maio [Figura 61].

Figura 61 - Zoneamento do bairro de Santo Amaro, pela LUOS, 1996.

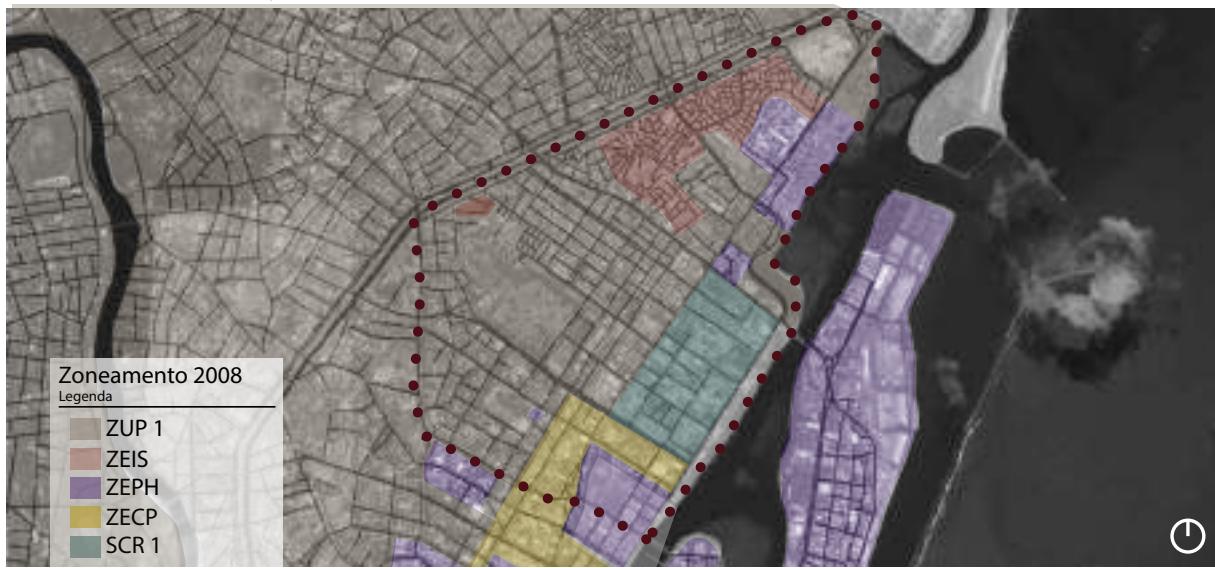


Fonte: RECIFE, 1996.

Todavia, tais parâmetros são alterados em 2008, pela Lei nº17.489. A Zona Especial de Centro Principal passou a compreender os seguintes setores; (i) Setor de Centro Consolidado (SCC), constituído pela área de Centro Principal, com morfologia urbana já consolidada; (ii) Setor de Requalificação do Centro (SRC), constituído pela área de objeto de requalificação e renovação urbana com incentivo à instalação de novos usos, sendo subdividido em Setor de Requalificação de Centro 1 e 2; (iii) Setor de Preservação da Morfologia (SPM), constituído pela área de morfologia peculiar e consolidada em relação ao entorno, devendo todo projeto arquitetônico ou urbanístico passar por análise especial [Recife, 1996].

Com tais modificações, os coeficientes de aproveitamento são também alterados. O primeiro setor permanece com o coeficiente 7,0; o segundo e o terceiro diminuem para 5,5; e o último atinge o coeficiente 4. A partir de então, o bairro de Santo Amaro ganhou um Setor de Requalificação do Centro 1, no local posteriormente denominado como Quadrilátero [Figura 62].

Figura 62 - Zoneamento do bairro de Santo Amaro pela lei nº17.489.



Fonte: RECIFE, 2008.

A inserção da referida área em Santo Amaro como Setor de Requalificação do Centro 1, tinha por objetivo resgatar a dinâmica do lugar que, anteriormente, se caracterizava como zona comercial e industrial, cujo processo de deslocamento das indústrias para as áreas limítrofes do Recife, atrelado às dinâmicas metropolitanas, como visto no capítulo anterior, ocasionou o esvaziamento local, compondo um cenário de grandes lotes com galpões vazios e degradados.

No mesmo ano é aprovado o Plano Diretor da Cidade do Recife (2008). A ZECP é incorporada a Zona Especial de Dinamização Econômica (ZEDE), abrangendo, no bairro de Santo Amaro, a área destinada ao Setor de Requalificação do Centro 1, bem como os lotes lindeiros a Av. Cruz Cabugá, próxima ao setor [Figura 63].

Adotar-se-á para a ZEDE Centro Principal - Centro Expandido, todas as ZEDE Centro Secundário e todas as ZEDE Centro Local, os parâmetros e limites definidos na Lei de Uso e Ocupação do Solo nº 16.176/96 e suas posteriores alterações, para as Zonas Especiais de Centro Principal - ZECP e Zonas Especiais de Centro Secundário, Zonas Especiais de Centro Metroviário, respectivamente até a publicação da legislação específica (RECIFE, 2008, s.p)

Não há alteração nos coeficientes de construção, continuando permissão de verticalização nas áreas de frente d'água que não possuíam proteção, como as ZEPHs. Tal legislação, atrelada às dinâmicas ocasionadas pelo Porto Digital, responsável pela valorização imobiliária no Bairro do Recife, levou ao espraiamento do Parque Tecnológico. Ademais, a nova política habitacional aprovada em 2009 resultou na liberação de créditos – influenciando no aquecimento do mercado imobiliário – nos anos subsequentes, o que impulsionou a produção de novas espacialidades, especialmente no denominado quadrilátero do bairro de Santo Amaro.

Figura 63 - Zoneamento do bairro de Santo Amaro pelo Plano Diretor de 2008.



Fonte: RECIFE, 2008.

Após a institucionalização do Plano Diretor (2008), é aprovado o Projeto Novo Recife (2008). De acordo com Bernardino (2018), tal projeto deixou clara a intenção, por parte dos agentes produtores do espaço, de promover novas habitações no entorno do CHR. Sobre o projeto supracitado, a autora afirma que,

Esse projeto, do Consórcio Novo Recife, composto pelas empresas Ara Empreendimentos, GL Empreendimentos, Moura Dubeux Engenharia e Queiroz Galvão, talvez ainda mais polêmico do que o projeto anterior, por ter sido submetido à aprovação antes da promulgação da revisão do Plano Diretor de 2008, está submetido aos coeficientes de utilização e às diretrizes de ocupação do solo da Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996. Diferentemente da proposta anterior – Complexo Turístico-Cultural Recife-Olinda – esse é um projeto privado de intervenção a partir da construção de torres de apartamento e comércio/serviços e qualificação de espaços públicos em uma área restrita, de aproximadamente 10,1 hectares, sem abrangência urbanística para além do bairro de São José (BERNARDINO, 2018, p. 176).

Nota-se desta forma, que há uma valorização das frentes d'água no entorno do Centro Histórico do Recife, especialmente nas antigas áreas de galpões e armazéns, nos limites das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural. Não apenas o poder público passou a vislumbrar tais áreas como locais de investimentos, como também as instituições privadas, o que culminou em novas produções residenciais direcionadas às classes média e alta nesse entorno, especialmente no bairro de Santo Amaro.

4.2 PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DE SANTO AMARO

As dinâmicas que caracterizaram a área central recifense na década de 2000 ganham forte impulso na década seguinte, devido ao favorável contexto econômico nacional. Com o fim da política habitacional empreendida pelo BNH, o Brasil passou pouco mais de dez anos sem políticas específicas, retornando apenas com a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). Nota-se que, entre a extinção do BNH, em 1986, até o ano de 2009, não havia grande volume de capital próprio para que os promotores imobiliários investissem em novas produções. Nesse intervalo, as construtoras dependiam dos pagamentos dos usuários para continuar o processo produtivo. A produção imobiliária do período era, assim, destinada prioritariamente para as camadas de mais alta renda.

Em síntese, a produção dos novos espaços residenciais no Recife, de 1987 a 2008, período de “lacuna” entre a atuação do BNH e o lançamento do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, concentrou-se nas áreas onde residem as populações de renda média e alta do Recife. Durante esse período, caracterizado pela escassez de recursos e crédito disponíveis aos produtores do espaço e à exiguidade de alternativas de financiamento habitacional às camadas de renda média e baixa, os produtores do mercado imobiliário focaram a sua atuação na produção de imóveis residenciais voltados ao consumo da população de melhor poder aquisitivo (BERNARDINO, 2018, p. 126).

Acompanhando a trajetória de outras cidades brasileiras, os investimentos imobiliários são retomados no Recife na década de 2000, após o lançamento do MCMV. Espacialmente continuaram a seguir o vetor sul considerado nobre: os bairros do Pina e Boa Viagem. A tendência seria acompanhar também o outro vetor (sentido noroeste), também considerado nobre. Todavia, com a criação da Área de Reestruturação Urbana (ARU) pela lei nº16.719 de 2001, o potencial de verticalização e de adensamento construtivo de 12 bairros (Derby, Espinheiro, Graças, Aflitos, Jaqueira, parte da Tamarineira, Parnamirim, Santana, Casa Forte, Poço da Panela, Monteiro e Apipucos), que conformam esse último vetor, foram drasticamente reduzidos. Os bairros vizinhos ao polígono da ARU, a exemplo do Rosarinho, Torre e Madalena, são automaticamente afetados, recebendo os novos investimentos imobiliários. Mas, esse acontecimento também impulsionou o setor imobiliário a procurar novas áreas, como Santo Amaro.

Convém destacar o forte esvaziamento do Centro Expandido do Recife (CER), entre os anos 1980 e 2000, com grande evasão populacional. A taxa de crescimento anual [Tabela 11] fora

negativa em 9 dos 11 bairros que compõem o referido território. A população total que, em 1991, era de 83.100 habitantes, no ano de 2000 somavam 78.114 habitantes. De acordo com Bernardino (2018) tal cenário indica, entre outros fatores, que o uso habitacional nessa área central da cidade poderia estar, progressivamente, sendo substituído por novos usos.

Tabela 11 - Crescimento anual do Centro Expandido

Bairro	Taxa de crescimento anual da população entre 1991 e 2000
Boa Vista	-2,17
Cabanga	-2,19
Coelhos	-0,06
Ilha do Leite	-0,93
Ilha Joana Bezerra	1,98
Paissandu	-3,71
Recife	5,68
Santo Amaro	-0,36
Santo Antônio	2,73
Sao José	-1,97
Soledade	-2,98
Centro Expandido	-0,62

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife
2005

Todavia, na década seguinte, 2010, observa-se grande intensidade nos fluxos no Centro Expandido, caracterizado pela presença de 42% dos postos de trabalho formais do Recife. Não sem razão, era expressiva quantidade de transporte coletivo nesse centro. O CER concentrava, naquele ano, 281 linhas de ônibus das 360 que circulavam pela cidade.

Atrelado a tal cenário, conta-se ainda, com a “redescoberta” da área central do Recife como local para novos empreendimentos imobiliários, em específicos locais nas áreas próximas aos centros acadêmicos e estabelecimentos médicos.

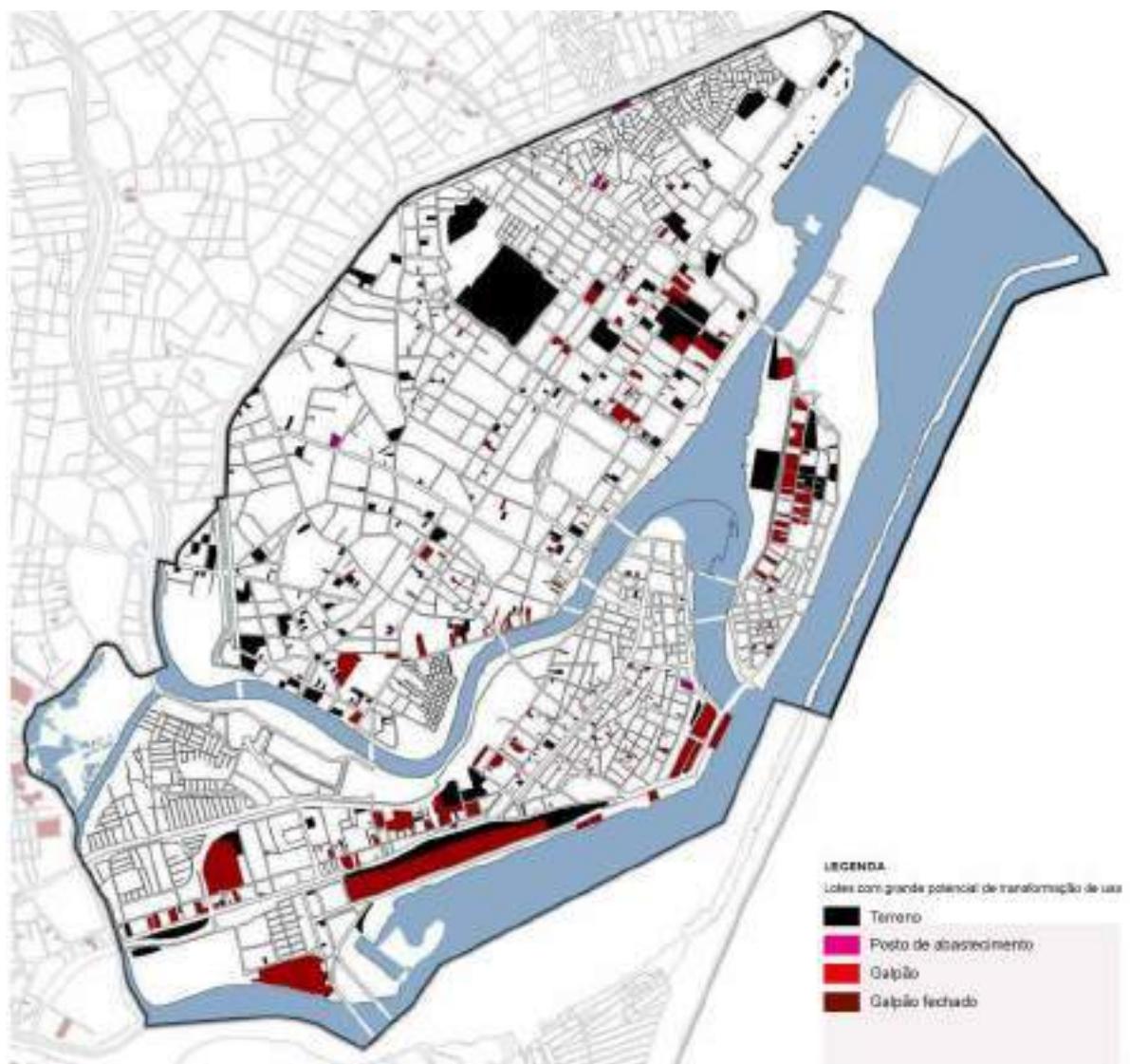
A partir do início da década de 2010, entretanto, não se pode ignorar a crescente representatividade relativa dessa área nos lançamentos imobiliários da cidade. Embora a região tenha tido pouca (ou nenhuma) representatividade na carteira de projetos dos grandes promotores imobiliários durante aproximadamente quatro décadas, alguns anúncios imobiliários recentes, com forte apelo às vantagens da “localização central”, oferecem indícios de que, por parte de alguns desses promotores, a área central tradicional do Recife pode estar passando a ser vista como uma localização habitacional passível de valorização (BERNARDINO, 2018, p. 161).

A “redescoberta” de Santo Amaro pelos produtores imobiliários, impulsionada pela libera-

ção de crédito pelo governo federal, pela concentração dos altos fluxos no CHR e pela existência de terrenos vazios ou subutilizados, a exemplo das suas antigas áreas industriais significaram novos ciclos capitalistas de produção de espaços. De acordo com Bernardino (2018), os lotes vazios do CER somam 107,97 hectares, com relativa potencialidade de atuação imobiliária [Figura 64].

É importante anotar que o crescimento do Parque Tecnológico foi reforçado com a entrada das atividades que integram a Economia Criativa (EC), em 2013. A partir daí, inicia-se, como anotado, um processo de alteração nas dinâmicas no Quadrilátero de Santo Amaro. Importante destacar que o início do ciclo baseado na EC se utiliza de bens e serviços, assim como textos, símbolos e imagens, referindo-se a um conjunto distinto de atividades assentadas na criatividade (MIGUEZ, 2007). As atividades a ela vinculadas iniciou um novo tipo de ocupação no bairro de Santo Amaro.

Figura 64 - Terrenos com potencial de receber empreendimentos imobiliários.



Fonte: BERNARDINO, 2018, p.170.

As indústrias criativas são aquelas indústrias que têm sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais e que têm um potencial para geração de empregos e riquezas por meio da geração e exploração da propriedade intelectual. Isto inclui propaganda, arquitetura, o mercado de artes e antiguidades, artesanatos, design, design de moda, filme e vídeo, software de lazer interativo, música, artes cênicas, publicações, software e jogos de computador, televisão e rádio (BRITISH COUNCIL, 2005, apud MIGUEZ, 2007, p. 102).

No ano de 2015, a área de abrangência do Porto Digital, como mencionado, passou a incluir, além do bairros do Recife e o Quadrilátero de Santo Amaro, o bairro de Santo Antônio, parte de São José e os lotes lindeiros da avenida Conde da Boa Vista [Figura 65]. Amplia-se, assim, o território dos benefícios fiscais às empresas de TIC e EC. Atualmente são 300 empresas embarcadas, ocupando uma área de 50.000m².

Figura 65 - Expansão territorial do Porto Digital a partir das isenções fiscais.



Fonte: A autora.

A atuação do Porto Digital, atrelado ao crescimento de centros educacionais, especialmente no bairro de Santo Antônio, passou a atrair novos empreendimentos no entorno do CHR [Figura 66], alterando os seus padrões tipológicos. As novas habitações surgem como "moradias do futuro", se anunciando como moradias inteligentes, pelos atributos e conforto que possuem, pelo acesso a importantes equipamentos urbanos (Busquets, 1993) e pela proximidade do núcleo histórico da cidade.

Figura 66 - Empreendimentos no centro histórico e expandido do Recife.



Fonte: BERNARDINO, 2017.

Observa-se que tais mudanças significaram uma nova Divisão Econômica e Social do Espaço (DESE), ao criar novas espacialidades, isso com o respaldo das legislações urbanísticas que foram se sucedendo. Mais ainda conduz a emergência de uma representação sobre a **DESE futura**, assumindo a forma de uma convenção urbana a qual será o mecanismo de regulação espacial (Abramo, 1995).

Destarte, o bairro de Santo Amaro, inserido nas dinâmicas que atuam no CHR e seu entorno, passa a ser visto como solo do futuro. O bairro que outrora se caracterizava pela presença marcante de hospitais e cemitérios, cuja imagem foi ancorada nesses equipamentos somada a negatividade representada pela violência que o assolava, passa a ter uma nova leitura a partir dos novos empreendimentos residenciais. As torres de luxo construídas a partir de 2010, são caracterizadas pela ocupação das frentes d'água do bairro, contrastando com as comunidades ali existentes.

Em 2015, devido aos empreendimentos aprovados para a área do Quadrilátero, é aprovado o decreto n. 28.841/2015, congelando as análises dos projetos no Setor de Requalificação Rigorosa 1 e Setor de Preservação Morfológica, a partir de 1000m² até que fossem finalizados os estudos para a área, com revisão dos parâmetros urbanísticos compatíveis com a infraestrutura local. Tal congelamento foi prorrogado pelo decreto n.30.034/2016.

De acordo com apresentação realizada pelo Instituto da Cidade Pelópidas Silveira (ICPS) no Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-PE), no primeiro semestre de 2018, dez empreendimentos haviam sido aprovados no Quadrilátero de Santo Amaro, dos quais dois foram concluídos e dois em processo de construção, totalizando sete torres [Tabela 12].

Tabela 12 - Empreendimentos aprovados para o quadrilátero de Santo Amaro.

Empreendimento	Emp.	Endereço	Nº Torres	Gab. (ptos)	Área Total Construção (m ²)	Área Lote (m ²)	CA	UH	Hab. (')	Hab./ha
CONCLUÍDOS										
Cais da Aurora	CONIC	R. da Aurora, 1295	1	36	18.391,98	3.373,81	5,45	66	185	356
Jardins da Aurora	MD	R. da Aurora, 1531	2	48	53.873,88	5.825,19	9,25	168	470	525
EM CONSTRUÇÃO										
Arcos da Aurora	PE Const.	R. da Aurora, 1301	1	40	19.197,87	3.691,86	5,20	108	302	532
Aurora Trend	MD	Rua Dois de Julho, 251	3	37	78.679,33	9.966,18	7,89	768	2150	1.403
APROVADOS										
Aurora II	PE Const.	R. da Aurora, 1485	2	40	45.062,28	5.889,89	7,65	210	588	649
Torres Cabuga	MD	Av. Cruz Cabuga, 315	2	40	42.118,83	5.433,80	7,75	350	980	1.172
Torres Veiga	MD	Rua Veiga, 254	2	16	9.590,46	1.612,14	5,95	104	291	1.174
Aurora III	PE Const.	R. da Aurora, 1443	1	40	17.027,50	3.150,24	5,41	70	196	404
JCPM	JCPM	Pça Gal C. Pinto, S/N	3	20	42.032,92	7.743,25	5,43	283	792	665
Araripina Lote 8	CONIC	Rua Araripina, 331	1	28	14.888,52	2.368,35	6,29	184	515	1.414
<i>Observações:</i>										
Edificações em destaque Gabarito + Área total Construção (m ²)										
Processos aprovados "pós-descongelamento"										
(*) Estimado, considerando o número médio de habitantes = 2,8 hab/UH										
Edificações: CADIMO/PCR; SPPU/PCR;										
Projetos aprovados e em andamento: SEMOC/PCR;										
Fonte: ICPS, 2018.										
170.720,51m²										
Estoque aprovado não construído										
834 Hab/ha										
Densidade média empreendimentos										

Diante das dinâmicas expostas e as novas configurações que se apresentam para o bairro, a Prefeitura do Recife realizou diversos estudos, resultando em diretrizes e projetos específicos, confirmado, todavia, a visão do bairro como solo do futuro.

4.2.1 Plano Centro Cidadão

Realizado a partir de Convênio de Cooperação Científica, Técnica e Financeira entre a Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e a Prefeitura do Recife, em 2015, com conclusão

em 2018, o Plano Centro Cidadão teve por objetivo, “conceber diretrizes para a parte continental do centro principal do Recife, de modo a promover uma revisão das práticas urbano-arquitetônicas e das políticas para os espaços públicos, renovando os conceitos e valores urbanos da cidade, permitindo maior qualidade de vida cidadã” (RECIFE, 2017, p.14).

Além dos técnicos da UNICAP, colaboraram com o trabalho o Instituto da Cidade Pelópidas da Silveira (ICPS), a Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC) e a Secretaria de Planejamento Urbano do Município. O projeto contou, ainda, com a participação da Escola Nacional Superior de Arquitetura da Universidade de Toulouse- FR (ENSA).

A partir de realização do diagnóstico integrado e reuniões públicas, foram elaboradas diretrizes quanto às áreas a serem reabilitadas e renovadas, assim como a requalificação de espaços públicos de todo o Centro Continental do Recife . Foram realizados diagnósticos quanto ao patrimônio, à mobilidade, aos espaços públicos e aos usos e ocupação do solo.

O Plano Centro Cidadão reconheceu, as áreas de identidade morfológica e os estoques de terrenos passíveis de transformação. A partir daí, estabeleceu cinco escalas de transformação e/ou permanência, que tinham por objetivo indicar as áreas para aumento de densidade populacional e as áreas de reabilitação [Figura 67].

Figura 67 - Diretrizes para adensamento do bairro de Santo Amaro.



Fonte: RECIFE, 2017, p.52.

Para o Centro Continental do Recife recomenda-se um adensamento populacional prioritário em quadras do entorno da Av. Cruz Cabugá, quadras lindeiras a Av. Agamenon Magalhães e a Vila Naval. São as áreas com bom estoque de lotes a transformar e também estão próximas aos grandes corredores de transporte público. Um adensamento populacional moderado é recomendado para reforçar

áreas já adensadas e/ou dinamizar eixos importantes de articulação do território. As áreas de Regeneração Urbana vão assegurar, principalmente, a reabilitação das edificações já existentes, aumentando a população local mas, preservando os aspectos sócio espaciais do lugar (RECIFE, 2017, p. 53).

Foram indicadas cinco escalas de transformação e/ou permanência, com o objetivo de apontar as áreas que passariam por incremento de adensamento populacional, onde se destacam as quadas no entorno da Av. Cruz Cabugá e a Vila Naval. Para as áreas de ZEIS e das antigas vilas populares, no bairro de Santo Amaro, é proposto adensamento por reabilitação. No âmbito do patrimônio histórico, foi proposto a ampliação de algumas ZEPHs existentes, assim como a criação de uma nova, denominada ZEPH Capitão Lima. Destaca-se, ainda, o Setor de Preservação Morfológica proposto para parte das antigas vilas populares, preservando traçado urbano.

Quanto às diretrizes referentes aos espaços públicos, foram definidas Rotas Estratégicas, que passariam por reabilitação integrada dos elementos de mobilidade, vegetação, mobiliário e arquitetura [Recife, 2017]. A proposta se baseou no fomento de maior integração entre os espaços públicos e seu entorno. A figura 68 apresenta o resumo das diretrizes para os espaços públicos, tais como rotas estratégicas, os espaços a serem reabilitados, criação de novos espaços verdes e utilização dos terrenos subutilizados para áreas de lazer. Destaca-se a criação de um "Equipamento Dinamizador" na avenida Norte, na primitiva Vila da Macacheira. Além da recuperação dos espaços públicos [Figuras 69 e 70], foram realizados estudo de ocupação do solo na área do quadrilátero [Figura 71], embora o estudo de massas para o bairro tenha sido retirado, posteriormente, pela Prefeitura do Recife, do escopo do trabalho do Plano.

Figura 68 - Diretrizes propostas para os espaços públicos.



Fonte: RECIFE, 2017, p.50.

Figura 69 - Perspectiva de recuperação da avenida Cruz Cabugá, em Santo Amaro.



Fonte: RECIFE, 2017, p.82.

Figura 70 - Perspectiva de recuperação da rua do Príncipe, em Santo Amaro.



Fonte: RECIFE, 2017, p. 84.

Figura 71 - Estudos de ocupação para o quadrilátero de Santo Amaro.



Fonte: RECIFE, 2017, p.64

O que se observa nas diretrizes apresentadas pelo Plano Centro Cidadão, no que concerne as propostas que possibilitem ou não a integração entre os espaços a serem criados ou reabilitados e o solo popular, é a tentativa de maior conexão entre este solo e as demais áreas do bairro, especialmente interligados pelos principais eixos, a exemplo das avenidas Norte, Cruz Cabugá e João de Barros.

Todavia, foram identificadas poucas articulações novas que possibilite maior integração do solo popular com o restante do bairro, embora a proposta apresente eixos de alterações nos espaços públicos nas áreas das antigas vilas populares. Destaca-se, ainda, as áreas de adensamento por reabilitação, concentradas no solo popular. Nas imediações da avenida Norte, proximidades da UNICAP e boa parte do Quadrilátero, é proposto adensamento moderado, induzindo a multifuncionalidade desses locais, que já abrigam importantes equipamentos públicos, educacionais e de lazer.

4.2.2 Plano Santo Amaro Norte

Retoma-se brevemente, ao ano de 2014, quando foi apresentado pela Prefeitura do Recife proposta de Plano Específico para ZEPH-19 –Hospital de Santo Amaro/ Vila Naval. Destaca-se como principais pontos desse Plano: (i) garantia da visada do Hospital de Santo Amaro; (ii) garantia do acesso e uso público da frente d’água, com integração física e visual do Hospital de Santo Amaro; (iii) incremento e qualificação dos espaços públicos em todas as quadras; (iv) diversidade de escalonamento de gabaritos nas quadras; (v) dinamização do comércio e serviço no trecho correspondentes à Zona Especial de Dinamização de Eixo Principal (EP) Av. Cruz Cabugá (RECIFE, 2014).

Foi proposto novo parcelamento do solo, com sete quadras, cujo coeficiente de utilização era de 2,0 [Figura 72]. Todavia, o gabarito máximo era diversificado, com no mínimo 35m e o máximo de 75m [Tabela 13]. As torres chegariam a 25 pavimentos. Fora proposto, ainda, parque linear, áreas destinadas a equipamentos públicos, como estação de barco e atividades ao transporte fluvial.

Tabela 13 - Parâmetros urbanísticos SPA da ZEPH-19.

Setor do SPA	PARÂMETROS URBANÍSTICOS					REQUISITOS ESPECIAIS
	COEF. UTIL. (μ)	GABARITO MÁXIMO (m)	TSN (%)	AFASTAM. INICIAL	LAT. FUNDOS	
A	2,0	40,00	25	5,00	3,00	(1) (2) (3) (4) (5) (11)
B	2,0	65,00/*75,00	25	5,00	3,00	(3) (4) (6) (11)
C-I	2,0	65,00/*75,00	25	5,00	3,00	(2) (3) (4) (7) (11)
C-II	2,0	65,00/*75,00	25	5,00	3,00	(2) (3) (4) (8) (11)
D	-	-	-	-	-	(9) (11)
E	2,0	65,00	25	5,00	3,00	(4) (11)
F	2,0	35,00	25	5,00	3,00	(3) (10)

Fonte: RECIFE, 2014.

Figura 72 - Parcelamento proposto para Vila Naval.

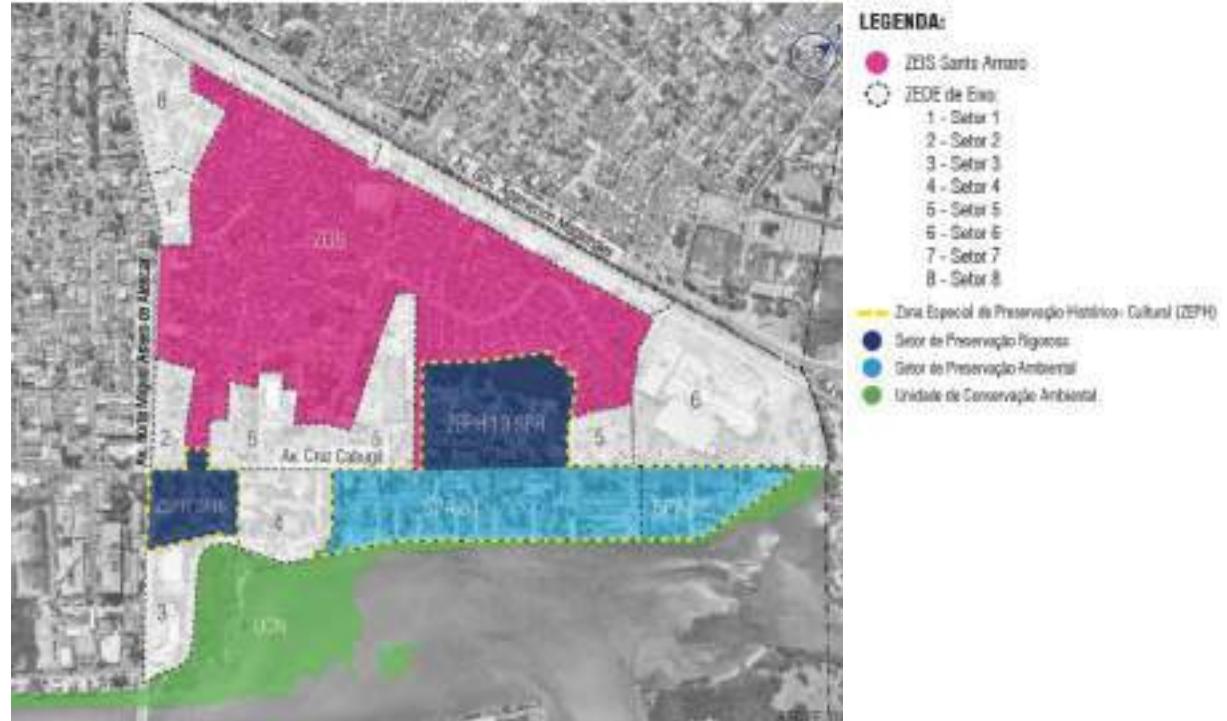


Fonte: RECIFE, 2014.

Com as críticas e as novas parcerias estabelecidas pela Prefeitura, a exemplo do anteriormente abordado Plano Centro Cidadão, um plano urbanístico é apresentado em 2017, denominado Plano Santo Amaro Norte, cujo foco eram as ZEPHs -19, 23 e ZEIS Santo Amaro. O Plano deveria ser incorporado ao plano específico para a ZEDE- Centro Principal. Para sua execução, previa-se a aplicação de instrumentos como a Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC), Transferência do Direito de Construir (TDC), Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios (PEUC) e Compensação Ambiental.

O Plano atribuía novo zoneamento ao local, dividindo-o em oito setores, cujos parâmetros urbanísticos variavam por setor [Figura 73]. Aos setores, somavam-se as ZEIS, ZEPH e as áreas de Unidade de Conservação da Natureza (UCN). Salienta-se que, para os referidos setores, os coeficientes de aproveitamento variavam entre 1,0 e 5,0, atingindo até 20 pavimentos nas áreas lindeiras a Av. Cruz Cabugá.

Figura 73 - Zoneamento pelo Plano Santo Amaro Norte.

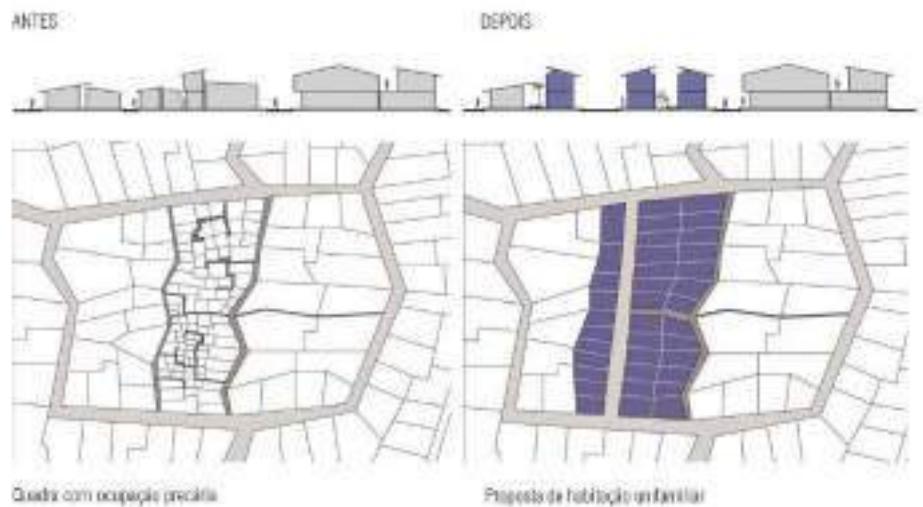


Fonte: RECIFE, 2017.

Para área de ZEIS, fora proposto o redesenho de algumas quadras, onde nas mesmas, as edificações seriam substituídas por novas habitações unifamiliares [Figura 74]. Outras quadras tem seu parcelamento alterado, com edificações preexistentes demolidas e substituídas por habitações multifamiliares [Figura 75]. De acordo com o projeto, as famílias com menor poder de renda per capita teriam prioridade no processo de reassentamento.

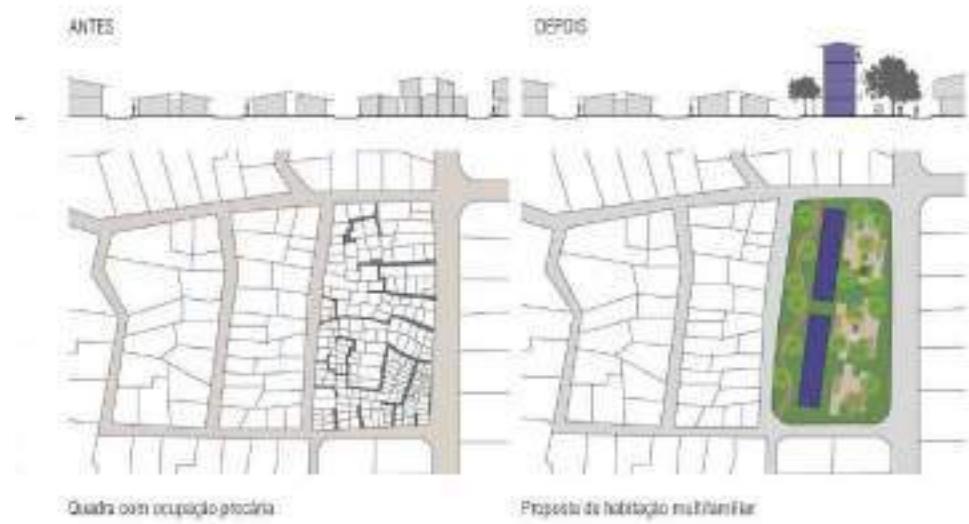
Observa-se, ainda, a requalificação dos espaços públicos, com implantação de vias compartilhadas, alargamento de passeios e implantação de arborização. Nos setores de preservação morfológica, a exemplo do Setor 8 [Figura 76], são propostas novas vias pedestrianizadas, com integração dos espaços e implantação de vias compartilhadas. A partir da figura 77, constata-se que as quadras alteradas, com substituição da tipologia habitacional para multifamiliar se concentrou, prioritariamente, próximas aos grandes equipamentos e principais eixos viários.

Figura 74 - Resumo das propostas para a ZEIS- Santo Amaro.



Fonte: RECIFE, 2017.

Figura 75 - Intervenções propostas para a ZEIS- Santo Amaro.



Fonte: RECIFE, 2017.

Figura 76 - Intervenções propostas.



Fonte: RECIFE, 2017.

Figura 77 - Plano para a ZEIS- Santo Amaro.



PARTIDO URBANÍSTICO PRELIMINAR

— Sistema Viário formal:

— Beços

— Limite proposto da ZEIS

— Lotes - habitação unifamiliar

● Conjuntos - habitação multifamiliar

● Espaços públicos (praças/parkes) distribuídos no interior da ZEIS

Fonte: RECIFE, 2017.

Quanto à ZEDE Eixo- Av. Cruz Cabugá, é proposto a requalificação com alargamento da via, que ganharia mais duas faixas de rolamento, implantação de canteiro central, qualificação da interface público- privada dos trechos da via e alargamento das calçadas.

Para ZEPH-23 foi proposto o redesenho das quadras, eliminando a rua adjacente à Praça General Abreu e Lima. Observa-se a conexão da Igreja de Santo Amaro com a Praça General Abreu e Lima [Figura 78]. A praça seria requalificada e o pátio da Igreja passaria por tratamento urbanístico.

Figura 78 - Redesenho proposto para ZEPH-23.



Fonte: RECIFE, 2017.

A ZEPH-19, por sua vez, em seu Setor de Preservação Ambiental, é dividida em duas partes, cada um com objetivos distintos,

SPA -1: Promover a renovação e requalificação do território, a partir do aumento da densidade populacional, da qualificação dos espaços públicos, da melhoria das interfaces entre os espaços públicos e privados e da valorização do patrimônio cultural, visando o desenvolvimento socioeconômico local;

SPA 2- Viabilizar a transição entre o espaço de leitura densa criado no SPA 1 e o território de baixa densidade conservativa e de relevante paisagem natural, referente ao Parque Memorial Arcoverde, Escola dos Aprendizes de Marinheiro e Parque dos Coqueirais, localizados no município de Olinda (RECIFE, 2017, s.p.).

Desta forma, a SPA 1 seria composta por seis quadras, com vias de conexão entre a Av. Cruz Cabugá e o rio. Nos dois setores, a área privativa total seria de 62.318,64m² (46%), com área de circulação de 41.557,73m² (31%), área verde de 24.302,04 (18%) e áreas destinadas a equipamentos 6.723,24 (5%), atingindo uma área de 134.901,55m². No total, a área contaria com 17 edificações na SPA-1 e três edificações na SPA-2. Os coeficientes de aproveitamento variavam de acordo com

a quadra, sendo o mais baixo 2,0 e o mais alto 6,25. O gabarito variava entre 3 e 21 pavimentos [Figuras 79 e 80].

Nos novos empreendimentos propostos não são apresentados habitações, comércios e serviços destinados ao mercado popular, tão pouco são mencionadas possíveis habitações de interesse social. Prioriza-se o espaço público [Figura 81], a permeabilidade arquitetônica e urbana [Figuras 82 e 83], as conectividades, os novos espaços de lazer que, no texto do projeto é destinado a população residente e aos novos moradores. Todavia, não são apresentadas ações que garantam que o novo solo produzido será também para a população residente no solo popular.

Figura 79 - Redesenho proposto para o Setor de Preservação Ambiental da ZEPH-19.



Fonte: RECIFE, 2017.

Figura 80 - Perspectiva da proposta de ocupação da SPA (ZEPH- 19).



Fonte: RECIFE, 2017.

Figura 81 - Perspectiva dos novos espaços livres na ZEPH 19.



Fonte: RECIFE, 2017.

Figura 82 - Perspectiva da permeabilidade entre as quadras e visibilidade ao Hospital de Santo Amaro, que está localizado no Setor de Preservação Rigorosa da ZEPH-19.



Fonte: RECIFE, 2017.

Figura 83 - Perspectiva da multifuncionalidade dos novos edifícios, com foco na permeabilidade arquitetônica, na ZEPH-19.



Fonte: RECIFE, 2017.

Diferente da proposta apresentada em 2014, verifica-se que a abrangência do projeto não mais se destina apenas a ZEPH-19. É notório o interesse no desenvolvimento e maiores intervenções no referido local, uma vez que desde 1997, conforme visto no início do capítulo, o local era visto como importante área de renovação urbana, com substituição das primitivas vilas populares que, de acordo com projeto apresentado pela 3º Capitania dos Portos da Marinha, se tornaram onerosas, com alto custo para manutenção.

Entretanto, embora apresente requalificação dos espaços, novas unidades habitacionais e melhorias nas vias locais para a ZEIS Santo Amaro, o projeto apresenta uma priorização a ZEPH 19 e 23, com melhorias significativas nos eixos viários do entorno dessas ZEPHs, assim como a requalificação dos espaços públicos existentes e criação de novos espaços de lazer. Todavia, por não apresentar, em números e em nenhuma proposta, percentual das novas construções destinadas a habitações ou comércios e serviços à população de baixa renda, o projeto deixa o questionamento se as possíveis benesses para o local são de fato para os moradores do bairro de Santo Amaro ou se seriam atrativos para novos investimentos locais, deixando mais uma vez a população de baixa renda as margens do processo e o solo popular isolado, contando apenas com ações pontuais.

A grande midiatização dessas intervenções urbanas propostas a ideia de usufruto de toda a população e sugere, implicitamente, que todos os cidadãos se beneficiarão daquela obra. “Entre os cidadãos e a cidade estão os meios tecnológicos de informação e comunicação. Eles não informam sobre a cidade, eles a refazem à sua maneira, hiper-realizam a cidade transformando-a num espetáculo” [SANCHEZ, 1999, p.124].

O que se observou nas audiências públicas⁴⁰, todavia, foi a massiva negação da população de baixa renda nas propostas apresentadas para o bairro. Essa população se vê renegada e isolada em seu solo popular, com medidas que, por mais aspectos positivos que tenham, não integram o novo solo ao popular, destinando a cada população –nova e velha – o seu respectivo lugar.

⁴⁰Audiência pública realizada em 22 de agosto de 2017, na quadra esportiva da Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano.

4.3 PROSPECÇÃO SOBRE O SOLO DO FUTURO

Diante dos novos incentivos ofertados pelo Estado – seja no âmbito nacional, com a nova política habitacional, seja em nível local, com dotação de infraestruturas, redução fiscal destinada às empresas "embarcadas" no Porto Digital e generosos coeficientes de ocupação – é montado um novo cenário para a centralidade recifense. Os novos investimentos proporcionaram uma outra visibilidade para os bairros centrais, especialmente para o bairro de Santo Amaro.

Tal visibilidade acarretou e vem acarretando um processo de reconfiguração socioespacial desse bairro. A sua estrutura urbana – fruto do que foi no passado, somado aos atributos ambientais onde está inserida – projeta o seu devir, enquanto produto da interação entre sua herança histórica e perspectivas futuras.

No delineamento do futuro do bairro, o que se observou nos planos anteriormente apresentados, é a quase inexistente integração entre o solo popular e as novas áreas planejadas, –com exceção para o Projeto Urbanístico Recife-Olinda, que previa parte do novo solo criado para a população de baixa renda–, que se concentram nas áreas de borda do bairro, especialmente nas frentes d'água. O que se observa é a tentativa de transformação dessas áreas em atrativos culturais e habitacionais voltado para população de alta renda, onde a arquitetura do lugar é vendida como artefato, compondo um cenário (Jaques, 2003).

O bairro que, de acordo com o censo 2010, contava com 9.358 domicílios, sendo 8.490 particulares e 856 não ocupados (9,16%), apresenta áreas subutilizadas em sua frente d'água, caracterizada pela presença de infraestrutura, além de ser um local estratégico da cidade do Recife. Faz parte da centralidade recifense; é estruturado por importantes eixos viários que o conectam a toda cidade e, também, ao município de Olinda. Está próximo a importantes equipamentos e monumentos históricos. Está conectado a área portuária do Recife. Para Del Rio [2001, s.p.]:

Nos últimos anos, com o fenômeno mundial de revalorização das áreas de frente de água, as alterações nas relações entre o indivíduo e o seu tempo de lazer, o crescimento do turismo cultural e temático, e a tendência à construção de fragmentos qualificados de cidade, destacaram as áreas portuárias por suas potencialidades paisagísticas, lúdicas, logísticas e imobiliárias. O turismo recreativo, cultural, de compras e de negócios, tem se mostrado importante dinamizador econômico e social nos projetos de revitalização das áreas centrais, particularmente nas áreas

portuárias e frentes de água, onde a simbiose histórica entre cidade e mar pode ser amplamente explorada e transformada num efetivo cenário – são o Festival Market Malls, as marinas, os aquários e museus, os centros de conferências, etc.

Novos cenários são delineados para o bairro com base especialmente na reestruturação gerada pelo novo regime de acumulação⁴¹ fundamentado pelas práticas pós-fordistas, denominado como acumulação flexível, que de acordo com Harvey (1992, p.150),

[...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

As novas práticas decorrentes desse regime flexível, acarreta numa nova dinâmica espacial, devido a reestruturação produtiva. A mobilidade do capital, característico desse regime, vem impulsionada pelas tecnologias de comunicação, que ampliam a atuação do setor privado em detrimento do poder estatal.

A mobilidade do capital e a emergência de um mercado global criaram uma nova elite que controla os fluxos do capital financeiro e das informações, atuando predominantemente em redes e *clusters* reduzindo progressivamente seus vínculos com as comunidades de origem. Como consequência, enquanto o mercado internacional unificou-se, a autoridade estatal enfraqueceu-se (DUPAS, 2005, p.35).

Nesse contexto, observa-se a atuação do Porto Digital que, como visto, iniciou sua trajetória no Bairro do Recife e com o crescimento e os incentivos fiscais, se expande pelo território do Centro Expandido e chega em Santo Amaro num cenário de reestruturação produtiva e reabilitação de inúmeros imóveis, numa estratégia de transformação do tecido urbano, “atuando como pólo gerador de renovação destas áreas atualmente tão degradadas, não só do ponto de vista urbano, como também social e ambiental” (MARQUES & LEITE, 2008, p.02). Essa organização produtiva é também denominada como *clusters*,

Os *clusters*, termo evoluído de aglomerações produtivas como os distritos industriais italianos, ou como os pólos de desenvolvimento, são núcleos de pequenas e médias empresas do mesmo setor produtivo, que se interrelacionam, competindo e cooperando, também com universidades, institutos de pesquisa, associações de classe, poder local, entre outros, estabelecendo sinergias e articulando agentes em um mesmo espaço geográfico definido (MARQUES & LEITE, 2008, p.02).

⁴¹ Salienta-se que, para Lipietz (1998), o regime de acumulação deve ser considerado como a lógica das leis macroeconômicas que descrevem as evoluções conjuntas, por um longo período, das condições da produção, assim como das condições de uso social da produção.

Diante das novas características de organização produtiva, têm-se, como primeira prospecção para o bairro, a reabilitação de inúmeros imóveis no quadrilátero, alterando o quadro de abandono e degradação e transformando-o num pólo de TIC e EC.

O segundo cenário que projeta para o bairro, também no denominado quadrilátero, é a produção de novas espacialidades decorrentes dos novos empreendimentos habitacionais que já caracterizam o local. Todavia, esses empreendimentos são vendidos, em suma maioria, como se estivessem inseridos no bairro da Boa Vista e não no bairro de Santo Amaro. Utilizando-se da simbologia e do patrimônio do lugar, o que se observa nos anúncios de venda é a primazia pela localização cultural do empreendimento, na rua da Aurora [Figuras 84 e 85]. O foco é retirado do bairro e inserido na imagem patrimonial do cartão postal que é a rua da Aurora.

Figura 84 - Novos empreendimentos na rua da Aurora.



Fonte: <https://www.mouradubeux.com.br>

Figura 85 - Lançamentos imobiliários em Santo Amaro.



Fonte: <https://www.mouradubeux.com.br>

Além dos referidos empreendimentos, é planejado para o bairro a revitalização de parte da rua da Aurora, trecho que compreende o bairro de Santo Amaro, com a instalação de quiosques, bancas de revistas e equipamentos de lazer. De acordo com a publicação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (2014, s.p),

A proposta, segundo a diretora de projetos do órgão, Norah Neves, é entregar à cidade e aos turistas um Cais da Aurora novo, onde se possa observar a beleza do Recife e aproveitar os espaços de lazer. “As intervenções serão feitas num trecho de 1,2 km, da Ponte Princesa Isabel à do Limoeiro. Serão criados cinco trechos com atividades de lazer, cultura e esportes. Nossa proposta é integrar as cinco ruas de acesso à Aurora através do Cais. Está prevista instalação de decks na beira do rio”.

Outro importante projeto que ampliará a conexão com o bairro com a cidade é o projeto de conexão da BR-101 com o centro do Recife, com a utilização de VLT, pela avenida norte. O empreendimento fazia parte do pacote de melhorias de mobilidade para a Região Metropolitana do Recife.

Relevante prospecção para o bairro é anunciado pelo Projeto de Lei de revisão do Plano Diretor (2018), onde as anteriores Zonas de Desenvolvimento- Centro Principal, que contava, especialmente no quadrilátero e nas imediações da avenida Cruz Cabugá, com alto coeficiente de utilização, proporcionando cenários como os simulados nas figuras 86 e 87.

Figura 86 - Simulação dos gabaritos estipulados para o SRC- 1.



Fonte: A autora.

Figura 87 - Simulação dos gabaritos estipulados pelo Plano Diretor (2008).



Fonte: a autora.

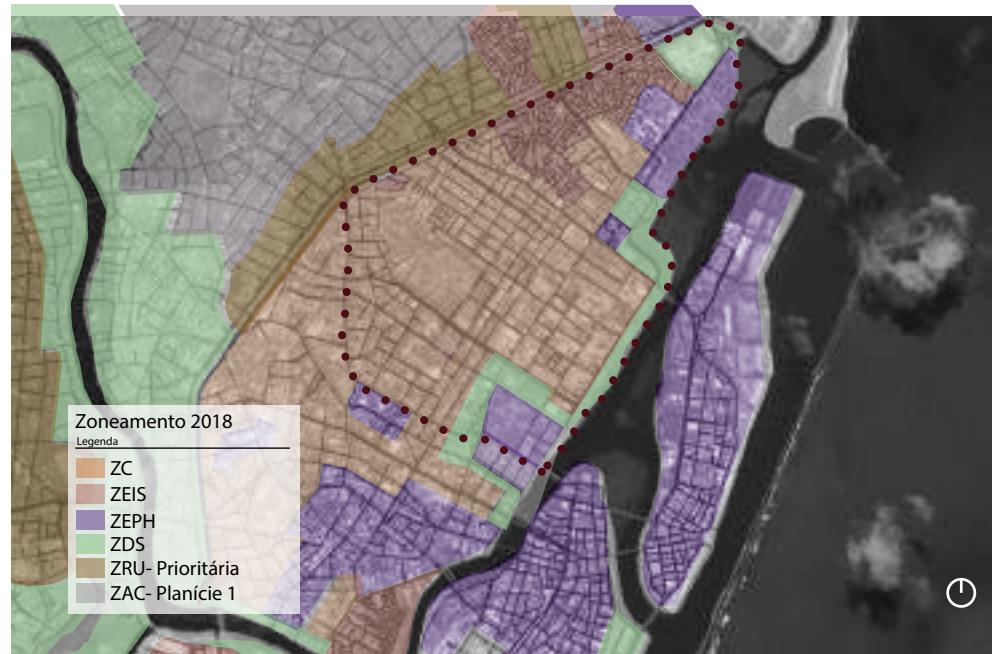
Pelo projeto de lei, a cidade contaria com duas macrozonas: Macrozona de Ambiente Construído (MAN) e Macrozona de Ambiente Natural e Cultural (MANC). Esse segundo compreenderia além do sistema hídrico principal e secundário, parte das Unidades Protegidas integrantes do Sistema Municipal de Unidades Protegidas - SMUP do Recife e dos Setores de Sustentabilidade Ambiental 2 (SSA2), as Zonas Especiais de Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH) próximas à rede hídrica e os Setores de Reestruturação Urbana (SRU2 e SRU 3) [RECIFE, 2018]. Essa Macrozona é composta, assim, pela Zona de Ambiente Natural (ZAN) e a Zona de Desenvolvimento Sustentável (ZDS).

No bairro de Santo Amaro, podem ser observados [Figura 88] parte da Zona de Desenvolvimento Sustentável, nas áreas de frente d'água, assim como seu característico zoneamento com suas ZEIS e ZEPHs. Entretanto, todo o restante do bairro passa a se caracterizar como Zona de Centro (ZC), cujo coeficiente de utilização passa a ser de 3,0.

Destacam-se, entretanto, as áreas destinadas a Projetos Especiais [Figura 89], que dominam grande parte do bairro. Ressaltam-se aqui dois importantes artigos do Projeto de Lei:

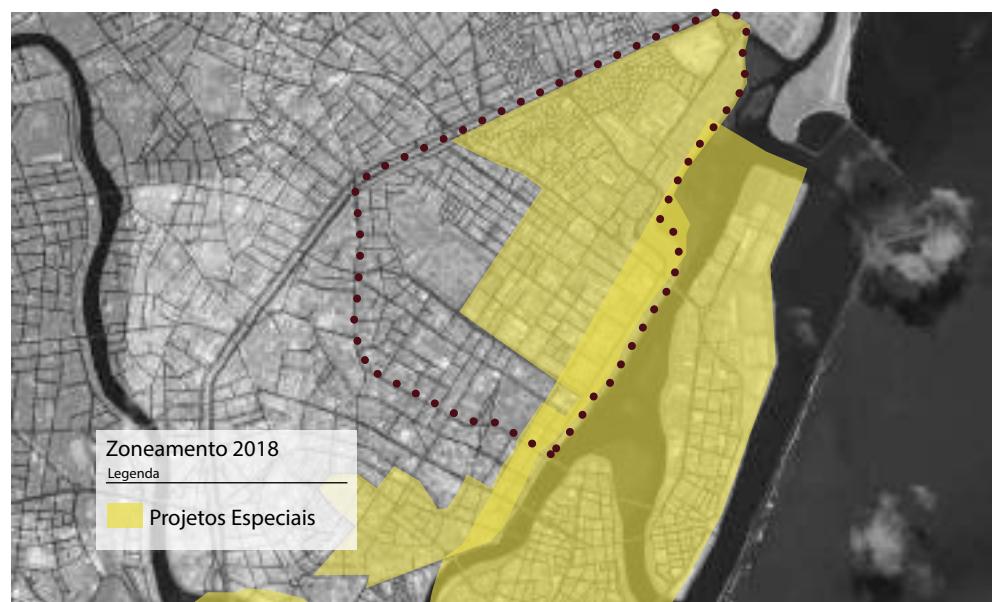
Art. 123. Leis específicas que instituírem novos Projetos Especiais ou Operações Urbanas poderão fixar coeficientes de aproveitamento máximo distintos dos limites estabelecidos nesta lei, a partir de Planos Específicos, desde que mantenham o coeficiente de aproveitamento básico 1 (um).

Figura 88 - Zoneamento proposto para Santo Amaro pela revisão do Plano Diretor (2018).



Fonte: RECIFE, 2018.

Figura 89 - Zoneamento das áreas passíveis de Projetos Especiais, em Santo Amaro.



Fonte: RECIFE, 2018.

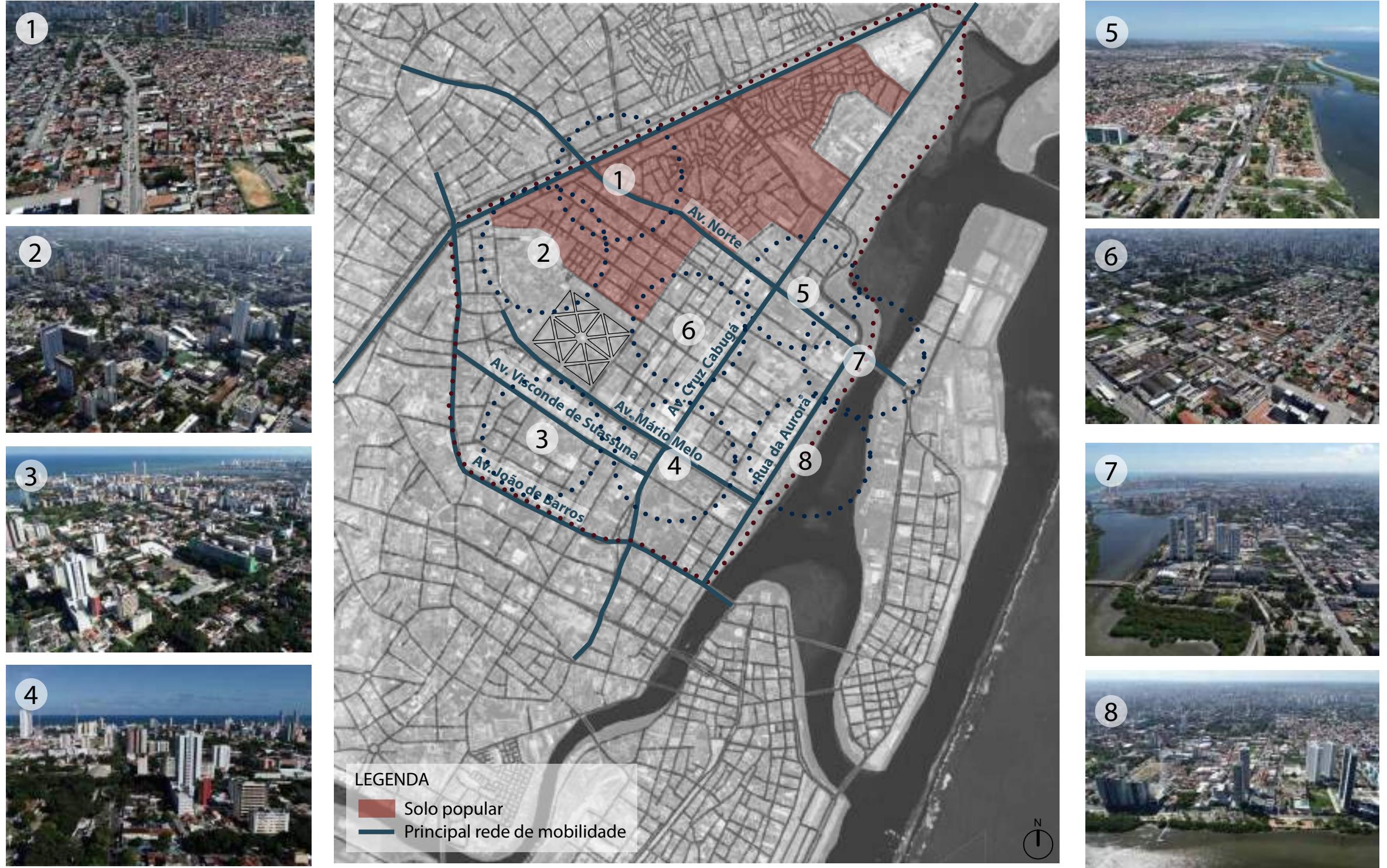
Art. 140. Os Projetos Especiais serão desenvolvidos em áreas que podem ser objeto de intervenções destinadas a promover a requalificação urbana, a dinamização econômica com inclusão socioespacial e cuidados ambientais, de acordo com planos específicos cujo conteúdo pode estabelecer parâmetros próprios para a área em que incidem [RECIFE, 2018, p.31 e 34].

Embora com a diminuição dos coeficientes de utilização, delineia-se um cenário futuro de incertezas. Afinal, diante das diversas prospecções a respeito do futuro de Santo Amaro, notadamente quanto ao devir do solo popular, este pode continuar a ser renegado, tornando-se cada vez mais diminuto e isolado, além de envolto por significativas transformações socioespaciais, porém sem a devida integração destas mudanças com o aludido solo.

Frente às dinâmicas que caracterizam o bairro, responsável por uma nova divisão econômica e social do espaço, desenha-se a sua **DESE futura**. O bairro, mais exatamente a sua frente d'água desponta, na atualidade, como uma das localidades recifenses objeto de preferência dos segmentos sociais mais abastados. Para esses segmentos, vem sendo criada essa nova localização residencial, trazendo consigo uma gama de empreendimentos e infraestruturas. Para torná-la realidade, , o Estado, por meio das legislações urbanísticas, a legitima, a valida institucionalmente. Em contrapartida, as intervenções nas áreas pobres apresentam-se como medidas mitigadoras dos novos empreendimentos.

São os novos elementos, aqui analisados, os responsáveis pela reestruturação do bairro de Santo Amaro [Figura 90]. São eles também que o transformam no lugar do futuro. Todavia, renegam o seu solo popular e, consequentemente, a população que nele habita. População que, nos primórdios do bairro, forneceu as bases para sua criação e consolidação.

Figura 90 - Configurações espaciais em Santo Amaro, 2019.



Fonte: Berg Alves, 2019.



Bairro de Santo Amaro em 2019.
Berg Alves

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada teve como foco a estruturação socioespacial do bairro de Santo Amaro, o que levou a considerar a distribuição espacial da população, das atividades e dos canais de circulação das pessoas e mercadorias (Tourinho, 2001). Desta forma, foi possível averiguar como os contextos local, regional, nacional e internacional, foram moldando esse bairro.

Pôde-se verificar como o seu solo, que compreendia no período holandês, a 37% da sua atual superfície, foi sendo paulatinamente aterrado e ocupado por equipamentos ligados à doença e morte, bem como pela população de baixa renda. Considerado fora dos limites da cidade, até o ano de 1936, quando da alteração do zoneamento pelo Regulamento de Construções, Santo Amaro se caracterizou como popular, devido à massiva presença de população de baixa renda.

A grosso modo, as transformações ocorridas derivaram das necessidades impostas pelos diversos regimes de acumulação (taylorista, fordista periférico e pós-fordista periférico). Em cada um deles, o Estado contribuiu para as diferentes estruturações espaciais do Recife e da sua região metropolitana e, como desdobramento, para as do bairro de Santo Amaro. Esses regimes atuaram em três momentos distintos: (i) da formação inicial até os anos 1950, mais especificamente nos finais do século XIX começo do século XX; (ii) dos anos 1960 até os anos 1980; (iii) a partir dos anos 1990.

Nos finais do século XIX e começo do século XX, frente à necessidade de racionalização da força de trabalho, foram lançados no Recife um conjunto de instituições, normativas e hábitos. Foi nesse período que surgiram as vilas operárias. Na década de 1930, foi necessário repensar a localização da moradia proletária e as características da própria habitação.

O regime de acumulação taylorista trouxe alterações na articulação do meio urbano com o industrial e repensou as moradias, em especial a localização das mesmas, no intuito de intensificar o uso da força de trabalho. É nesse contexto que a Liga Social Contra o Mocambo identificou os locais de maior quantidade de mocambos com a intenção de erradicá-los. Essa pretensão teve desdobramento em Santo Amaro. As suas primitivas áreas alagadas foram aterradas e parceladas para abrigar vilas populares, deixando claro o solo destinado aos pobres, e recepcionar indústrias e equipamentos [Figuras 91 a 93]. A localização das vilas e dos equipamentos, aliada ao fortalecimento dos eixos viários estruturadores do bairro, forneceram uma nova espacialidade para o período (1930-1950).

Figura 91 - Solo de Santo Amaro destinado às vilas populares.



Fonte: Museu da Cidade do Recife, 1951.

Figura 92 - Solo de Santo Amaro destinado às indústrias.



Fonte: Museu da Cidade do Recife, 1951.

Figura 93 - Solo de Santo Amaro destinado aos demais usos.



Fonte: Museu da Cidade do Recife, 1951.

O que se observou foi a mão inoxidável do Estado, que passou a intervir na produção de moradias, retirando a população de baixa renda das áreas mais valorizadas, abrindo espaço para o ainda incipiente mercado imobiliário. Legitimado pelas legislações urbanísticas e respaldado pela mídia e pelas classes de renda mais elevada, o governo garantiu intensificou o uso da força de trabalho com a diminuição dos deslocamentos para o local de trabalho, fornecendo, desta forma, as bases para uma nova organização socioespacial, acarretando em novas dinâmicas socioespaciais para Santo Amaro. Houve uma alteração da forma-localização das novas moradias, além da criação de uma massa salarial que passou a compor nova demanda no setor de bens de consumo, o que se tornou crucial no contexto do crescimento industrial da cidade.

Com o fortalecimento do setor industrial e a importância de Santo Amaro tanto pela localização – proximidade com o centro do Recife –, quanto pela oferta de mão de obra – bairro de maior concentração das vilas criadas pela LSCM –, esse bairro abrigou, anos 1960, um significativa quantidade de industrias. Ocupou o oitavo lugar no *ranking* dos bairros que possuíam maior concentração industrial da cidade. Diante disso, ganhou oficialmente, além de uma Zona Comercial, uma Zona Industrial, pelo Código de Urbanismo e Obras de 1961.

Concomitante às áreas industriais e às vilas populares, a população de baixa renda que não fora absorvida pelas novas moradias – uma vez que as construções realizadas não foram suficientes para o quantitativo populacional do bairro –, cresceu, nos resquícios das áreas de alagado, nas proximidades da Fábrica Tacaruna, a produção de moradias não reguladas pelo Estado, conformando,

em 1983, a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).

Nos anos 1960, um novo regime de acumulação, pós-fordista periférico, é inaugurado no Recife e sua região notadamente. Esse novo regime insere, no bairro em questão, novas formas urbanas. Com a perda das zonas comerciais e industriais, atrelado ao baixo nível de empreendimentos imobiliários financiados pelo Banco Nacional de Habitação nessa localidade, configurou-se um novo cenário para o bairro. As áreas de galpões ficaram vazias, iniciando um processo de degradação do local. O baixo nível de empreendimentos é traduzido pelos raros edifícios verticais que ocupavam as proximidades da rua da Aurora e da avenida Mário Melo. As áreas próximas ao bairro da Boa Vista ganharam força pela instalação das instituições educacionais no local – ocupando, inclusive, áreas das primitivas vilas operárias. O solo popular ficou restrito às áreas de ZEIS e às vilas populares, nas proximidades do cemitério de Santo Amaro [Figuras 94 a 96].

Figura 94 - Solo popular de Santo Amaro nos anos 1980.



Fonte: FIDEM



Fonte: FIDEM



Fonte: Fundação Joaquim Nabuco

Nos anos 1970 e 1980, o quadro de esvaziamento e perda da funcionalidade da centralidade histórica recifense é responsável pela perda de vitalidade do bairro. A partir de então, a inserção do Brasil no processo de globalização e o consequente contexto de concorrência urbana, com a permanência de formas informais de trabalho e de produção do espaço inauguram um novo regime (o pós-fordismo periférico). Foi nesse contexto que se iniciou o investimento numa série de planos e projetos para o resgate da área central do Recife, com foco especial no seu centro histórico.

A primeira tentativa ocorreu ainda nos anos 1980 com o Plano de Reabilitação para o Bairro do Recife. Todavia, com a adoção do planejamento estratégico, em um contexto de concorrência urbana, apresentou-se, em 1992, o Projeto de Revitalização do Bairro do Recife, inspirado pela valorização turística das frentes d'água, acompanhados pelos exemplos internacionais.

No momento posterior ao referido projeto, no âmbito metropolitano, são apresentadas propostas para desenvolvimento do território que compõe as frentes d'água do centro do Recife e do município de Olinda. Paralelo a tais planos, verificou-se a intenção de ocupação do Coqueiral de Olinda pela Marinha, com o objetivo de transferir a Vila Naval. Tal acontecimento mostrou-se como primordial para os planos desenvolvidos não apenas no período, como nos debates dos planos atuais para o bairro de Santo Amaro, uma vez que a Marinha apresentou e ainda apresenta forte interesse na verticalização e alteração da Vila Naval.

O foco deixou de ser apenas o CHR e chegou, paulatinamente, ao bairro de Santo Amaro. O Projeto Urbanístico Recife-Olinda (2005) incidiu diretamente no bairro. Parte do seu solo foi caracterizado como Zona de Intervenção (Setor 4 e 6), Zona de Enquadramento e Zona de Abramégica. Entretanto, ao contrário dos demais projetos apresentados para o bairro, em momentos posteriores, nota-se a ausência da inclusão da população de baixa renda no solo criado. Limita-se e, até determinado ponto, “isola-se”, o solo popular. O Projeto Urbanístico Recife-Olinda, ao contrário, a partir das ações de integração territorial e social, agregaria a população de baixa renda as novas espacialidades propostas.

Importantes fatores para o início de um novo processo de reestruturação no Centro Expandido do Recife foi a retomada de crédito imobiliário, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), a existência nesse centro de lotes vazios, somando 107,97 hectares (Bernardino, 2018), as alterações de zoneamento e do coeficiente de utilização, aprovado pela legislação de 2008 (Lei 17.489). Tudo isso levou a redescoberta do centro do Recife, em especial do bairro de Santo Amaro.

Além dos atrativos apresentados ao mercado imobiliário, o Porto Digital vem desempenhando importante papel nas novas espacialidades produzidas no bairro, quando a partir de 2013 (Lei 17.942), as empresas nele “embarcadas”, incluindo aquelas localizadas no Quadrilátero de Santo Amaro, passaram a usufruir de isenção fiscal parcial. Dessa forma, o bairro foi impulsionado a recepcionar atividades de TIC e EC.

Com as dinâmicas e o interesse crescente em Santo Amaro, o convênio realizado entre a Prefeitura do Recife e a Universidade Católica de Pernambuco, por meio do Plano Centro Cidadão (PCC), mostrou-se importante quanto as diretrizes urbanísticas para o bairro. Todavia, após a proposta apresentada em 2017 pelo Instituto da Cidade Pelópidas da Silveira, do Plano Santo Amaro Norte, questiona-se se as diretrizes apresentadas pelo PCC estariam voltadas para a melhoria do espaço público (seu foco principal) ou para o que futuro que se desenhou para o local.

O que se observa, é um conjunto de estudos e propostas que, em sua maioria, por não dialogarem, não visam integrar o solo popular com as demais áreas do bairro. Em suas linhas centrais, novas espacialidades são projetadas nas franjas do bairro, especialmente nas frentes d'água, alterando sobremaneira as configurações primitivas do local [Figuras 97 e 98].

Figura 97 - Áreas alagadas do bairro de Santo Amaro nos anos 1930.



Fonte: Fundação Joaquim Nabuco

Figura 98 - Novas espacialidade no quadrilátero de Santo Amaro.



Fonte: Berg Alves, 2019

O bairro, estruturado por importantes eixos viários que o caracterizam desde o início de sua formação, especialmente na consolidação de seu solo [Figuras 99 e 100], testemunha mais uma vez, seus diferentes fragmentos serem destinados a usos distintos, recebendo tratamentos diferenciados por parte do poder público. Poucos projetos se debruçaram, efetivamente, a pensar no futuro do bairro a partir da integração dos diferentes “solos” que constituem o constituem, não renegando o solo popular.

Figura 99 - Bairro de Santo Amaro em 1944.



Fonte: Museu da Cidade do Recife

Figura 100 - Bairro de Santo Amaro em 2019.



Fonte: Berg Alves, 2019

A imagem criada para o bairro, durante a sua formação e consolidação, era carregada de uma simbologia negativa, seja pelo quantitativo e porte dos equipamentos destinados à doença e morte, seja pelo quadro de violência propagandeado pelos jornais, transformando o bairro num local violento e pobre. As novas espacialidades que se prospectam, ou seja, a DESE futura delineada para Santo Amaro, renegam o seu solo popular que, nos primórdios era toda a superfície do bairro e, paulatinamente, foi cada vez mais limitado, com pouco ou nenhum foco pelas políticas públicas, permanecendo com poucas alterações de sua primitiva configuração [Figuras 101 e 102].

Figura 101 - Solo popular do bairro de Santo Amaro nos anos 1940.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas- CPDOC

Figura 102 - Solo popular do bairro de Santo Amaro nos anos 2019.



Fonte: Berg Alves, 2019

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. **A regulação urbana e o regime urbano:** a estrutura urbana, sua reprodutibilidade e o capital. Ensaios FEE. Porto Alegre, 1995, v. 16, pp. 510-555.
- _____. **A cidade COM-FUSA:** o mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latinoamericanas. In: encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional, 2009, Florianópolis. Anais...Florianópolis: ANPUR, 2009, CD-ROM.
- ALVES, Paulo Reynaldo Maia. **Valores do Recife:** o valor do solo na evolução da cidade. Recife: [o autor], 2009.
- ANDRADE, Francisco Jatobá de; ARAÚJO, Tarcísio Patrício de (org.). **Diálogos com Lebret:** 60 anos depois. Recife: CEPE, 2016
- ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro. **A peste e o plano:** o urbanismo sanitário do engenheiro Saturnino de Brito. 1992. 2v. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- ANDRADE, Manuel Correa. **Recife:** problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida. Recife: Editora Universitária, 1979.
- ANTAS, Clementina Soares. A industrialização recente de Pernambuco e a organização do espaço estadual. In: **Uma nova política industrial para o Nordeste.** In: Revista Pernambuco em Desenvolvimento. Recife, vol. 12, p.355-383. jul.1986/dez.1988.
- AZEVEDO, Sérgio. **Vinte e dois anos de política de habitação popular** (1964- 86): criação, trajetória e extinção do BNH. Artigo, 1988.
- _____; ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. **Habitação e poder:** da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011, 116 p.
- BALTAR, Antônio Bezerra. **Diretrizes de um Plano Regional para o Recife.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999.
- BERNARDINO, Iana Ludermir. **Mercado imobiliário residencial em áreas centrais tradicionais:** produção de novas espacialidades e obsolescência imobiliária na definição de submercados residenciais. Tese de Doutorado (Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.
- BEZERRA, D. U. C. (1965). **Alagados, mocambos e mocambeiros.** Recife, Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais/Imprensa Universitária.
- BITOUN, Jan; MIRANDA, Lívia; SOUZA, Maria Angela. **Recife:** Metrópole Regional, Periférica, Incompleta e Desigual. In: BITOUN, Jan; SOUSA, Maria Angela (editores). Recife: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil:** arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

_____. **Os pioneiros da habitação social.** Vol. 1 e 2. São Paulo: Ediotra Unespe, 2014.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. **A regionalização da grande indústria do Brasil:** Recife e Salvador na década de 70. In: Revista de Economia Política, vol. 5, n. 4, outubro-dezembro, 1985.

BRASIL, 2005. Convênio de Cooperação Técnica entre a União, Governo do Estado de Pernambuco, Prefeituras do Recife e Olinda, visando implementar as políticas e projetos referentes ao Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda. Abril de 2005.

BUSQUETS, Joan. **Perspectiva desde las ciudades.** In: Ciudad y territorio-Estudios territoriales. vol I. nº795-96, 1993, p. 163-174

CASTRO, J. (1948). **Fatôres de localização da cidade do Recife.** Um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife e seus bairros.** Recife: Câmara Municipal, 1998.

CENSO DEMOGRÁFICO 1960 E 1970. População nos Censos Demográficos, segundo cidade. Recife: [o autor], 2009.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos.** Prefácio, aditamentos e correções por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundarpe, 1984.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE PERNAMBUCO. **Vida nova para a Rua da Aurora.** Disponível em: <http://www.caupe.gov.br/vida-nova-para-a-rua-da-aurora/>, acesso em janeiro/2019.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO (2015). **As novas conexões do Porto Digital.** 1/2/2015.

DIRETORIA DE SANEAMENTO DO ESTADO. **Salubridade das Habitações.** Recife, Secretaria de Viação e Obras Públicas, dez. 1939, p.17-23.

FERNANDES, A. C.; LACERDA, N. e PONTUAL, V. (orgs). **Desenvolvimento, planejamento e governança:** o debate contemporâneo em 30 anos de Anpur. Anpur, 2015.

FERNANDES, A.C e LIMA, J. P. R. (2006). **Cluster de serviços:** contribuições conceituais a partir de evidências do polo médico do Recife. Nova Economia, v. 16, n. 1, pp. 11-47.

FREYRE, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife.** Recife, Officinas Graphicas de The Propagandisi, 1934.

GUERRA, Flávio da Mota. **Velhas igrejas e subúrbios históricos.** Recife: Fundação Guararapes, 1970.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1993.

- _____. **A Produção Capitalista do Espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. **The limits to capital.** Chicago: The University of Chicago Press, 1982.
- _____. **A consolidação pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Ipiranga, 1993.
- LACERDA DE MELO, Norma Moura. **La production sociale des intérêts fonciers et immobiliers:** le cas de Recife (Brésil). 1993, 296 f. Tese (Doutorado em Géographie, Aménagement, Urbanisme da Universidade de Sorbonne Nouvelle, Paris III: Institut des Hautes Études de l’Amérique Latine (IHEAL)). Paris: Lille, 1993.
- _____. e ANJOS, Kainara. A regulação da dinâmica espacial nos centros históricos brasileiros em tempos de globalização: o caso do Recife (Brasil). In: LACERDA, N.; ZANCHETI, S. **Planejamento metropolitano:** uma proposta de conservação urbana e territorial. Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales, Santiago do Chile, v. 26, n. 79, p.77-94, 2000.
- _____; e ANJOS, Kainara. **Primazia do mercado de locação nos bairros degradados dos centros históricos das cidades brasileiras:** o caso do Recife. In: Anais do XIII Seminário da Rede Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio. Salvador, 2014, p.1-20.
- _____. **Mercado imobiliário de bens patrimoniais:** um modelo interpretativo a partir do centro histórico do Recife (Brasil). In: Revista EURE, vol.44, nº132, maio 2018, p.113-132.
- _____; ANJOS, Kainara Lira dos. **Mercados imobiliários em áreas históricas:** universalidades e singularidades. In Anais do XIV Seminário Internacional de la REd Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio. Monterrey, México, 2016.
- _____; FERNANDES, Ana Cristina. **Parque tecnológico:** entre a inovação e a renda imobiliária no contexto da metrópole recifense (Brasil). Cadernos Metrópole, Vol. 17, (nº 34), 329-354, 2015.
- _____; ZANCHETI, Silvio; DINIZ, Fernando. **Planejamento metropolitano:** uma proposta de conservação urbana e territorial. In: Revista EURE, v.26, n.79, Santiago, 2000.
- LEITÃO, Maria do Rosario de Fatima Andrade. **Habitação como fator de acumulação de capital e reprodução das relações sociais de produção:** 1937 a 1945. Dissertação do Mestrado em Desenvolvimento Urbano, UFPE, 1987.
- LEITE, Rogerio Proença. **Contra-usos da cidade:** lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas, São Paulo: Editora UNICAMP, 2007.
- LIMA, Antônia Jesuítica de. **Gestão Urbana e Política de Habitação Social:** análise de uma experiência de urbanização de favelas. São Paulo: Annablume, 2010.
- LIMA, J. Policarpo; KATZ, Frederico J. **A economia de Pernambuco:** perda de dinamismo e a necessidade de buscar caminhos possíveis. In: Caderno Estadual de Sociologia, v.9, n.1, p.41-64.

Jan/jun, 1993.

LIRA, José Tavares de. **Mocambo e Cidade:** Regionalismo na Arquitetura e Ordenação do Espaço Habitado. Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-USP: São Paulo: 1996.

LUBAMBO, K. W. **O bairro do Recife:** entre o Corpo Santo e o Marco Zero. Recife, Cepe/Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1991.

LYRA, Flávio Tavares. **Uma nova política industrial para o Nordeste.** In: Revista Pernambuco em Desenvolvimento. Recife, vol. 12, p.337-357. jul.1986/dez.1988.

MARINHO, Geraldo; LEITÃO, Lúcia; LACERDA, Norma. **Transformações urbanísticas na Região Metropolitana do Recife:** um estudo prospectivo. In: Cadernos Metrópole 17, 2007, p193-217.

MARINHO, Gerlado (Coord.). **Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda.** Recife: Fundação para o Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

MARQUES, Juliana; LEITE, Carlos. **Clusters como novas possibilidades de regeneração urbana e reestruturação produtiva:** O caso do Porto Digital, Recife. In: Caderno de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Vol. 5, 2008.

MEDINA, L. L. . **A Legislação Urbanística do Recife como Instrumento de Desenho Urbano.** In: 7º Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR -, 1997, Recife. 7º. Anpur, 1997.

MELO, Norma Moura Lacerda de. **Estado, capital financeiro, espaço habitacional o caso da região metropolitana do Recife .** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1990.

MINISTÉRIO DA MARINHA. COMANDO DO 3º DISTRITO NAVAL. Apresentação de projeto de transferência da Vila Naval. Recife, 1997.

MIRANDA, Livia Izabel Bezerra de. **Organização socioespacial e mobilidade residencial na Região Metropolitana do Recife, PE.** In: Cadernos Metrópole, n.12, pp.123-144, 2º sem.2004.

SANTANA, Andresa; GOMES, Larissa; SILVA, Milnea; FELIPE, Mariana. **Cidade fragmentada:** a formação do Recife popular. In: Anais do 5º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte, 2017, p. 1-23.

OUTTES, Joel. **O Recife pregado a cruz das grandes avenidas:** contribuição à história do urbanismo (1927-1945). 1991. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.

PARAHYM, Orlando. **Traços do Recife:** ontem e hoje. Pernambuco: Secretaria de Cultura, 1978.

PERNAMBUCO (1944). **Relatório da Liga Social Contra o Mocambo,** julho de 1939 a julho de

1944. Recife: Oficinas Gráfica de Imprensa Social, 1944.

_____, ESTADO DE. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA.

Guia Social do Recife. Recife, Imprensa oficial, 1943.

_____. Federação das Indústrias do Estado de. **Cadastro Industrial de Pernambuco 1964.** Recife: Núcleo de Assistência Industrial, 1964.

_____. CONDERM. Resolução nº42, dispõe sobre a negação ao pedido de transferência da Vila Naval e institui grupo de trabalho para alternativas de uso da área do Coqueiral de Olinda. Recife, dez. 1998.

_____. Contrato de Gestão entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Núcleo de Gestão do Porto Digital sobre os projetos de requalificação dos espaços urbanos entre o Sítio Histórico de Olinda até o Parque ex-Estação de Rádio Pina, Recife. Governo do Estado de Pernambuco, 14 de fevereiro de 2004.

_____. Escritura de incorporação, cessão e transferência de direitos preferenciais ao aforamento de terrenos de marinha e próprios localizados nos bairros de Santo Amaro, Pina, Gamaleira, Cabanga, Areias e Afogados. Recife: Cartório Ivo Salgado, 1945.

_____. **Projeto Urbanístico Recife-Olinda.** Recife, março, 2006.

_____. **Estatutos da Liga Social Contra o Mocambo.** Recife, Imprensa Oficial, 1940.

_____. **Regulamento do Serviço Social Contra o Mocambo.** Recife, Imprensa Oficial, 1945.

_____. **Relatório da Liga Social Contra o Mocambo;** julho de 1939 a julho de 1941. Recife, Imprensa Oficial, 1941.

_____. **Relatório da Liga Social Contra o Mocambo;** julho de 1939 a julho de 1942. Recife, Imprensa Oficial, 1942.

_____. DIRETORIA DE ESTATÍSTICA, PROPAGANDA E TURISMO. **Dois anos de Luta Contra o Mocambo.** Recife, Dreschler, 1941.

_____. COMISSÃO CENSITÁRIA DOS MUCAMBOS DO RECIFE. **Observações Estatísticas sobre os mucambos do Recife.** Recife, 1923.

_____. **Cadastro Industrial de Pernambuco 1973-74.** Recife: Núcleo de Assistência Industrial, 1973-74.

_____. **Cadastro Industrial de Pernambuco 1984.** Recife: Núcleo de Assistência Industrial, 1984.

PONTUAL, Virgínia. **O engenheiro Antônio Bezerra Baltar:** prática profissional e filiações teóricas. I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e

Urbanismo. Rio de Janeiro, 2010, p. 1-31.

_____. **Práticas urbanísticas, deslocamentos e cruzamentos:** Louis-Joseph Lebret e Antônio Bezer-
ra Baltar no Brasil. In: Cuadernos del CLAEH. Segunda parte, año 34, nº101, 2015-1, p.195-214.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Regulamento de Construções de 1936, aprovado pelo
Decreto n. 374 de 12 de agosto de 1936.

_____. Lei nº1.051 de 11 de setembro de 1919. Dispõe sobre as construções, reconstruções, re-
formas e concertos no Município do Recife. **Diário Oficial do Estado**, Recife, Secção Governos
Municipaes, n. 205, 1919. p.6528.

_____. Lei nº7427 de 19 de outubro de 1961. Regula as relações jurídicas da competência do Mu-
nicipípio do Recife, atinentes a Urbanismo e Obras. **Diário Oficial do Estado**, Recife, Secção Diário
dos Municípios, 24 de outubro de 1961.

_____. Lei nº 14.511 de 17 de janeiro de 1983. Define diretrizes para o uso e ocupação do solo.
Diário Oficial do Estado, Recife, 18 jan. 1983.

_____. Lei nº16.176 de 13 de abril de 1996. Estabelece a Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade
do Recife. **Diário Oficial do Estado**, Recife, Secção Diário dos Municípios, n.40, 1996.p.02.

_____. Lei nº17.511 de 29 de dezembro de 2008. Revisão do Plano Diretor do Município do Recife.
Diário Oficial do Estado, Recife, n.148, 2008.

_____. Lei nº17.489 de 27 de junho de 2008. Modifica os limites e os parâmetros reguladores do
uso e da ocupação do solo na Zona Especial de Centro Principal- ZECP, alterando a Lei n.16.176,
de 9 de abril de 1996. **Diário Oficial do Estado**, Recife, n.94, 2008.

_____. **Diretrizes urbano arquitetônicas para o Centro Expandido Continental do Recife:** do-
cumento para reunião pública e colaboração social. Recife, 2017.

_____. Lei nº 17.244, 27 de julho de 2006. Institui o programa de incentivo ao Porto Digital me-
diante a concessão de benefícios fiscais condicionados. Disponível em:<http://www.portodigital.org/parque/o-que-e-o-porto-digital/documentacao>. Acesso: Janeiro/2019.

_____. Lei nº 17.762, de 28 de dezembro de 2011. Introduz alterações nas Leis Municipais nº
17.244/2006 e nº 17.237/2006. Disponível em:<http://www.portodigital.org/parque/o-que-e-o-porto-digital/documentacao>. Acesso em: Janeiro/2019.

_____.Lei nº 18.168, de 29 de outubro de 2015. Altera o dispositivo da Lei nº 17.244, de 27 de ju-
lho de 2006, modificada pela Lei 17.762, de 28 de dezembro de 2011. Disponível em:<http://www.portodigital.org/parque/o-que-e-o-porto-digital/documentacao>. Acesso em: Janeiro/2019.

PROCHNIK, Wit-Olaf. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado.** Recife: Prefeitura Municipal do Recife, 1970.

REYNALDO, Amélia. **Reabilitação da frente marítima dos centros históricos de Recife e Olinda.** In: BRASIL. Reabilitação de centros urbanos. Ministério das Cidades, 2005.p.39-51.

_____. **As catedrais continuam brancas.** Recife: CEPE, 2017.

_____. Projeto Urbanístico Recife- Olinda. In:BRASIL. Ministério das Cidades. **Operações Urbanas:** anais do seminário Brasil-França. Brasília: Ministério das Cidades, 2009. p.201-234.

SANCHEZ, Fernanda. **Políticas urbanas em renovação:** uma leitura crítica dos modelos emergentes. In: R. B. Estudos Urbanos e Regionais nº1. Maio, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção, 4. ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 [1996] (Coleção Milton Santos, 1).

_____. **Economia espacial:** críticas e alternativas. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, 2. ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004 [1979] (Coleção Milton Santos, 4).

SETTE, Mário. **Arruar:** história pitoresca do Recife antigo. Recife: Prefeitura do Recife, 1978.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana:** análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. Coleção Habitare. **Habitação Social nas Metrópoles Brasileiras.** Política habitacional para os excluídos: o caso da Região Metropolitana do Recife. Disponível:http://www.habitare.org.br/pdf/publicacoes/arquivos/colecao7/capitulo_4.pdf > Acesso em: Out. 2017.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

_____. **Reflexões sobre as cidades brasileiras.** São Paulo: Studio Nobel, 2012.

ZANCHETTI, Sílvio e LACERDA, Norma. **Revitalização de áreas históricas e desenvolvimento local.** Revista Econômica do Nordeste. v.30, p. 8-24, 1999.

ANEXO A - TERRENOS COM TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS AO AFORAMENTO EM SANTO AMARO, 1945

Sítio	Localização	Alagado de Marinha (m2)	Acrecido de Marinha (m2)	Aforamento		
				Desapropriação	doação	terreno próprio
Ilha de São Joaneiro	Margem direita do braço do Rio Beberibe	51.151,37	10.168,00	61.319,37		
Ilha do Neo /Sino	Margem esquerda do rio Tacaruna	45.518,08	869	46.387,08		
Casa n. 206	Rua Buarque de Macêdo		9.755,95	9.755,95		
Sítio da Macacheira				23.260		
Sítio do Oliveira e do CEO		138.994,00	32.517			16.096
Sítio do Rabelo			554			112.448
Alagado Cruz Cabugá		65.268	12.535			8.288
Av. Norte oeste vila das cozinheiras			8.400			
Lote 52	Av. Cruz Cabugá		22.723,45			
Lote n. 1506	Av. Cruz Cabugá		529.65			
Lote 1151	Av. Norte			2.185,00		
Lote 464	Av. Cruz Cabugá			9.200		
Lote 471	Av. Cruz Cabugá			7.441		
Lote 330	Ilha João de Barros	36.916,97	16.983,49	53.900,46		
Lote 543	Rua Natividade Saldanha	1.108,43	440,7	1.549,13		
Lote 631	Av. Cruz Cabugá				72.156,39	
Lote A-1	Entre Av. Cruz Cabugá e Rua da Aurora	10.374,50			10.374,50	
Lote 434	Entre Av. Cruz Cabugá e Rua da Aurora		8.317,32		8.317,32	
Lote 204	margem direita do Beberibe e rua Alexandre Moura	10.574,94				10.574,94
Lote 501	Margem direita do rio Beberibe		15.831,21		15.831,21	
Lote sn	Margem direita do rio Beberibe	53.996,25			53.996,25	
Lote s/n	Margem direita Av. Cruz Cabugá	4.550,00	3.033,32		3.033,32	
Lote 456	Av. Cruz Cabugá	24.488			16.325,32	
Lote 471	Av. Cruz Cabugá	20.825			13.883,00	
Lote 464	Av. Cruz Cabugá	20.850			13.900	
Lote sn	rua da Aurora		1.381,00		1.131,00	
Lote s/n	Travessa do Lopes/ margem direita Beberibe		3.602,50		3.602,50	
Iote 55	Av. Cruz Cabugá margem direita Rio Beberibe	8.520,08			5.680,08	
Lote 353	Rua da Fundição Rua do Veiga				1.635,30	
Sítio do Abrigo Sítio Ramôa	ponte Estrada de Ferro Estrada Tacaruna	113.926			113.926	
Lote 18	Salgadinho	31.758			21.172	
Iote 120	anexo a Usina Beltrão	358.030			238.686	
Lote sn	anexo a Usina Beltrão	8.034				
Lote sn	Estrada Tacaruna e margem direita Cambôa do Maduro	48.000,00			48.000,00	
Lote 206	cruz Cabugá	4.612,80			3.075,20	
Lote 336	Cambôa do Maduro	17.100			11.400	
Lote 381	cruz Cabugá	1.230	4.120			
Lote 690	rua da Fundição	720	3.857,76	4.577,76		
Lote sn	Av. Norte			7.865		
Lote sn	cruz Cabugá		13.437,33			
Lote 456	Margem direita rio Beberibe frente av. Cruz Cabugá		12.673,13	12.673,13		
Terrenos 1078 1084 1099 1106 1112				5.081,30		
Lote 331	Camboa do Maduro	29.903,87	665,72		245.195,18	666700,33
Total		1.106.450,65	181.865,88			136832

ANEXO B - QUANTITATIVO DAS INDÚSTRIAS LOCALIZADAS NO RECIFE POR RAMO INDUSTRIAL, EM 1964

RAMOS INDUSTRIALIS/ BAIRROS	Afogados	Águia Fria	Apipucos	Areias	Arnuda	Beberibe	Boa Viagem	Boa Vista	Bongi	Brasília Teimosa	Campo Grande	Casa Amarela	Casa Forte	Encruzilhada	Espinheiro	Estância	Gracás	Imbiribeira	Iputinga	Jardim São Paulo	Macaxeira	Madalena	Mastadinhá	Pina	Poco	Ponto de Parada	Recife	Santo Amaro	Santo Antônio	São José	Tejipió	Várzea
Indústrias de Transformação	11	1		2	5	1			3		4		1	2	1	1			2		4	1		5	2	3	1	14				
Metalúrgica	13			3	5		1	1		5		1	1		1				8			1	1	4	8		3					
Mecânica	3											1														3		1				
Material Elétrico		3				1	1					1		1					1				1	1	2		1					
Material de Transporte		4					1				1								1			1			2		2					
Madeira	12		1	1	3	4	8		1	7	6			1				5					7	3	2	1	2					
Mobiliário	13				7	1	10			1	5	10						11	1	2			8	6	10	4	3					
Papel e Papelaria	3					2	1					1											1		4							
Borracha	1					1	2																1		3							
Couros, peles, produtos							2												1				3	2	1							
Química	9	1			1	2	5			1			1						2	1				5								
Produtos Medicinais							6			2	1	1		3				2					1	2								
Produtos de Perfumaria	6					1				1	1											1	1	1	1							
Produtos de Matérias Plásticas		1					1	1					1	1									3	2								
Têxtil	1	1							1				1			1	2	1				1		2	1							
Vestuário	4						5		2	1								1				5	7	15	2							
Produtos Alimentares	35	2	24	6	28				35	22	2		2	1	18	4	4	9	8	11	17	10	13									
Bebida	2					3				1							2					4										
Fumo																							1									
Editorial Gráfico							12															5	5	21	20							
Diversos	3						1											1	1				1	8	4		1					
Total	124	2	1	3	1	43	17	95	1	1	2	57	1	55	1	1	10	5	2	3	2	54	2	6	13	1	18	50	73	105	18	42

ANEXO C - QUANTITATIVO DAS INDÚSTRIAS LOCALIZADAS NO RECIFE POR RAMO INDUSTRIAL, EM 1974